

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Mestrado em Educação

WESLEY BAPTISTA

**PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: POR
ENTRE MEMÓRIAS E PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO NAS PRAÇAS CENTRAIS DA CIDADE DE BRAGANÇA
PAULISTA (2000-2015)**

Itatiba
2017

WESLEY BAPTISTA – RA: 002201501126

**PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: POR
ENTRE MEMÓRIAS E PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO
URBANO NAS PRAÇAS CENTRAIS DA CIDADE DE BRAGANÇA
PAULISTA (2000-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação, Sociedade e Processos Formativos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Guimarães.

Itatiba
2017

719(091) Baptista, Wesley.
B176p Patrimônio e educação das sensibilidades: por entre memórias e processos de significação do espaço urbano nas praças centrais da cidade de Bragança Paulista (2000-2015) / Wesley Baptista. – Itatiba, 2017.
157 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Maria de Fátima Guimarães.

1. Educação das sensibilidades. 2. Experiência.
3. Patrimônio. 4. Praça 5. Territorialidade. I. Guimarães, Maria de Fátima. II. Título.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO

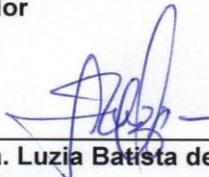
Wesley Baptista defendeu a dissertação "PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: POR ENTRE MEMÓRIAS E PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS PRAÇAS CENTRAIS DA CIDADE DE BRAGANÇA PAULISTA (2000-2015)" aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 12 de maio de 2017 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Orientadora e Presidente



Prof. Dr. Elison Antonio Paim
Examinador



Profa. Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva
Examinadora



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira
Examinador

Participação por videoconferência

Profa. Dra. Rosângela Helena Pezoti
Examinadora

À minha mãe,
pela dedicação na construção de minha história.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, pois, sem a força que vem dele, nada seria possível.

Agradeço a minha mãe Fátima, pelo incentivo sempre presente desde o início de minha escolarização, pelo cuidado, carinho e esforço em cada fase da minha vida e por estar sempre ao meu lado, mesmo quando os sonhos pareciam impossíveis.

Ao meu pai Ademilson, por ser um motivador para que eu buscasse novos horizontes.

À minha irmã Evellin e meu irmão Pablo, por entenderem minhas ausências e sempre me darem forças para continuar.

Meus mais sinceros agradecimentos e apreço à professora Dr.^a Maria de Fátima Guimarães, pelas orientações, conselhos, carinho e atenção com os quais me direcionou na produção deste trabalho e meu flamar por esta vida; agradeço sua sensibilidade, paciência e apoio constante em todos os momentos.

Meu muito obrigado à minha querida amiga e diretora Ana Maria de Godoy, pois foi por sua intercessão e apoio que este trabalho pôde ter sido iniciado, sem você nada disso seria possível, serei sempre grato.

Agradeço ao professor Jefferson C. Istome, Diretor de Educação de Pinhalzinho, que confiou em minhas potencialidades e contribuiu de forma muito especial para a realização deste trabalho.

Às amigas e companheiras de trabalho que sempre me apoiaram nesta jornada e muito me ensinaram sobre o constituir-se professor e sobre a prática docente, as professoras: Sidnéia Oliveira, Angela Destro e Vera Fornari.

Sou grato aos amigos e parceiros de disciplinas, Thiago, Marina, Sandra, Andrea, Tamires, Gláucia e César pelas inquietações, discussões e grandes momentos de (des)construção compartilhados.

Aos amigos do CDAPH, Isidoro e Nicolino pelo apoio e auxílio durante a pesquisa documental.

À CAPES, que garantiu subsídios para que esta pesquisa se realizasse.

Ao meu grupo de adolescentes, os “Teens”, pela paciência, carinho e por serem combustível e refrigério para o meu coração.

Aos professores Dr. Elison Antônio Paim, Dr.^a Luzia Batista de Oliveira Silva, Dr.^a Rosângela Helena Pezoti e Dr. Carlos Roberto da Silveira por partilharem seu tempo e

experiências na leitura deste trabalho e por aceitarem fazer parte deste momento tão importante da minha vida acadêmica.

Por fim, a todos que me incentivaram e acreditaram que seria possível esse sonho, meu muito obrigado.

Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado [...]

Ítalo Calvino, 2003

RESUMO

Toda cidade pode ser estudada por suas características físicas e formais, mas, também, pelo processo de significação, ocupação e destinação do espaço, que não é neutro: é plural, polifônico e polissêmico. O traçado das ruas, a localização dos lugares de lazer, moradia e trabalho, bem como as edificações consideradas patrimônio cultural indicam que tal espaço acolhe a conformação de territórios e fronteiras em conexão com o fluxo de corpos e interesses distintos, atravessados por tensões, disputas e conflitos, matizados por símbolos, percepções e sensibilidades. Logo, o viver urbano propicia e mobiliza diferentes experiências que trazem indícios de uma educação das sensibilidades. Esta pesquisa focalizou as Praças José Bonifácio e Raul de Aguiar Leme, ambas ladeadas por edificações tombadas, situadas em Bragança Paulista. Teve por objetivos compreender experiências e sensibilidades urbanas plurais acerca dos jovens que transitaram por tais praças nos finais de semana, na relação com o patrimônio arquitetônico tombado; além disso, refletir sobre as percepções de patrimônio que se voltam para essas praças e para as edificações tombadas em seu entorno. Para tanto, com um enfoque de cunho qualitativo foi pesquisado: os processos de tombamento das edificações do período de 2000 a 2015, a legislação municipal, as fotografias, os periódicos e publicações de memorialistas locais, em franco diálogo com as algumas categorias conceituais que ampliaram e deram suporte à pesquisa, tais como, o conceito de experiência de W. Benjamin, as contribuições sobre patrimônio histórico-cultural do antropólogo J. R. Gonçalves, a categoria conceitual 'sensibilidades' de Pesavento, as contribuições sobre a história de Bragança Paulista e da colonização do presente pelo passado de Guimarães e o conceito estético e simbólico sobre o caminhar do arquiteto Francesco Careri e do filósofo Frederic Grós.

Palavras-chave: Educação das sensibilidades. Experiência. Patrimônio. Praça. Territorialidade.

ABSTRACT

Every city might be studied by its physical and formal characteristics, but also by its process of significance, occupation and destination of space, which is not neutral: it is plural, polyphonic and polysemic. The outline of the streets, the leisure, housing and work places location, as well as the buildings considered to be cultural heritage point out that space hosts the shaping of territories and borders in connection with the flow of distinct bodies and interests, traversed by tensions, disputes and conflicts, shaded by symbols, perceptions and sensitivities. Therefore, the urban living experience enables and mobilizes different experiences which bring about signs of an education of the sensibilities. This research focused on the town squares José Bonifácio and Raul de Aguiar Leme, both surrounded by inscribed buildings, located in Bragança Paulista. Its main objectives were to comprehend plural urban experiences and sensibilities regarding the young people who moved around those squares on the weekends, on the relation with the inscribed architectural heritage buildings; furthermore, to reflect on the perceptions of heritage which look back at the town squares and the inscribed heritage buildings around them. For this purpose, with a qualitative approach, it was researched: the processes of inscribing heritage buildings in the period from 2000 to 2015, the city laws, photographs, journals and press releases from local memoirists, taking into account some conceptual categories which enhanced and supported the research, such as: the concept of experience from W. Benjamin, the contributions on historical and cultural heritage from the anthropologist J. R. Gonçalves, the conceptual category 'sensibilities' from Pesavento, the contributions about the history of Bragança Paulista and from the colonization of the present by the past from Guimarães and the aesthetic and symbolic concept about walking from the architect Francesco Careri and the philosopher Frederic Grós.

Key-words: Education of the sensibilities. Experience. Patrimony. Square. Territoriality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Monumento Cruz de Pedra.	42
FIGURA 2 - Detalhes da cruz e do sino no Monumento Cruz de Pedra.	43
FIGURA 3 - Monumento Cruz de Pedra sem a cruz e sem o sino.	44
FIGURA 4 - Detalhe do Monumento Cruz de Pedra após ter sido retirada a cruz e o sino.	45
FIGURA 5 - Largo da Matriz.	48
FIGURA 6 - Cruz de pedra sobre a área externa da abside da igreja.	49
FIGURA 7 - Capela Santa Cruz dos Enforcados.	53
FIGURA 8 - Cartão Postal da antiga Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.	56
FIGURA 9 - Colunas de granito e estátuas da antiga Igreja Matriz.	57
FIGURA 10 - Cadeia Pública.	58
FIGURA 11 - Fachada do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriça.	65
FIGURA 12 – Edifícios considerados importantes para a memória local conforme a revista Cidade & Cultura.	66
FIGURA 13 - Excerto do jornal O Guaripocaba.	69
FIGURA 14 - Rua Dr. Candido Rodrigues, conhecida anteriormente como Rua Direita.	73
FIGURA 15 - Localização de Bragança Paulista no Estado de São Paulo.	81
FIGURA 16 - Santa Casa de Misericórdia.	91
FIGURA 17 - Largo da Matriz.	94
FIGURA 18 - Teatro Carlos Gomes e Cadeia Pública.	95
FIGURA 19 - Rua da Praça, 1903. Realização do transporte de materiais para instalação da luz elétrica.	96
FIGURA 20 - Praça Raul de Aguiar Leme.	98
FIGURA 21 – Vista panorâmica da Praça José Bonifácio.	99
FIGURA 22 – Pergolado.	116
FIGURA 23 – Pergolado sendo utilizado pelos jovens para atividades diversas.	117
FIGURA 24 – Taxa de homicídio por arma de fogo na população entre 15 e 29 anos.	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BJD	Bragança Jornal Diário
CDAPH	Centro de Apoio e Pesquisa em História da Educação
CMBP	Câmara Municipal de Bragança Paulista
COMEBRAP	Conselho de Ministros Evangélicos de Bragança Paulista
CONDEPHAC	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Bragança Paulista
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FESB	Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista
GEVAC	Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos
GM	Guarda Municipal
HAF	Homicídio por Arma de Fogo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MASP	Museu de Arte de São Paulo
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PM	Polícia Militar
PIBID	Programa Institucional de Iniciação à Docência
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979)
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936-1946)
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIP	Universidade Paulista
USF	Universidade São Francisco

SUMÁRIO

SUMÁRIO	13
INTRODUÇÃO	18
1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: DA EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES À COLONIZAÇÃO DO PRESENTE PELO PASSADO	29
1.1 Patrimônio: Concepções e Valores	30
1.1.1 As políticas patrimoniais no Brasil.....	33
1.2 Monumentos Históricos: Tencionando as Fronteiras	40
1.3 O Patrimônio Histórico e Cultural nos Processos de Tombamento de Bragança Paulista .	50
1.3.1 É óbvio que (não) tem valor histórico	52
1.3.2 “ <i>Símbolo da elite do interior paulista</i> ”: o patrimônio arquitetônico nos processos de tombamento	61
2. “BRAGANÇA MODERNA”: A ARQUITETURA COMO DISCURSO DE PROGRESSO	73
2.1 A Cidade que me Habita	74
2.2 A História da Cidade.....	76
2.2.1 Do Sertão do Jaguari a Bragança Paulista	80
2.2.2 Bragança e o “ <i>crepúsculo</i> ” da modernidade.....	86
3. A SUBVERSÃO DA ORDEM: O CAMINHAR SOBRE TERRITÓRIO SAGRADO 98	
3.1 A Praça - À Guisa de um Conceito	102
3.1.1 A praça como lugar de experiência.....	104
3.1.2 A praça como espaço, lugar e território	107
3.2 As Manifestações Subjetivas sobre Territorialidade.....	112
3.2.1 As praças e a sobreposição de territorialidades	118
3.2.2 Militarização do espaço público	120
3.3 A Ordem da Praça.....	125
3.3.1 Os sujeitos fora da ordem	130
3.4 O Caminhar como Forma de Ocupação do Espaço e Criação de Territorialidades.....	132
3.4.1 A ocupação do espaço: sociabilidades e sensibilidades.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
FONTES	143
REFERÊNCIAS	145

MEMORIAL

O presente pode intervir radicalmente no valor original de um objeto passado. [...] Nessa perspectiva, pode-se dizer que a memória *não dá conta do passado*, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos.

Ulpiano Meneses

As experiências vividas nestes meus 28 anos me constituíram enquanto sujeito, porém, minhas memórias só dão conta de uma ínfima parte do todo que se passou e que ficou gravada em minha mente, em meu corpo e é capaz de ser recuperada pelas evocações rememorativas ou por lampejos das reminiscências, despertados a partir de uma palavra, um cheiro, um som, um gosto, uma imagem...

Seguindo os rastros de minhas memórias, me volto ao que considero o ponto inicial digno de ser lembrado, o começo de minha escolarização, que não se deu, formalmente, em um ambiente escolar, mas de maneira não escolarizada e, talvez, aleatória pelas táticas de controle do corpo realizadas por minha mãe, espalhando, sobre o chão, embaixo da mesa da cozinha, palitos de fósforos, para que eu os contasse e os devolvesse à pequena caixa, enquanto ela se ocupava dos afazeres domésticos, ou quando espalhava, próximo ao tanque, prendedores de roupa, para que eu os colocasse novamente no balde, sempre contando, ou ainda, as revistas oferecidas a mim para recortar as pequenas letras e figuras, ações que, sem ela saber, ampliavam e desenvolviam minhas capacidades cognitivas ampliando meu repertório lógico-matemático, linguístico e psicomotor.

Assim foi, até eu completar a idade para poder frequentar o Jardim da Infância, aos 4 anos e, posteriormente, o Ensino Fundamental. Antes de iniciar a antiga 1ª série, minha mãe já havia me ensinado a ler e escrever em uma velha cartilha, “No reino da Alegria”, utilizada, anteriormente, por minha irmã.

Durante a infância, cresci sendo incentivado a ler, primeiro, gibis, depois, pequenos livros; brincando com minha irmã, vizinhos e amigos, em casa, de “escolinha” e, até uma lousa e recreio com salgadinho tínhamos. E assim foi, até alcançar a adolescência, quando as brincadeiras ficam de lado e a busca por uma formação profissional começa. Realizei alguns cursos: de datilografia, informática, digitação, culinária, artesanato, música. Tudo o que era possível fazer, lá estava minha mãe matriculando minha irmã e eu.

Concomitante ao Ensino Médio realizei diversos cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), lugar que me proporcionou aprendizagens que levarei para

a vida inteira. O passo seguinte, ao concluir o Ensino Médio e a formação no SENAI, seria prestar vestibular para Engenharia - Mecânica, de Materiais, de Automação, Elétrica, Química, qualquer uma delas - desejo da maioria que é egresso do SENAI. Porém, há sempre aquele que foge à regra; e eu fui um desses.

No meu último ano no SENAI, tive aulas com dois facilitadores¹, Rogério e Ricardo, grandes professores, que me fizeram olhar para outras possibilidades profissionais, para além das engenharias e, assim, descobri minha paixão pela psicologia, que era a base de uma das disciplinas ministradas por eles no curso, nesse período. Já no final da adolescência, comecei a dar aulas e ministrar cursos, como voluntário, em um abrigo de adolescentes chamado “Casa Lar”, o que foi muito importante para minhas decisões futuras na escolha de uma profissão.

Concluí o ensino médio, e então, prestei vestibular para Engenharia Química, Química Industrial e Bioquímica. Consegui uma boa colocação no vestibular e, por isso, obtive uma bolsa para Engenharia Química, na Universidade Paulista (UNIP). Porém, apesar de gostar muito de química, no momento de efetivar a matrícula, desisti do curso, pois sentia que não era aquilo o que eu, realmente, queria. Foi uma decisão difícil, contudo, não me arrependo.

No ano de 2009 ingressei na Pedagogia, já pensando em, no final do primeiro semestre, migrar para a Psicologia, curso que eu tinha como objetivo. Porém, logo nas primeiras aulas, me apaixonei pela Pedagogia e por ela fui tomado. Relembrei meu prazer em brincar de “escolinha”, na minha infância, em dar aulas no abrigo de adolescentes; e no final do semestre, não mudei de curso, continuei na Pedagogia.

Quando estava no segundo semestre do curso, trabalhei como educador social no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), mantido pela prefeitura, com subsídios do governo federal. Foi no PETI, atuando como professor de estudantes oriundos das zonas periféricas da cidade, crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos, filhos de pais encarcerados e mães vinculadas à prostituição, de famílias que, geralmente, tinham ligação ao uso e tráfico de drogas, garotos que sofriam todo tipo de violência – física, moral, sexual – em estado de vulnerabilidade social, discriminados pela sociedade, pela escola e pelos professores da própria instituição, o lugar onde se deu meu processo de construção do ser professor.

Foram momentos difíceis para mim, por ver o sofrimento daquelas crianças que conviviam com a discriminação, ameaças de violência; por causa dos enfrentamentos e da opressão que aquelas crianças reproduziam, reflexo do abuso que viviam diariamente; por ver aquela dor que pulsava em seus olhos. Isso me desgastou profundamente.

¹Modo como era chamado o que seria o “professor” em uma perspectiva metodológica de aprendizagem no modelo DACUM, método de ensino/aprendizagem adotado pelo SENAI no período.

O primeiro mês foi doloroso. Trabalhava durante o dia e, ao voltar para casa, chorava, mas nunca pensei em desistir, pelo contrário, a dor e o sofrimento dessas pessoas é que me motivavam a tentar mudar aquilo tudo.

Não foi fácil, mas depois de quase três meses de um árduo trabalho, fui conquistando a confiança deles, pois mesmo com as suas ofensas e ameaças, testando os meus limites, viram que eu não havia desistido como tantos outros professores que passaram por lá e que, no máximo, ficavam somente no primeiro mês.

Neste lugar, percebi que ser professor está para além de ensinar um conteúdo ou seguir uma matriz curricular, antes se desenvolve no tocar das almas, ao se deixar ser transformado, ver além, enxergar possibilidades que superam aquilo que o aprendente demonstra ter, sem que, por isso, tenhamos uma imagem da profissão docente como um sacerdócio. Aprendi que ser professores é pegar na mão e caminhar junto quando precisar, independentemente das regras; é abraçar e acolher quando for necessário; é alimentar o corpo, a alma e o ‘campo das emoções’, antes de alimentar o conhecimento.

Perto de completar um ano de trabalho no PETI, deixei aquele lugar que tanto me ensinou. Havia passado em um concurso público para Auxiliar Administrativo de Escola, e assim, minha vida tomou outro rumo no campo da educação, a área da Gestão Escolar, onde atuei como Auxiliar Administrativo de Escola e Secretário Escolar durante 4 anos.

Durante a graduação, também tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), momento em que pude experienciar esta reflexão de Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”, frase que se tornou lema dos pibidianos, pois se fez viva em nossas práticas junto às professoras supervisoras, coordenadora de área e nossos alunos na escola. Cada um contribuía com a habilidade que tinha no momento propício, o que nos colocava em constante alternância entre ser professor e ser aluno e nos permitia, parafraseando o autor de *Grande Sertão: Veredas*, o de repente aprender e nem sempre ensinar.

A experiência de ministrar aulas, a partir da pedagogia de projetos, em uma escola pública que lidava com o baixo índice de rendimento, o descrédito da Secretaria Municipal de Educação e com um olhar discriminatório sobre o bairro onde ela estava inserida, o “fundão da Vila”, além dos olhares atravessados de professores e funcionários da escola, foi uma oportunidade de quebrar vários paradigmas da imagem idílica sobre o ambiente escolar e sobre o que é ser professor. Pude perceber que “a escola é uma arena de tensão e conflito”, como dizia minha coordenadora de área, e que sendo assim, era necessário aprender a negociar.

Foi durante o PIBID que meu interesse pela memória e história de Bragança Paulista despertou a partir de um projeto sobre história local desenvolvido com a turma de 5º ano junto com a professora supervisora Regina Dias. O projeto, que teve como intuito o ensino de História a partir de imagens fotográficas, entrecruzadas com as histórias e memórias locais de alunos e seus familiares, contribui para a produção da minha monografia da graduação e também para o relatório de pesquisa da iniciação científica.

Ao concluir a graduação, durante um tempo, ainda trabalhei como secretário de escola, em uma escola pública, até ser empossado como professor na rede pública da cidade de Pinhalzinho, local onde trabalho desde 2014.

Nesse período de transição, realizei uma especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, o que me permitiu novos olhares para o processo de educação, considerando o aprendente como um sujeito histórico em constante construção e desconstrução. Da mesma forma, eu, enquanto professor “que de repente aprende”, me vi nesse processo contínuo de construção e desconstrução que, ao ingressar no Mestrado em Educação, foi intensificado.

Desapegar de verdades construídas durante minha vida toda, durante meu processo de educação, foi doloroso e conflitante, descobrir que não existe verdade, mas verdades, foi pior ainda, assim como, dialogar com o *outro* que há em mim.

As disciplinas cursadas no Mestrado, em especial a *O urbano e seus lugares de memória e educação*, ministrada pelas professoras Fátima Guimarães e Luzia Silva, as discussões realizadas durante as aulas com colegas e demais professores, propiciaram minha imersão em outras percepções de vida e de mundo, nunca antes pensadas, o que tem contribuído para a contínua (des)construção do meu eu professor, que, hoje, sei não haver fim, pois, a todo momento, nossas sensibilidades são educadas pelo espaço à nossa volta, pelas relações e sociabilidades, pelas práticas cotidianas das quais, muitas vezes, nem nos damos conta.

Em razão disso, não posso deixar de pontuar, aqui, que a vida, às vezes, nos prega peças. No final do terceiro semestre do curso, minha família teve que enfrentar o inesperado: minha mãe ficou doente no momento em que estávamos nos recompondo, emocionalmente, do falecimento de minha avó materna. Momentos difíceis.

Minha mãe com uma condição de saúde delicada, que fazia com que ela sentisse dores excruciantes nos olhos, o que não a deixava dormir, mesmo com fortes medicações. Devido a essa complicação que exigia um tratamento doloroso e demorado, deslocávamos, cerca de três ou quatro vezes por semana, para o hospital da Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP), local em que ela fazia tratamento e onde passávamos longas horas, quase sempre, sem bons prognósticos.

Ser colocado frente à finitude da vida e à fragilidade do corpo humano fez com que novas sensibilidades emergissem, assim como, novas necessidades. Porém, no decorrer deste caminho, pude, sempre, contar com a compreensão, apoio e carinho de bons amigos, em especial, da minha querida orientadora, professora e amiga Fátima Guimarães, que, de forma muito sensível, se preocupava comigo e buscava me animar em todos os momentos.

Enfim, tudo teve fim, mesmo que com perdas. Minha mãe perdeu um olho, o que me é muito estimado, pois a sensibilidade do olhar é uma das bases da minha pesquisa, é o que me atravessa e me desloca enquanto sujeito. Por isso, penso ser este relato importante para este memorial, pois, de certa forma, ele atravessa esta pesquisa e tangencia a construção do meu eu, professor e sujeito histórico, biopsicossocial, circunscrito no tempo e no espaço.

Assim, gostaria de concluir este memorial com alguns versos de *Poesia*, de Drummond de Andrade (2003, p. 45), que me representam na escrita dele e desta dissertação:

Gastei uma hora pensando em um verso
que a pena não quer escrever.
No entanto ele está cá dentro
inquieta, vivo.
Ele está cá dentro
e não quer sair.
Mas a poesia deste momento
inunda minha vida inteira.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se na área da História da Educação, sobretudo, da educação não escolar, atendo-se a questões do patrimônio cultural. Insere-se na linha *Educação, Sociedade e Processos Formativos* do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF) e articula-se ao Grupo de Pesquisas Rastros: História, Memória e Educação².

Focaliza as praças José Bonifácio e Raul Leme, bem como, seu entorno, que é ladeado por edificações tombadas como patrimônio histórico cultural da cidade de Bragança Paulista, estado de São Paulo, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista (CONDEPHAC)³. Esta pesquisa histórica e qualitativa tem por objetivos:

a) compreender as experiências e sensibilidades urbanas plurais acerca dos jovens que transitaram pelas praças José Bonifácio e Raul Leme, de Bragança Paulista, presentes em diferentes fontes documentais, no período de 2000 a 2015, na relação com o patrimônio arquitetônico tombado.

b) pesquisar e refletir sobre as percepções de patrimônio que se voltam para essas praças e as edificações tombadas em seu entorno;

Tais objetivos foram delimitados considerando-se a hipótese que o receio pelo uso, eventualmente, inadequado desses dois logradouros públicos por jovens das camadas urbanas mais populares, é que teria motivado a presença da Guarda Municipal e, por vezes, da Polícia Militar, com o intuito de coibir quaisquer possíveis atos de violência, desordem e vandalismo naquele espaço.

O significado emblemático dessas Praças, enquanto marco inicial tradicional da trama urbana valorizada por ter sido ocupada por residências dos grandes cafeicultores, por edificações dos comerciantes locais e por edificações públicas – área cuja monumentalidade arquitetônica das edificações era inegável, na virada do século XIX para o XX – foi tensionado pela presença, frequência e uso desses lugares por estes jovens, no uso de seu tempo livre, nos finais de semana. Considerando-se que estas praças tendem a ser tomadas como emblemas históricos do poder econômico da cidade decorrente da cafeicultura e do

²Cujos líderes são a Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Guimarães (USF) e o prof. Dr. Elison Antonio Paim (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC).

³Órgão criado pela Lei n.º 1986 de 22/11/1984 e alterado pela Lei n.º 3212 de 08/10/1999, na gestão do, então, prefeito José de Lima.

poder político da família Leme, lugares que são valorizados privilegiadamente por terem sido ocupados por membros da então elite letrada urbana, na virada do século XIX para o XX (GUIMARÃES, 2013).

Esta hipótese foi aventada após a constatação de certo estranhamento, decorrente de tal fato, pontuado por alguns participantes em um dos colóquios de que participei sobre Educação Patrimonial, organizado pelo Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco (USF), no ano de 2015.

A par da hipótese inicial e destas questões, delimitou-se o recorte temporal para os anos de 2000 a 2015. A opção pelo ano de 2000 decorreu do fato de que nesse ano ocorreram os primeiros processos de tombamento de edificações na cidade. O ano de 2015 foi delimitado levando-se em conta que fui mobilizado pelo estranhamento de algumas pessoas frente a presença crescente de jovens das camadas populares nas praças centrais de Bragança Paulista, acompanhadas da presença ostensiva de guardas municipais e, algumas vezes, de policiais militares, como pontuado anteriormente.

Na delimitação do ano de 2015, guiei-me também por um procedimento singular. Este procedimento se ancorou em caminhadas de percepção realizadas solitariamente, de forma esporádica, aos sábados à tarde, nas praças focalizadas nessa pesquisa. Tais caminhadas ocorreram ao acaso, sem máquinas fotográficas, sem diários de campo, sem filmadoras, sem roteiro e cronogramas prévios.

Caminhava mobilizado pela pesquisa e por sensibilidades que me tocavam e atravessavam a cada nova caminhada. Com o passar do tempo, fui ao encontro de teóricos que me ajudassem a compreendê-las tanto na relação com o tema e objetivos da pesquisa quanto nos procedimentos de pesquisa encetados pelo pesquisador, que pressupõem o imbricamento de sua história de vida e opções com o contexto social mais amplo.

No exame de qualificação, constatou-se a potencialidade destas caminhadas como disparadoras de reflexões e, me instigou a trazer as contribuições teóricas de Careri (2013) e Grós (2011), porque ambos apresentam o caminhar como uma prática reflexiva que permite observar, criar e intervir na paisagem e no espaço urbano, além de propiciar o encontro com o outro em um exercício de alteridade.

Neste sentido, as caminhadas, foram detonadoras de questões que nortearam e permitiram ampliar as reflexões iniciais sobre as experiências e sensibilidades urbanas plurais acerca dos jovens que fizeram uso, ocuparam e transitaram pelas duas praças centrais de Bragança Paulista, na relação com o patrimônio arquitetônico tombado situado na trama central urbana.

Considerou-se que as caminhadas de percepção realizadas no transcorrer da pesquisa (2015) e pontuadas aqui podem contribuir para se problematizar uma pretensa neutralidade e objetividade científicas, calcadas num perspectiva positivista de ciência, ao trazer para a seara da construção do conhecimento as marcas do lugar social, dos saberes e práticas mobilizadas pelo pesquisador, inscritas e subjetivadas em seu corpo, que é educado pela realidade a sua volta, articulada no espaço pelas relações nele estabelecidas; uma educação construída de forma singular pelas subjetividades, porém polissêmica, pois se dá por meio das sensibilidades: olhares, gestos, coisas, palavras e lugares (SOARES, 2011).

Quando nos reportamos às subjetividades, nos aproximamos delas na perspectiva dos que entendem que

A vida é uma experiência histórica que se tem com e no corpo, incluindo etapas, marcos temporais, de identidades, de gênero e marcas étnicas, também necessidades e funções físicas [...]. Para além dessas dimensões, no e com o corpo se desenvolvem as percepções e sensibilidades (visão, olfato, tato, audição, gustação), os canais culturais de comunicação (movimentos, expressões, gestos, linguagens) seus usos e práticas, e também as sensibilidades (dor, esperança, amor, saudades, etc.), que tornam o corpo uma âncora de emoções (MATOS, 2008, p.243).

Este entendimento nos instigou buscar rastros das experiências e sensibilidades urbanas plurais acerca dos jovens que transitaram pelas praças José Bonifácio e Raul Leme, de Bragança Paulista, na relação com o patrimônio arquitetônico tombado. Experiências e sensibilidades urbanas, marcadas por relações de poder, tensões e, até mesmo, conflitos urbanos, que puderam ser dessacralizados pelas caminhadas de percepção realizadas. Posto que, estas, dispararam algumas percepções e reflexões que se imbricaram com o estranhamento que a naturalização de certas formas e conformações de experiências urbanas possuem na contemporaneidade, sobretudo ao se considerar que

ao se tornar produtor, isto é, um utilizador consciente dos instrumentos de trabalho, o homem se torna ao mesmo tempo um ser social e um criador de espaço. [...] A urbanização é um resultado do estágio correspondente [...] o estudo da produção do espaço deve funcionar como uma verdadeira teoria do espaço humano (SANTOS, 2002, p.21).

As praças privilegiadas nessa pesquisa, em sua conformação territorial, apresentam-se em dois segmentos que, apesar de contíguos, são, nominalmente, distintos e divididos pela Sé Catedral Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

Situada em frente da Catedral, encontra-se a praça Raul de Aguiar Leme, habitualmente, chamada de Raul Leme. É um local ataviado por árvores, bancos de ferro ornamentados, um amplo pergolado, um antigo chafariz, que tem sido utilizado como canteiro de flores, e vários outros canteiros de plantas diversas, existentes/encontrados em toda a extensão da praça, ladeando o passeio público; sobre um deles, encontra-se o busto de Raul de Aguiar Leme, “prestigioso político”, expressão encontrada na placa de homenagem colocada sob o busto alocado na praça desde março de 1982.

Raul de Aguiar Leme foi interventor em Bragança entre os anos de 1931-1933, e pertenceu a família que manteve a hegemonia política na cidade, nas primeiras décadas do século XX. A escolha deste patronímico para uma das praças centrais da cidade, não se deu por acaso. Ela atesta sua referência às relações de poder passadas e à uma dada versão da história e memória locais (GUIMARÃES, 2013).

Na parte posterior da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, encontra-se a praça José Bonifácio, em sua extensão, adendo à igreja, está o banheiro público⁴, o monumento *Cruz de Pedra* que será analisado no capítulo 1 deste trabalho, canteiros com plantas, bancos de ferro ornamentados e frondosas árvores. Em um dos canteiros, existente no espaço que, anteriormente, acolheu o primeiro Paço Municipal e Câmara de Vereadores da cidade, demolido na década de 1950, há esta inscrição, feita sobre sua superfície de alvenaria: “Camara Municipal de Bragança 1919”, e sobre ele, está o busto de José Bonifácio.

Durante as caminhadas de percepção nos deparamos com a presença e circulação de jovens das camadas populares que se encontravam nestas praças e se apropriavam deste espaço público para andar, conversar, namorar, cantar e dançar estilos como Rap, Hip-Hop, Funk e em menor expressão o Rock, no espaço do pergolado. Porém, algumas vezes, percebemos que tais jovens têm encontrado resistências e entrado em conflitos com outros sujeitos que também frequentam as praças e que estranham, criticam e recriminam suas escolhas musicais, danças, roupas e modos de ser.

Vale ressaltar que poucos imóveis que ladeiam as praças ainda são utilizados como residências. Temos uma ocupação urbana marcada pelo esvaziamento de moradores na área central, a grande parte da população que mora nessa região é de pessoas aposentadas. Essa área central se constitui como uma das principais áreas comerciais da cidade, ocupada por

⁴Aos sábados, permanece aberto somente no período da manhã; durante a tarde e aos domingos, geralmente, encontra-se fechado. Este banheiro foi construído no início do século XXI.

muitas lojas e bancos, além da presença de vários edifícios tombados⁵ como patrimônio histórico cultural, o que pode ter contribuído para um olhar de “Espanto, indignação, fascínio, medo: [...] reações diferenciadas apontando para estratégias de identificação bastante solidárias [e] uma intenção de controle dessa presença desconcertante” (BRESCIANI, 2013, p.9), reações provocadas pela presença desses jovens das camadas populares que passaram a ocupar o espaço das praças, nos finais de semana.

Essa “presença desconcertante” teve, muitas vezes, como companhia ou como estratégia de controle do poder público, guardas municipais e policiais militares vigiando o lugar de convivência, impossibilitando esses jovens de intercambiarem experiências (BENJAMIN, 1994). Entretanto, assim como Branco (2007), penso que o centro da cidade é para os jovens um lugar de troca, um lugar de atividades sociais, pois “a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária” (LAMAS, 2004, p. 100). Porém, em minhas caminhadas de percepção pelo local, percebi que essa permanência se constituiu num problema e que as manifestações e práticas sociais geraram vigilância e restrições simbólicas.

Essa percepção me levou a refletir sobre possíveis territorialidades e fronteiras invisíveis das experiências urbanas na contemporaneidade e se estas estariam imbricadas com as praças Raul Leme e José Bonifácio, visto serem elas consideradas símbolos (FRAGO, 2001) da história local, pois se apresentam como marco inicial da trama urbana da cidade.

A localização das praças, além de ser numa área que acolhe edificações tombadas com uma arquitetura eclética⁶, marcada por muitos elementos neoclássicos, é um lugar que reafirma um olhar matizado por significados para a cidade e sua história, conformado por um dado repertório de sensibilidades, experiências estéticas e relações de poder (BUENO; PINTO JUNIOR; GUIMARÃES, 2016). Esse olhar está ancorado na apologia ao período de desenvolvimento marcado pela cafeicultura, modernização e urbanização da cidade (GUIMARÃES, 2013), no qual se teve, por exemplo, a criação da Estrada de Ferro Bragantina e do telégrafo (1884), a canalização da água e do esgoto (1901), a instalação da energia elétrica (1905) e a expansão da malha urbana.

⁵ E.M. Jorge Tibiriçá, Clube Literário e Recreativo, Museu do Telefone, Cine Bragança, Museu Municipal Oswaldo Russomano, Igreja do Rosário, Prefeitura Municipal, Santa Casa de Misericórdia, Edificações da Antiga estrada de Ferro Bragantina, Capela Santa Cruz dos Enforcados, dentre outros.

⁶ Cf. Teixeira (1985, p. 88), o ecletismo corresponde ao “sincretismo de vários reportórios ou correntes artísticas, envolvendo uma selecção e combinação de diversas formas e estilos, muitas vezes incapazes de criar uma unidade orgânica”.

Partindo do pressuposto de que não existe neutralidade no espaço e que ele é passível de uma ação educativa e que “carrega em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das reações sociais de e entre aqueles que habitam” (FRAGO, 2001, p. 64), pode-se entender a praça (neste caso, as praças) como um espaço de educação das sensibilidades, compreendida como o “núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo [...], pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade. [...] formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber” (PESAVENTO, 2007b, p. 56-57).

Nesse sentido, a visibilidade, a localização e a materialidade do espaço possuem uma funcionalidade e intencionalidade na organização da trama urbana e divisão da cidade enquanto espaços públicos e privados; espaço para se andar a pé e para se andar de automóvel; espaços vazios e ocupados; espaço de lazer; espaço de trabalho etc., sendo capaz de suscitar uma formação e conformação das sensibilidades dadas a partir do lugar (FRAGO; ESCOLANO, 2001), que está relacionado às experiências e às sensibilidades, sobretudo, singulares dos sujeitos com o espaço, trazendo a ele uma significação ou ressignificação, o que leva a uma identidade, um sentimento de pertencimento ao lugar, pois, neles se circunscrevem as histórias e memórias dos sujeitos.

Considero, assim, que as praças que foram o objeto desta pesquisa são capazes de originar um *ethos* (PESAVENTO, 2007a), comportamentos, costumes, traços que vão distinguir, mediar e atravessar as relações que nelas acontecem, constituindo múltiplas territorialidades (HEIDRICH, 2009), pois o espaço forma e conforma nossos sentidos, sensibilidades e corpos para uma adequação à vida na cidade, visto nossas relações e experiências se darem de forma dialógica e interativa com e no espaço/tempo urbano.

Ao abordar as praças centrais de Bragança Paulista, destaco, ainda, que as tomei enquanto território (SANTOS, 2006; ROLNICK, 1993) construído coletivamente a partir de relações presentes e passadas que ocorrem e ocorreram com e no espaço e que ambas, em sua formação e conformação, pressupõem possíveis e contínuos rearranjos, decorrentes de tensões, disputas e conflitos socioculturais, trazendo, dessa forma, entranhados, em sua concepção e percepção, valores reais e simbólicos, herdados, transgeracionais, estabelecidos por relações de poder (FOUCAULT, 2010), mobilizados pelos múltiplos sujeitos (mendigos, prostitutas, comerciantes, transeuntes, aposentados, pessoas em momento de ócio, lazer, drogaditos, alcoolistas etc.) e diferentes atividades (econômicas, culturais, políticas, religiosas etc.) que acolhe.

O território das praças centrais de Bragança Paulista é polissêmico, visto que, para cada grupo ou sujeito podem existir fronteiras e delimitações próprias, visíveis ou não, decorrentes de suas experiências singulares e coletivas que podem se desvelar em histórias e memórias plurais desse lugar. O território também é polifônico porque pressupõe vozes de diferentes grupos sociais que, por vezes, se alternam, se unem e conflitam entre si.

No trabalho com as diferenciadas fontes documentais de natureza, forma e conteúdos plurais (impressos, manuscritos, fotográficos, desenhos, públicos, privados, religiosos, escolares, dentre outros), tais aspectos foram perscrutados e estimularam aproximações distintas. Na análise das fontes, considerou-se: o contexto de sua produção, a autoria, a instituição de origem, o enunciado e os interlocutores explícitos.

É importante ressaltar que o sentimento de pertencimento a um território e de compartilhamento de seus significados por um dado grupo social pode suscitar uma vontade de controle de determinados espaços da urbe por parte dos representantes do poder público e por diferentes membros desse grupo, situação que pode gerar a discriminação, a segregação e exclusão de sujeitos que não sejam reconhecidos como membros desse território.

Esta pesquisa permite refletir e analisar estas questões, buscando dar projeção às vozes silenciadas (BENJAMIN, 1991, p. 154), que tendem a ser suprimidas pelos grupos detentores de poder em uma cidade redimensionada pela modernidade, com suas novas formas de se relacionar e organizar no tempo e no espaço (THOMPSON, 1998). Sendo assim, esta pesquisa problematiza uma história e uma memória da cidade que desconsideram o pobre, o negro, o jovem da periferia, o deficiente e outros sujeitos, muitas vezes, colocados como se estivessem à margem da sociedade.

Deste modo, se propõe apresentar uma cidade para além de espaços funcionais de uso e relações de uso, mas mostrar espaços que guardam vínculos estreitos com a subjetividade individual e coletiva, na constituição de experiências que articulam processos de percepção e construção de territorialidades de diferentes grupos (ROLNICK, 1993, p. 28).

A par das colocações acima, ressalto que, esta pesquisa qualitativa pressupôs uma revisão bibliográfica sobre a temática privilegiada e análise documental acerca da história mais ampla do País e a história local em fontes primárias, consultadas nos acervos do Centro de Informação da Câmara Municipal de Bragança Paulista e do CDAPH da USF. Dentre as fontes privilegiadas, destaco os processos de tombamento do CONDEPHAC, os periódicos locais, a legislação municipal e as fotografias da cidade.

Também foram exploradas as publicações de memorialistas⁷ da cidade que se baseiam, sobretudo, em suas memórias e na leitura de periódicos de épocas passadas. Vale ressaltar que suas publicações sobre a cidade são, muitas vezes, tomadas como sacralizadas, sendo, por isso, reproduzidas como uma verdade absoluta e inquestionável por conterrâneos e professores do ensino fundamental, sobretudo, das séries iniciais, dando dessa forma, uma versão monolítica das histórias e memórias da cidade (GUIMARÃES, 2014), pautada em “ilustres sujeitos do passado [...] que realizavam feitos notáveis” (BUENO; PINTO JÚNIOR; GUIMARÃES, 2016, p. 62-63), mas que são extremamente relevantes no cotejo com as demais fontes documentais. Foram analisados também acervos digitais do Museu do Imigrante e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As análises ancoram concepções teórico-metodológicas da História Cultural que, atravessadas pela noção de cultura, abrem possibilidades para a investigação de práticas, saberes, valores e sensibilidades imbricados nas ações dos sujeitos históricos no tempo e no espaço, o que permite “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. [...] Uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica” (PESAVENTO, 2007b, p. 15).

Nessa perspectiva, é possível examinar tanto os objetos culturais produzidos, quanto os sujeitos produtores e receptores de práticas e representações socioculturais, caracterizadas pelos usos e costumes, modos de fazer e ver de uma sociedade (BARROS, 2011, p. 45), o que nos permite olhar para as praças, ladeadas por edifícios tombados, como patrimônio histórico cultural, como produtoras de sensibilidades e sociabilidades que suscitam práticas culturais e sociais à medida que elas, enquanto espaços públicos, vão sendo ocupadas e utilizadas pelos diversos grupos e sujeitos da sociedade.

No âmbito da História Cultural, as práticas culturais correspondem a um amplo espectro de possibilidades no qual é possível se inscrever

a feitura de um livro, uma técnica artística ou modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se o hostilizam-se, morrem ou adoecem tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (BARROS, 2011, p. 46-47).

Cria-se, com isso, um imaginário urbano que “diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das

⁷Destacam-se Barletta (2000; 2003), Chiarion (2011; 2013), Leme (1981), Mathias (1999), Oliveira (2000), Vasconcellos (2013).

representações urbanas” (PESAVENTO, 2007b, p. 78), que se articulam sobre os espaços, sobre os sujeitos e práticas sociais, possibilitando, dessa forma, gerar, um léxico para dar significados e designar sentidos aos espaços, às gentes e à materialidade em que se constitui a urbe, classificando como bom, mau, público, privado e conceituando termos como cidadania, exclusão que estabelecem normas e formas de transgressão, articulando-se à utopia e ao desejo do futuro da cidade, construídos a partir das memórias, mito de origem, lendas que constituem a história da cidade que inventa seu passado e pensa seu futuro (PESAVENTO, 2007b).

Por conseguinte, ao olharmos para a cidade e para as praças, a partir dos pressupostos da História Cultural, podemos considerar que

O desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (ROLNICK, 1995, p. 17).

As praças, os patrimônios arquitetônicos e as relações, que ali se desvelam, podem ser considerados como um documento/monumento a ser lido, produto da sociedade que o fabricou – segundo as relações de força estabelecidas pelos que detinham o poder – e permaneceu não porque, de fato, existiu no passado, mas porque foi escolhido para permanecer (LE GOFF, 1990).

As fontes documentais, nessa perspectiva, convertem-se em provas “na argumentação do historiador e é a partir de tais provas que se encaminha a demonstração explicativa da História, dando a ver o como foi do acontecido”, porém, sem a intenção de expor verdades absolutas, mas, sim, uma das possibilidades dentre outras possíveis (PESAVENTO, 2007b, p. 67). Para tanto, me apoio em autores como Ginzburg (2006), Guimarães (2013; 2014), Gonçalves (2015), Peter Burke (1992), Pesavento (2007), Rolnick (1995) e Walter Benjamin (1991; 1994).

A trajetória da pesquisa e os procedimentos privilegiados nela foram tocados, atravessados e mobilizados (LARROSSA, 2002) por muitas das caminhadas de percepção *in loco*, nas praças centrais de Bragança Paulista, realizadas em 2015.

Com base nessas premissas, essa dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro, é apresentado um panorama das concepções sobre patrimônio histórico cultural, na relação com os processos de tombamento de edificações da cidade de Bragança Paulista analisando possíveis pressupostos na identificação de edifícios que podem ser considerados

patrimônio históricos na cidade, bem como, tensões e conflitos decorrentes dessa identificação, flagrados nos processos de tombamento e artigos de memorialistas publicados em periódicos locais.

Ainda no primeiro capítulo, são apresentadas sensibilidades suscitadas pelo patrimônio arquitetônico, considerado como “símbolo da elite do interior paulista”, devido à sua arquitetura, localização na malha urbana central e preservação de uma “tradição” que reafirma uma dada história local, alicerçada nas transformações da cidade durante o ciclo do café bragantino, apontando para uma dada perspectiva hegemônica da memória da cidade.

No segundo capítulo, para ampliar as discussões que se voltam para a seleção do patrimônio histórico, são apresentadas transformações por que passou a cidade na busca pela sua modernização: a implantação de novos equipamentos (estrada de ferro, telégrafo, telefone), que se deu no rastro do desenvolvimento econômico da cidade, bem como, a implantação de novos serviços (água, energia elétrica) e a utilização de novas tecnologias no processo de construção civil e na arquitetura das casas. Isso permitiu, privilegiadamente, na malha urbana central, a construção de edifícios que, por suas características arquitetônicas monumentais, garantiam ares de modernidade à cidade.

No decorrer do segundo capítulo, é pontuado, também, como esses edifícios, ainda nos dias de hoje, concorrem para construção de uma determinada sensibilidade que diz respeito ao espaço urbano, permeada por uma versão monolítica da história local que visa apresentar um dado “progresso” da cidade numa perspectiva hegemônica que faz com que, no imaginário local, tomado pelas benesses da modernidade, seja silenciado: descompassos, possíveis tensões, disputas e conflitos que podem ter sido gerados na cidade no período.

No terceiro e último capítulo, é articulada uma discussão que aborda o conceito de praça, assim como, das sensibilidades e sociabilidades suscitadas por seu espaço, na tentativa de elucidar a territorialidade das praças José Bonifácio e Raul de Aguiar Leme na relação com o patrimônio arquitetônico que as circunscreve e com a ocupação e o andar dos jovens por elas, que denotam uma prática estética e simbólica, uma tentativa de relação dialógica com o outro e com o espaço na constituição de experiências e territorialidades.

Neste capítulo final, reitero a relevância deste trabalho para a área acadêmica por propiciar a reflexão sobre uma aprendizagem que não é escolarizada, antes, se constrói pelas “redes e estruturas sociais” (BRANDÃO, 1989, p. 13), que permite a constituição dos sujeitos, pois pressupõem processos de socialização (GOHN, 2010) em uma ação dialógica a partir das sociabilidades e sensibilidades matizadas pelo espaço, que forma e conforma (FRAGO; ESCOLANO, 2001), constituindo a educação em “uma fração do modo de vida dos grupos

sociais que a criam e recriam” (BRANDÃO, 1989, p. 10) na forma de ocupação do espaço, nas relações interpessoais, nas atividades cotidianas de lazer, trabalho ou em momentos em que ela “parece ser invisível” como destaca Brandão (1989, p. 16), mas existe, assim como no diálogo com o patrimônio cultural de uma cidade e sua história local, em um lugar de experiência, dissonância, conflito, dos jogos dos passos que tecem os lugares e moldam os passos, que dão sentido à cidade (DE CERTEAU, 1998).

Na sequência destes três capítulos, trago as considerações finais e as referências consultadas.

1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL: DA EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES À COLONIZAÇÃO DO PRESENTE PELO PASSADO

Neste capítulo, traço um breve panorama das possíveis concepções de patrimônio, que estão em circulação na atualidade, com o intento de cotejá-lo com os processos de tombamento de edificações em Bragança Paulista, bem como, mobilizar algumas questões relativas ao que, em algumas fontes documentais, foram classificadas como patrimônio histórico bragantino.

Para tanto, num primeiro movimento, vou ao encontro de Gonçalves (2003; 2015) para quem o patrimônio é uma categoria de pensamento que possui significados distintos de acordo com o contexto histórico-cultural focalizado. Segundo o autor, na contemporaneidade, emprega-se a palavra patrimônio com delimitações precisas, por exemplo, quando se faz referências aos “patrimônios”, financeiros, imobiliários, de uma família, de uma empresa, cultural etc.; além disso, essa expressão pode, também, estar relacionada a diversos domínios do existir humano, tais como o ecológico, o etnológico, o cultural, o econômico, dentre outros.

Assim, na contemporaneidade “qualquer espaço, qualquer prática social, qualquer tipo de conhecimento pode ser identificado, celebrado ou contestado como ‘patrimônio’, por um ou mais grupos sociais” (GONÇALVES, 2015). Nessa perspectiva, emerge uma questão: por que um ou mais grupos se mobilizam em direção pela identificação, reconhecimento e preservação de um determinado patrimônio, seja ele material ou imaterial? (MENGUELLO, 2000). Esta questão se coloca como uma provocação para atentarmos à ideia que a seara patrimonial é uma arena de tensões, disputas e conflitos.

Gonçalves (2003; 2005) considera que essas concepções são históricas e datadas, por sofrerem e continuar a sofrer transformações em sua compreensão, ao longo do tempo e, que, apesar de as concepções atuais dessa categoria de pensamento terem se constituído no fim do século XVIII, ela não é uma invenção moderna, pois já estava presente em diversas culturas, desde a Antiguidade. Ainda, segundo o autor, a concepção de “colecionamento” corresponde ao processo formativo do patrimônio e pode ser compreendida como “coleções de objetos, móveis, imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais” que tem como efeito a demarcação de um “domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’” (GONÇALVES, 2003, p. 22).

Sob essa perspectiva, tomei as contribuições de Gonçalves como uma provocação salutar para as considerações tecidas na sequência, posto que o autor mobiliza subsídios instigantes para uma reflexão sobre o processo de exclusão que o patrimônio pode suscitar, visto que ele pode ser tomado como um símbolo na sociedade em que se inscreve, representando e reafirmando ideias e valores de um determinado grupo, em detrimento de ideias e valores de outros grupos.

1.1 Patrimônio: Concepções e Valores

A palavra patrimônio tem origem latina no vocábulo *patrimonium* e está intimamente relacionada a propriedades e bens que são herdados do pai ou de outro ascendente familiar. Funari e Pelegrini (2009, p. 11) observam que, entre os antigos costumes romanos, o *patrimonium* compreendia os pertences do *pater* ou *pater familias* – pai ou pai de família – e que a família, para o romano, abrangia tanto os bens móveis e imóveis como também mulher, filhos, escravos e animais, enfim, tudo que estivesse sob o domínio do senhor e pudesse ser dado por herança.

Nessa perspectiva, o patrimônio estava ligado ao direito de propriedade privada e aos interesses aristocráticos, visto a transmissibilidade de bens estar inscrita na elite patriarcal romana individual, e ao fato de que a maioria da população romana não era detentora de *patrimonium*.

Malhano (2002) pondera que, até se chegar às concepções de proteção e valorização patrimonial do século XXI, houve uma longa trajetória e que ela está ligada aos cultos religiosos, às relíquias e aos monumentos que foram sacralizados pelo homem. Nesse sentido, Funari e Pelegrini (2009) destacam que, do século IV ao XV, com a disseminação crescente do cristianismo e a ascendência da Igreja, sob o viés aristocrático do patrimônio, integrou-se o religioso. O “culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio [que se ampliou e transformou com] a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11-12).

O patrimônio passou a ter um caráter simbólico e coletivo, abandonando o caráter privado que tinha na sociedade romana. Porém, esses autores pontuam que o olhar das

camadas populares se misturava ao da aristocracia e fugia ao controle dela⁸, e para sanar esta condição ela buscou então a

monumentalização das igrejas e a criação das catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual. No topo de uma elevação, passava a erguer-se a sede da cátedra do bispo, autoridade máxima: a catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 12).

Por conseguinte, o principado e a Igreja deram movimento ao que prefigura o colecionismo moderno que está no cerne do surgimento dos museus, entidades destinadas à salvaguarda e preservação do que era considerado precioso: “tesouros dos templos antigos e das igrejas medievais” (MALHANO, 2002, p. 58).

Mesmo no Renascimento, mantém-se a preocupação aristocrática com a preservação do patrimônio. Os humanistas, que combatiam, de forma veemente, o teocentrismo, buscaram, inicialmente, vestígios da Antiguidade grega e romana, por meio de pesquisas e escavações arqueológicas, no intuito de preservar e conservar esses objetos. Sua preocupação estendia-se à catalogação desses vestígios que podiam ser objetos preciosos ou usuais, moedas, medalhas, fragmentos de cerâmica, estatuárias de metal ou mármore e pedras esculpidas; suas ações se estendiam até mesmo ao esquadramento e registro gráfico de edifícios (FUNARI; PELEGRINI, 2009; MALHANO, 2002). Para além das coleções de objetos e vestígios chamados por eles de pequenas antiguidades, os humanistas também se preocuparam em estudar obras antigas manuscritas, consideradas clássicas.

As concepções de patrimônio adotadas por sociedades ocidentais têm sua formação no final do século XVIII e início do século XIX, com o surgimento dos estados-nações modernos e a partir dos pressupostos “iluministas de acumulação e difusão do conhecimento” (MALHANO, 2002, p. 60), no qual a noção de patrimônio rompe com as bases aristocráticas de cunho privado e religioso, e o delineamento de um novo conceito de patrimônio é cunhado.

Com isso, se busca integrar valores culturais que são compartilhados com toda a população no intento de se forjar e legitimar a identidade de um Estado Nacional. Assim, o patrimônio passa a ser considerado um conjunto de bens culturais de propriedade da nação, cabendo ao Estado a responsabilidade de proteger esses bens que a simbolizavam (FONSECA,

⁸ Neste sentido, Carlo Ginzburg, em seu livro *O queijo e os vermes* (2006), considera que apesar da existência de uma dicotomia cultural: cultura hegemônica dominante e cultura subalterna, há um influxo, uma circularidade, uma influência recíproca entre elas, notadamente intensa na primeira metade do século XVI. Porém a identificação desta influência se torna um desafio à medida que há a dificuldade de se encontrar documentos que auxiliem neste processo, visto as pesquisas da ‘cultura popular’ - conceito ambíguo se pensarmos na influência recíproca entre as culturas identificadas por Ginzburg - ser quase sempre de forma indireta.

2009). Tal proteção engendrou a necessidade de uma criação e articulação de “comissões, leis específicas e a instituição de práticas de conservação (inventário, classificação e proteção)” (MALHANO, 2002, p. 64), que pressupunham uma dada concepção de patrimônio cultural matizada, naquele contexto histórico, por valores eurocêntricos que tendiam a minimizar o valor das manifestações culturais advindas de outras regiões do planeta, sobretudo, as das regiões colonizadas por europeus.

Em termos práticos, pode-se dizer que o patrimônio compreendia bens materiais concretos que representassem a nacionalidade e fossem considerados belos, excepcionais e exemplares, como: monumentos, edifícios e objetos que tivessem valor material e simbólico (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Ainda no século XIX, as concepções patrimoniais tomam nova envergadura a partir das inovações técnicas e do desenvolvimento industrial, mobilizadas pelo avanço da modernidade, como também, pelos estudos empreendidos pelos historiadores da arte que tomam os monumentos históricos como objetos de estudo. Com isso, nos anos finais desse século e iniciais do século XX, ocorrem as primeiras iniciativas de conservação e restauro com o objetivo de preservação dos monumentos históricos (CHOAY, 1999, p. 137).

No início do século XX, Alois Riegl⁹, historiador da arte vienense, postulou novas concepções sobre patrimônio e monumento histórico a partir de sua experiência como conservador de museu, o que também contribuiu para que ele redigisse a nova legislação sobre a conservação dos monumentos ao ser nomeado presidente da comissão austríaca de monumentos históricos, em 1902 (MALHANO, 2002, p. 66; CHOAY, 1999, p. 139). Esse historiador distingue ainda, de forma pioneira, por meio de algumas categorias de pensamento (GONÇALVES, 2003), novas concepções sobre monumento, trazendo reflexões sobre o seu valor artístico, histórico e de antiguidade.

Caber ressaltar que, a identificação e seleção do que pode ser considerado monumento, não corresponde apenas a um conjunto de coisas que existiram no passado, pois sua seleção está alicerçada em escolhas realizadas “quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1996, p. 535); corresponde a relações de poder

⁹Alois Riegl (1858-1905) foi um historiador da arte austríaco, que atuou como curador do departamento de têxteis do Museu Austríaco de Artes Decorativas (1887-1897), professor da Universidade de Viena e presidente da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos, onde ficou encarregado da elaboração de uma nova legislação de conservação para os monumentos. Em detrimento de sua atuação nesta atividade em 1903 publica a obra *Der moderne Denkmalkultus* (O Culto moderno dos Monumentos), precursora dos estudos sobre os bens considerados monumentos históricos e/ou artísticos, no que tange a sua tutela, conservação, valores atribuídos e evolução histórica, bem como sua relação com a memória e a história.

e “luta pela dominação da recordação [...] da tradição” e de uma memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 476).

1.1.1 As políticas patrimoniais no Brasil

No Brasil, apesar de as políticas de defesa do patrimônio terem sido consolidadas com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, observa-se o que pode ser considerado uma iniciativa de proteção do patrimônio. Na segunda metade do século XIX, em dezembro de 1855, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, então Ministro do Império, fez um comunicado no qual atribuía aos presidentes das províncias a responsabilidade de remeter à Biblioteca Nacional uma relação das coleções epigráficas das províncias (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 9; MALHANO, 2002, p. 78). Esse período foi também marcado por uma “progressiva substituição dos edifícios e das estruturas urbanas herdadas dos períodos anteriores” (MALHANO, 2002, p. 78).

Nesse período, as características coloniais, renegadas sucessivamente, foram sendo substituídas pelo neoclassicismo defendido pela Missão Francesa e apoiado pela burguesia local (MALHANO, 2002). É digno de nota que renegar as características coloniais das estruturas urbanas implicava em renegar práticas e saberes que ancoraram sua formação e conformação, muitas das quais advindas da mescla lenta e silenciosa de práticas e saberes de indígenas locais com aquelas transpostas de diferentes lugares da África na relação com a influência portuguesa que, por sua vez, também fora atravessada fortemente pela influência moura, nos idos do início da colonização brasileira.

As ideias de defesa e proteção dos monumentos históricos e artísticos começaram a ganhar maior vigor e visibilidade em 1920 (OLIVEIRA, 2008). Conduzidas pelo estado, culminaram na criação das inspetorias estaduais de monumentos históricos, localizadas em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928). De responsabilidade federal, o primeiro órgão criado foi a Inspeção dos Monumentos Nacionais (1934), no governo de Getúlio Vargas. Sua ação, porém, se limitava apenas à regulamentação.

Com a necessidade de se criar um órgão que, além de regulamentar, também cuidasse dos patrimônios, no ano de 1936, em caráter preliminar e sob a direção de Rodrigo Melo

Franco de Andrade, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁰ (SPHAN), em 1936. O SPHAN se consolidou a partir de dispositivos legais¹¹, em 1937, tendo, então, sido desativada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais.

O idealizador do SPHAN, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, no período de 1934 a 1945, foi o responsável por encomendar o anteprojeto de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, “utilizado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do órgão” (OLIVEIRA, 2008, p. 115) a Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, de 1934 a 1937, e representante do SPHAN, em São Paulo (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980; OLIVEIRA, 2008; PINHEIRO, 2006).

O anteprojeto de Mário de Andrade buscava, sem dúvida, contemplar um conjunto de bens culturais, oriundos das raízes da nacionalidade brasileira, identificados no movimento modernista empenhado na construção da nacionalidade, e na cultura erudita e tradicional. O projeto enfatizava os aspectos não-materiais da cultura, como danças, músicas, lendas, devido, também, ao interesse de Mário de Andrade pelo folclore. Assim, dentro de suas sugestões, foram idealizados os *Livros Tombos*. [Livro Tombo, Arqueológico e Etnográfico, Livro Tombo Histórico, Livro Tombo das Artes Aplicadas e Livro Tombo das Belas Artes] Esse conjunto de bens culturais, com o qual pretendiam preencher os elementos de nossa cultura erudita e popular, caracterizava o país enquanto nação (MALHANO, 2002, p. 123).

Ademais, Ferreira (2015) observa que

A política de patrimônio que se configurou nos anos subsequentes à criação do SPHAN enfatizava a percepção estética e a arquitetura, cabendo aos agentes, em nome dos interesses nacionais, selecionar bens de valor excepcional para representar a nação. Quanto aos estilos de época, o barroco era o mais valorizado, sendo seguido pelo neoclássico (FERREIRA, 2015, p. 107).

Vale ressaltar que as iniciativas preservacionistas empreendidas na década de 1930 levaram a cidade de Ouro Preto¹², no ano de 1933, a ser declarada “monumento nacional, em

¹⁰Desde a sua criação por Gustavo Capanema em 1936, o órgão recebeu diversas denominações, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1936-1946), Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (1946-1970), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (1970-1979), Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1979), Fundação Nacional Pró-Memória - FNPM (1979-1990), Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC (1990-1994) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, nomenclatura atual alterada pela Medida Provisória n.º 752, de 6 de dezembro de 1994.

¹¹O SPHAN foi criado pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937 e pelo Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937.

reconhecimento a seu rico passado histórico – palco da Inconfidência Mineira – e a seu opulento patrimônio edificado” (PINHEIRO, 2006, p. 7). Para Oliveira (2008), o SPHAN, como espaço gerador de saberes, definiu “Minas como lugar da civilização brasileira”, pelo fato de o barroco ser considerado como o marco da cultura brasileira¹³, “expressão da totalidade da nação”, devendo, por isso, ser um passado transformado em tradição¹⁴ (OLIVEIRA, 2008, p. 123).

A história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou éticas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo (HOBSBAWN, 1998, p.17).

Gonçalves (2002) aponta a primeira metade do século XIX como sendo um período em que as narrativas sobre patrimônio emergem como romances nacionais que, de forma articulada, corroboraram para o processo de formação dos Estados Nacionais e para a formação de experiências e sensibilidades relativas à nação.

Os ‘patrimônios culturais’ são constituídos concomitantemente à formação dos Estados nacionais, que fazem uso dessas narrativas para construir memórias, tradições e identidades. Assim como no romance, o que está em foco nas narrativas de patrimônio é a experiência de formação de uma determinada subjetividade coletiva, a ‘nação’, como coletividade individualizada e, a exemplo dos indivíduos, dotada de memória, caráter, identidade etc. [...] constituídos a partir de valores como igualdade e liberdade, e, portanto independentes de toda relação social e de qualquer posição de interdependência (GONÇALVES, 2002, p. 116).

¹² Cunha (2011, p. 49), assevera que “enquanto símbolo da nação, a cidade deveria projetar a memória que a nação queria preservar. Desta forma, o que se preservou em Ouro Preto foi, primeiramente, as construções de pedra e cal ligadas às elites sócio-econômico-político-culturais dominantes”. A autora em sua tese de doutorado (CUNHA, 2016) apresenta ainda que a cidade de Ouro Preto, por ser considerada um Monumento Nacional e Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, frequentemente é objeto de práticas educativas, assim como objeto de estudos e visitas de grupos escolares de diferentes cidades e países, porém os museus que tematizam a cidade, por meio das memórias, histórias, paisagens, riquezas minerais e produções artístico culturais privilegiam a preservação de elementos de grupos socioeconômicos e culturais dominantes.

¹³ Veloso (1992, p. 26) contribui para este pensamento ao afirmar que, neste período o estilo barroco se apresentava como um emblema da nação, considerado “a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação”.

¹⁴ Os bens tombados pelo SPHAN na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967), período adjetivado por Mario de Andrade como fase “heroica”, demonstravam “o desejo de um país passado extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e personagens ilustres” (RUBINO 1991, p. 113).

Porém, a escolha dos bens culturais, com a intenção de reafirmar uma história oficial da nação, bem como, de promover a imagem de um Estado brasileiro sólido, se restringiu à conservação de bens considerados memoráveis para a história do país, por exemplo: edifícios do período colonial, em estilo barroco, palácios governamentais que, na maioria, apresentavam características neoclássicas e ecléticas, o que fez com que os bens culturais não pertencentes às elites acabassem “relegados ao esquecimento” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 46). Quais são as consequências disso? Desvalorização, falta de preservação e de restauração em bens que não compunham o perfil idealizado, enquanto estes bens considerados memoráveis passam a ser tomados como emblemáticos do que se entendia por cultura, bom gosto e esteticamente significativo.

Destaca-se que, guardadas as devidas proporções, considerando-se as balizas temporais da década de 1930, nos processos de tombamento de Bragança Paulista do período de 2000-2010¹⁵, periódicos locais e impressos de memorialistas pesquisados encontrei permanências de critérios muito próximos aos mobilizados na identificação de “bens considerados memoráveis”, conseqüentemente alguns bens arquitetônicos e logradouros públicos bragantinos que não se enquadravam nos critérios de tais bens foram relegados ao esquecimento.

A integração do patrimônio histórico e artístico, em termos jurídicos, na legislação brasileira, acontece, pela primeira vez, na Constituição da República de 1934. Tornou-se obrigação dos estados e da União “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934, artigo 10, inciso III). A mesma obrigatoriedade estendeu-se, também, para os municípios: “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País” (art. 148, BRASIL, 1934).

Com a promulgação da Constituição de 1937 que, em seu artigo 134 previa que os “monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particulares dotados pela natureza, gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios” e com o Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 que

¹⁵ Os processos de tombamento analisados correspondem ao período de 2000 à 2010. Porém, no final do ano de 2016, na gestão do então prefeito Fernão Dias da Silva Leme (2013-2016), foram tombados cinco imóveis, também localizados na malha urbana central da cidade, pelos Decretos nº 2397, 2398, 2399 e 2400 de 20 de dezembro de 2016, nesse mesmo ano o historiador e arquiteto Prof. Dr. Roberto Pastana Teixeira Lima, realizou o levantamento parcial do patrimônio arquitetônico da cidade em uma área pré-estabelecida pela Prefeitura Municipal e pelo CONDEPHAC - imóveis localizados na região central da cidade. A par do levantamento dos imóveis identificados e selecionados para o pré-tombamento - 310 imóveis (BJD, 10/12/2016) - foi elaborado o Inventário Parcial do Patrimônio Arquitetônico de Bragança Paulista, que culminou no pré-tombamento de 160 imóveis (ANEXO 1), objetos de estudo para o processo definitivo de tombamento, divulgados em publicação da Imprensa Oficial de Bragança Paulista do dia 2 de dezembro de 2016.

organizava a proteção dos bens considerados históricos e artísticos da nação, o SPHAN obtém seu principal instrumento jurídico de atuação.

O Decreto n.º 25, em seu artigo primeiro, apresenta as definições iniciais do que se considerava patrimônio na legislação brasileira:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - [...]

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Posterior a esses dispositivos legais, outros vieram a contribuir para a ampliação do que se considerava patrimônio e de definições que mediavam o processo de defesa e proteção dos bens públicos, como se observa na Constituição de 1946 que, além de reafirmar as prescrições relativas ao patrimônio, dispostas na Constituição anterior, “inaugurou a preocupação com os documentos históricos” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 47) e também a lei n.º 3924 de 26 de julho de 1961, que apresentou novos bens a serem preservados, os considerados monumentos arqueológicos ou pré-históricos, entre os quais se inserem as jazidas, os sítios arqueológicos e as inscrições rupestres.

Reafirmando o que já foi dito e ampliando a noção de patrimônio, a Carta Constitucional de 1967, em seu artigo 172, colocou, como dever do Estado, a proteção dos documentos, obras e locais considerados de valor histórico ou artístico, assim como, monumentos, paisagens naturais notáveis e as jazidas arqueológicas.

Com a abertura democrática do país, na década de 1980, novas revisões teóricas foram realizadas no campo da preservação dos bens culturais, delineando e ampliando as definições de patrimônio como pode ser observado no artigo 216 da Constituição de 1988, que apresenta os bens patrimoniais como sendo de natureza material ou imaterial.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Para Brayner (2007), os bens de natureza material ou tangíveis (como também são denominados) “são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos”, enquanto os bens de natureza imaterial ou intangíveis correspondem “aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, aos modos de ser” (BRAYNER, 2007, p. 16).

A autora avalia que

O patrimônio cultural de uma sociedade é também fruto de uma escolha, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado por meio de leis, instituições e políticas específicas. Essa escolha é feita a partir daquilo que as pessoas consideram ser mais importante, mais representativo da sua identidade, da sua história, da sua cultura. Ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas a objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (ou patrimônio coletivo) (BRAYNER, 2007, p. 13).

No diálogo com Brayner, considero importante chamar a atenção como a autora ao afirmar que “as pessoas” atribuem, ou não, significado ou valor a um determinado bem, minimiza o fato de que as pessoas avaliam de um determinado lugar social, deste modo tal avaliação nunca é isenta de tensão, disputa e conflito, porque ela pressupõe juízos de valor e repertórios previamente estabelecidos, no Brasil, privilegiadamente padrões eurocêntricos do que pode se considerar arte e cultura.

Para Oliveira (2008), patrimônio cultural são os “bens culturais vivos” que dependem da ação das comunidades, grupos e de indivíduos que os detêm e são responsáveis por salvaguardá-los, bem como, por manter sua existência, por meio da preservação e registro de seus saberes.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que a Constituição de 1988, em seu artigo 216, atribuiu uma nova perspectiva de proteção e defesa do patrimônio que, para além do Poder Público, estendeu à sociedade a participação na preservação e promoção de ações referentes ao patrimônio cultural brasileiro, tornando-a, dessa forma, corresponsável, como se constata abaixo:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros,

vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (art. 216, § 1º, BRASIL, 1988).

Ampliando o teor do artigo 216, § 1º, foi sancionado no ano 2000, pelo Governo Federal¹⁶, o Decreto n.º 3551, que instituiu o inventário e registro de bens culturais de natureza imaterial do patrimônio brasileiro, que pressupõe a organização do Livro das Celebrações e do Livro dos Lugares, que registram rituais, festas, trabalho, religiosidade, entretenimento e outras práticas que estejam relacionadas à vida da comunidade.

Foram criados, também, o Livro de Registro dos Saberes e o Livro de Registro das Formas de Expressão, nos quais estão inseridos os conhecimentos, modos de fazer e manifestações, sejam elas, literárias, lúdicas, musicais, cênicas ou plásticas, significativas para diferentes comunidades (FUNARI; PLEGRINI, 2009, p. 54; OLIVEIRA, 2008).

O inventário, além de ter proporcionado ajuda na fundamentação e definição dos critérios que norteiam a seleção e registro dos bens culturais, contribuiu para o “reconhecimento do valor das expressões culturais, [e] o reconhecimento de que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro” (OLIVEIRA, 2008, p. 133).

Atualmente, os discursos sobre patrimônio tendem a enfatizar um caráter de construção ou invenção que “derivado das concepções antropológicas de cultura, [...] passa a ser tomada como sistema simbólico, como estruturas de significado pelas quais os homens orientam suas ações” (OLIVEIRA, 2008, p. 135). Tem-se, assim, que os bens compreendidos como patrimônio são importantes mediadores entre o presente e o passado (GONÇALVES, 2005, p. 22), de referência cultural e de continuidade histórica (OLIVEIRA, 2008) que, para além de ideias e valores abstratos a serem contemplados, podem contribuir para a construção e formação das pessoas (GONÇALVES, 2003, p. 27).

Ainda que no século XXI o enfoque, a partir da antropologia, tenha oportunizado uma abertura histórica aos grupos anteriormente silenciados e tenha se ampliado as concepções e ações relativas ao patrimônio por meio de dispositivos legais e vasta produção teórica, que proporcionaram recuperação de bens culturais e práticas preservacionistas. Muitas vezes, a promulgação de leis e decretos específicos referentes à relação com as políticas internacionais de proteção, podem ocasionar conflitos na gestão patrimonial e desequilíbrios regionais e sociais gerados por entraves financeiros e por dissimulações sobre bens a serem preservados ou destruídos apresentados nos projetos políticos que são capazes de resultar em expropriação cultural de uma parcela da população que não se sinta contemplada ou reconhecida “nos

¹⁶ Representado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

majestosos exemplares da arquitetura pública ou religiosa” (FUNARI, PELEGRINI, 2009, p. 57), bens que, geralmente, são alvos de ações de preservação e tombamento.

Assim, é possível perceber que, em cada momento histórico, as políticas patrimoniais, com a definição e seleção do que pode, ou não, ser considerado patrimônio, estão subordinadas e intimamente relacionadas às perspectivas teóricas e políticas do período. Acrescente-se que essa perspectiva não é neutra, visto que o patrimônio é capaz de contribuir na formação de subjetividades coletivas e individuais (GONÇALVES, 2005, p. 27) e, atrelado à ideia de monumento¹⁷ (LE GOFF, 1996), atua como representação atemporal de criações do passado e simbólicas do presente, numa perspectiva de continuidade do passado (MENEGUELLO, 2000), promovendo metaforicamente a “colonização do presente pelo passado” (GUIMARÃES, 2013; 2014). Desse modo, essas reflexões me mobilizam e oferecem suporte nas análises dos bens tombados de Bragança Paulista.

1.2 Monumentos Históricos: Tencionando as Fronteiras

A expressão monumento tem sua origem no latim *monumentum*, derivado de *monere*, que significa advertir, recordar, interpelar pela memória; dela deriva a expressão monumento histórico, proposta por Aubin-Louis Milin, pela primeira vez, em 1790 (CHOAY, 1999, p.16; MALHANO, 2002, p. 64), expressão que passou a ser usada para destacar obras que representassem, em sua temática, a história nacional, tais como: estátuas, túmulos, vitrais e edifícios.

Posteriormente, a expressão monumento histórico integrou o sentido de “edificação arquitetural” e, no decorrer do século XIX, a ideia de monumento foi, progressivamente, reforçada, tendo alcançado respaldo jurídico, por meio de legislação, na França, nos anos de 1887 e 1913, que preconizava que o patrimônio arquitetural era composto por “edifícios ou imóveis como castelos, palácios, catedrais, igrejas, cuja conservação represente interesse

¹⁷ Le Goff (1996, p. 548) ressalta que, o monumento se apresenta como uma herança do passado, legado à memória coletiva de uma sociedade, capaz de evocar o passado e perpetuar a recordação, impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, uma imagem de si; enquanto documento, não é inócuo e não corresponde a qualquer coisa que ficou do passado, mas sim, um produto das relações de poder “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”, o que lhe confere uma aparência enganadora, uma montagem que precisa ser desconstruída e analisada segundo suas condições de produção.

público do ponto de vista da história ou da arte, como tapeçarias, estátuas, quadros, móveis e obras de joalheria” (MALHANO, 2002, p. 65). Naquele período, era considerado monumento tudo o que fosse capaz de reafirmar a identidade, a história nacional e o que concorresse para reforçar a ação do Estado na identificação e gestão desses bens (MALHANO, 2002, p. 65; CHOAY, 1999).

Focalizando o monumento histórico, retomarei as considerações de Choay e Malhano sobre Aloïs Riegl, pois destacam aspectos fundamentais para a compreensão que se tem dessa categoria na contemporaneidade. Choay (1999) considera que Aloïs Riegl, no início do século XX, apresentou um trabalho mais reflexivo sobre monumentos ao se debruçar sobre eles partindo de categorias conceituais destacando o valor histórico de arte, de antiguidade e de novidade que os monumentos podem suscitar. E Malhano (2002) observa que, na concepção de Riegl, todo monumento poderia ser considerado uma obra artística intencional,

uma obra criada pela mão do homem, e edificada com o objetivo preciso de conservar, sempre presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou de um destino (ou a combinação de um e de outro), onde o evento a ser imortalizado é do conhecimento do espectador (MALHANO, 2002, p. 66).

Segundo Lamas (2004), o monumento pode ser uma peça individual, uma escultura arquitetônica, algo que tem importância para o espaço urbano. Ele pode ser utilizado para embelezar, empreender uma função utilitária, como chafarizes e fontes, ou ter uma acepção religiosa, sociocultural ou política. Todavia, o monumento não existe com a finalidade de preencher ou “mobilier” um espaço, mas com a de que lhe seja conferido um significado; sem este, ele não seria o mesmo.

Refletindo nessa perspectiva, ao caminhar pela praça José Bonifácio, me deparei com um dos monumentos de acepção histórica e religiosa de Bragança Paulista, localizado atrás da Igreja Nossa Senhora da Conceição, o “Monumento Cruz de Pedra” (FIGURA 1), que permite observar tensões que se desvelam na identificação de um patrimônio, e como ele se apresenta de forma polissêmica em sua constituição em um determinado lugar da trama urbana central.

A cruz, que tem cerca de 1,5 metros de altura, é feita de granito apicoadado e compõe uma escultura com base de concreto, que simboliza uma mão que a segura; ela “possui uma estrutura moderna para combinar com a arquitetura da Catedral” (BJD, 7 de fevereiro de 2006); logo abaixo de sua vértice, está acomodado, também sobre um base de concreto, um sino de bronze fundido no ano de 1851, conforme alto-relevo que o circunda *Fecit S. Paulo 1851 Henrique Hinrichsen*; podem ser observados, também, desenhos de flores ao seu redor.



Fonte: Arquivo pessoal do autor

FIGURA 1 - Monumento Cruz de Pedra.
Fevereiro/2016, fotógrafo Wesley Baptista.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 2 - Detalhes da cruz e do sino no Monumento Cruz de Pedra.
Fevereiro/2016, fotógrafo Wesley Baptista.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 3 - Monumento Cruz de Pedra sem a cruz e sem o sino.
Dezembro/2016, fotógrafo Wesley Baptista.

A cruz de pedra e o sino que compunham o monumento foram retirados da base de concreto no dia 9 de novembro de 2016 e, segundo o Bragança Jornal Diário, de 10 de novembro de 2016, serão restaurados e ficarão no Memorial da Catedral que, será construído na Cripta da igreja. No lugar do sino foi colocada uma estatueta de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 4 - Detalhe do Monumento Cruz de Pedra após ter sido retirada a cruz e o sino.
Dezembro/2016, fotógrafo Wesley Baptista.

O Monumento Cruz de Pedra foi idealizado pelo arquiteto José Cássio Felice Pin e instalado no dia 24 de janeiro de 2006¹⁸, tendo sido o sino incorporado à obra no dia 30 do mesmo mês, pouco antes da inauguração, que ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2006.

O sino pertencia à Cúria Diocesana e foi doado para compor a obra, considerada por memorialistas¹⁹ locais como uma relíquia, um dos marcos da cidade, símbolo da emancipação política de Bragança, pois pertenceu à antiga Sé Catedral e esteve presente em atos “históricos” da cidade tais como os apontados por José Roberto Vasconcellos²⁰:

existe som mais nostálgico que o badalar dos sinos da igreja? [...] os quais no último dia do ano de 1900 badalaram em repique festivo à entrada do século 20, o IV Centenário do Descobrimento do Brasil, o 137º aniversário da fundação da cidade de Bragança e também o 135º ano da criação da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. [...] Como relíquia do passado, hoje compõe o monumento da Cruz de Pedra existente na Praça José Bonifácio. É admirado pelas pessoas, pois é sino histórico. É um símbolo da emancipação política de Bragança. Foi esse sino que no entardecer de 20 de abril de 1856 com seu repique anunciou aos cidadãos bragantinos que Vila Nova de Bragança emancipara-se de Atibaia e era elevada à categoria da cidade (BJD, 7 de novembro de 2013).

Apesar do atual reconhecimento da escultura como um monumento local que inspira valor histórico, suscita sensibilidades e nostalgia de um tempo passado, outorgando, assim, ao espaço da praça, um significado a mais, uma identidade, sua instalação não foi isenta de tensões, disputas e conflitos na sua identificação como patrimônio histórico da cidade.

Quando foi noticiado pela imprensa local que a cruz de pedra, considerada um marco histórico da cidade, seria colocada em uma das praças públicas, O advogado José Roberto Vasconcellos contestou o fato em um jornal local, através de seu artigo “A cruz de pedra não é nenhum marco histórico” (BJD, 5 de novembro de 2005). Ele discorreu, nesse artigo, sobre os motivos pelo quais se cometia um “Erro histórico gravíssimo”, isto é, dar importância e tal destino a ela, visto que “a Cruz de pedra ‘não marca’ nenhum fato ou acontecimento de nossa cidade [Bragança Paulista]. Assim sendo, não é Marco histórico que mereça ser exposta [*sic*] em praça pública” (BJD, 5 de novembro de 2005).

¹⁸ Monumento construído na gestão do Prefeito João Afonso Sólis (2005-2012) e do Secretário Municipal de Cultura e Turismo Antonio Francisco Sonsin.

¹⁹Oliveira (2000); Mathias (1999); Vasconcellos (2013); Chiarion (2013).

²⁰ Advogado, memorialista e membro da Associação de Escritores de Bragança Paulista; foi membro do CONDEPHAC como representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no período entre 2000-2004, e representante da Diocese de Bragança Paulista entre os anos 2005-2013.

No mesmo artigo, o advogado destaca que a referida cruz, após ter sido retirada da Catedral, quando esta foi demolida em 1965, foi alocada para uma das dependências do Museu Municipal e, em dado momento do qual não se têm maiores informações, foi levada desse lugar por um antiquário. Após esse acontecimento, a cruz teria sido comprada pelo diretor do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e, posteriormente, vendida ao Museu de Arte Sacra de Uberaba, Minas Gerais.

A cruz de granito foi esculpida por um homem, negro e escravo do Coronel Luis Manoel da Silva Leme (Cel. Luiz Leme), entre os anos de 1837 e 1881, por devoção a Nossa Senhora da Conceição; foi doada à igreja erigida sobre a capela inicial do povoado do Jaguari onde esteve em sua fachada até 1914 (FIGURA 5), quando a igreja foi demolida a cruz foi colocada sobre a abside, na parte posterior da nova igreja construída (FIGURA 6).



Fonte: Arquivo Digital CDAPH.

FIGURA 5 - Largo da Matriz.
1880, fotógrafo desconhecido.

A imagem corresponde a uma fotografia, de autor desconhecido, do Largo da Matriz, na década de 1880. A igreja apresenta característica arquitetônica colonial, como pode ser observado no “óculo central no frontão torneado com volutas” (ISHIZU, 2009, p. 99); no frontão, está a cruz de pedra; defronte a igreja nota-se a falta de calçamento delimitado, sendo o chão, provavelmente, de terra; há um cavalo no local, o que denota a passagem de animais no ambiente, a sua frente está um sobrado, local que posteriormente viria ser o Clube Literário. É importante ressaltar que a expansão e o crescimento urbano da cidade entre os séculos XVIII e XIX se deu a partir desse largo.



Fonte: Arquivo Digital CDAPH.

FIGURA 6 - Cruz de pedra sobre a área externa da abside da igreja.
Data aproximada 1950, fotógrafo desconhecido.

Na década de 1920, a Praça José Bonifácio e a Igreja Matriz passaram por uma remodelação, o que permitiu ampliar seu ajardinamento e a implementação de novos equipamentos urbanos como o bebedouro, o mictório e o coreto. Sua arquitetura foi modificada, abandonando as características coloniais, da antiga igreja, e adotando um estilo eclético, que trazia sobriedade e ares da modernidade para o local, que buscava ir ao encontro da estética burguesa e dos fazendeiros, preconizada no período. Notar que nesse momento há uma tentativa de racionalização do espaço, como pode ser observada no calçamento delimitado para o passeio público e nos nichos do jardim, balizando os locais para se andar e para se contemplar os quais contam com os bancos espalhados pelo ambiente da praça; nota-se ainda a iluminação pública e a presença de automóveis e de transporte coletivo no local.

Porém, a forma como Vasconcellos se refere à construção da escultura, negando sua validade histórica para o município, chama a atenção:

Esclareço. Na verdade, a Cruz de granito, é obra de um negro escravo que a ofertou à Matriz de Bragança [...]. O escravo era serviçal do Cel. Luiz Leme, que não teve qualquer participação de mando sobre o ato realizado (BJD, 5/11/2005).

Assim, pergunta-se:

– Se a cruz não tivesse sido feita por um escravo ou sua confecção tivesse sido determinada pelo coronel, ela teria sido considerada, em primeira instância, por José Roberto Vasconcellos, como um bem que tivesse valor histórico?

– Na opinião dele, a praça não era um lugar adequado para receber essa escultura?

– Se o local escolhido para acolher o monumento fosse outro, haveria a mesma preocupação em não se considerar o local adequado para receber tal obra?

Essas questões permitem perceber e compreender não só tensões que se colocam na identificação e classificação de um bem cultural ou patrimônio, mas, também, como o espaço da praça é polissêmico, polifônico e suscita diferentes sensibilidades em relação ao seu território, muitas vezes, valorizando apenas ações que estão direcionadas a uma parcela que, se entende “seleta” da cidade.

1.3 O Patrimônio Histórico e Cultural nos Processos de Tombamento de Bragança Paulista

Durante a pesquisa no CDAPH, foram analisados 26 processos de tombamento referentes às edificações e aos monumentos de Bragança Paulista²¹. Foi observado que 13 deles referem-se a imóveis localizados na malha urbana mais antiga da cidade, que fica sobre um espinhaço (ISHIZU, 2009), local que abrigou a primeira capela e a população que deu origem à cidade. A malha urbana central de Bragança também pode ser descrita com um lugar onde se

²¹ Processos de tombamento compreendidos entre os anos 2000-2010, elencados no final do trabalho na lista de fontes analisadas.

localizam as ruas centrais e logradouros públicos da cidade que foram e são lugares tradicionais e de referência para a população bragantina, em que ocorrem e ocorreram manifestações populares, festas cívicas e religiosas, dentre outras práticas coletivas (GUIMARÃES, 2013-14, p. 23-24).

O processo de tombamento consiste em um conjunto de documentos; ele acolhe a identificação do bem cultural a ser tombado, com dados jurídicos e de localização, documento de matrícula do imóvel, emitido pelo cartório de registro de imóveis, pesquisa histórica, análise e parecer técnico, bem como, justificativa da relevância de ele ser inscrito no Livro Tombo do CONDEPHAC, colocando-o sob a tutela do município. Entranhados no processo, também foram encontradas cópias de artigos de jornais e revistas locais, plantas arquitetônicas, além de fotografias utilizadas com o objetivo de garantir subsídios suficientes para justificar e legalizar o tombamento solicitado pelos conselheiros do órgão ao chefe do executivo municipal.

Todo o processo administrativo para a realização do tombamento, na esfera municipal, é efetivado pelo CONDEPHAC, órgão de caráter consultivo criado pela Lei Municipal n.º 1986 de 22 de novembro de 1984, que também tem seus objetivos traçados pela referida lei. Estes:

- I - Definir a política municipal de defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural;
- II - Proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos, para a defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico, folclórico e arqueológico do município;
- III - Coordenar, integrar e executar as atividades públicas referentes à defesa dos patrimônios citados no item anterior (BRAGANÇA PAULISTA, 1984).

O CONDEPHAC, segundo o Regimento Interno, é formado por 12 conselheiros, representados por um historiador, dois arquitetos, um jornalista, um advogado, dois representantes das instituições de ensino superior local, dentre outros integrantes. A candidatura dos conselheiros é dada por meio de indicação realizada pelas instituições locais e órgãos de classe correspondente, dentre as quais se destacam: a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB), Universidade São Francisco, Prefeitura Municipal, Diocese local, Conselho de Ministros Evangélicos de Bragança Paulista (COMEBRAP), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Bragança Paulista (CREA), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); - a nomeação como conselheiro concede ao indivíduo um período de dois anos de mandato.

A partir da leitura dos processos de tombamento, foi possível traçar um perfil das edificações tombadas e dos pressupostos que orientavam o que era considerado patrimônio²², na perspectiva daquele grupo de conselheiros que atuava no CONDEPHAC e de alguns proprietários que impetraram recursos contra o processo de tombamento de seus imóveis, bem como, flagrar tensões e divergências nessa definição, pois foram encontrados algumas vezes, discursos (FERREIRA, 2005; FOUCAULT, 1999) de um mesmo enunciador que apresentavam opiniões contrárias, como pode ser observado no processo de tombamento da Capela Santa Cruz dos Enforcados (FIGURA 4).

1.3.1 É óbvio que (não) tem valor histórico

é óbvio que a denominada ‘Capela da Santa Cruz dos Enforcados’ não tem qualquer valor ‘artístico ou cultural’, a não ser que se pretenda desvirtuar tais conceitos, restando analisar apenas se teria um valor histórico [...] Na realidade, a capela jamais foi considerada como um ‘marco histórico’ (PROCESSO DE TOMBAMENTO 12/2004, p. 38).

Essa epígrafe corresponde a um excerto do recurso impetrado ao CONDEPAHC na tentativa de sustar o tombamento da Capela Santa Cruz dos Enforcados (tombada pelo Decreto Municipal n.º 13.489 de 27/09/2005), considerada a Capela mais antiga da cidade. Ela tem como base de sua arquitetura a técnica de taipa de pilão com telhas de barro, características do barroco colonial (ISHIZU, 2009), porém ela é uma construção do final século XIX.

²²É necessário acrescentar que, às vezes, alguns bens eram tombados como tática para garantir a preservação de outros que lhes eram próximos, se pautando no artigo 46, da Lei Complementar n.º 534 de 16 de abril de 2007, que obriga a preservação de um imóvel situado no entorno do bem tombado num raio mínimo de 150 metros, criando um “corredor de proteção histórico, artístico e cultural”. O artigo também proíbe, nesse raio de proteção, a instalação de placas publicitárias que interfiram na ambiência do local, bem como, demolições ou reformas sem a anuência do CONDEPHAC.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 7 - Capela Santa Cruz dos Enforcados.
Janeiro/2017, fotógrafo Wesley Baptista.

A Capela foi construída por devotos em um local utilizado para a “execução sumária de escravos e escravas fujões ou desrespeitadores das leis de seus feitores e ‘senhores’ de quem os desditosos eram serviçais e propriedades” (PROCESSO DE TOMBAMENTO 12/2004, p. 9)²³, tendo muitos deles sido executados por enforcamento em uma grande árvore conhecida como “A árvore dos enforcados” que existia na frente da Capela e, possivelmente, sepultados no antigo cemitério para pessoas enforcadas, que existia próximo a ela (PROCESSO DE TOMBAMENTO 12/2004, p. 49).

Se analisarmos mais atentamente a negação da pequena Capela como um patrimônio artístico, cultural e histórico local, realizada pelo autor do recurso, o senhor Affonso Celso Fagundes, é possível constatar que sua afirmação não está apenas ligada à falta de conhecimento técnico ou ao interesse de que seja revogado o tombamento, mas a uma concepção anterior, a uma categoria de pensamento (GONÇALVES, 2003; 2005) do que pode, ou não, ser considerado patrimônio para aqueles que se pautam por valores eurocêtricos, letrados, brancos e urbanos.

Essa concepção emerge quando Affonso destaca os empreendimentos arquitetônicos que, na sua percepção, possuem “valor histórico” indiscutível:

‘Valor histórico’ tinham, sim, a nossa antiga e saudosa Catedral, palco que foi de eventos memoráveis que marcaram de forma indelével a história da cidade, o prédio onde funcionava a Cadeia Pública na parte térrea e o Fórum da Comarca na superior, em cujo interior foram tomadas decisões que influenciaram e modificaram a vida de pessoas importantes da sociedade e mesmo de toda a comunidade; o antigo prédio do Mercado Municipal, onde se iniciou, em verdade, todo o hoje pujante comércio da cidade! (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 12/2004, p. 39).

É possível observar que, na opinião do recorrente, somente podem ser enquadrados na categoria de patrimônio histórico cultural lugares que abrigaram “eventos memoráveis” ou que estivessem ligados “a vida de pessoas importantes da sociedade”. Logo, uma pequena Capela utilizada como ponto de referência e demarcação dos limites da cidade, ponto central de lendas urbanas que dizem tratar-se de um lugar assombrado ou a própria história da motivação de seu surgimento, vinculado aos possíveis enforcamentos de pessoas escravizadas, em uma grande árvore que existia em seu terreiro, bem como as festas e eventos religiosos populares ocorridos nela, são desconsiderados por ele.

²³O parecer, com a síntese histórica da Capela, foi redigido pelo conselheiro José Roberto Vasconcellos.

Só o fato de que algumas pessoas ali se mataram por enforcamento na [...] árvore não pode atribuir ao local um mínimo de ‘valor histórico’ da concepção constitucional da expressão! (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 12/2004, p. 39).

Nessa perspectiva é possível refletir sobre a relevância dada aos acontecimentos relacionados às “tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos [e] de célebres personagens históricos” (PCNs, 2001, p. 22-23) dignos de serem lembrados e considerados em detrimento de ações e festejos populares.

Vale, porém, ressaltar que as tradições, muitas vezes, “inventadas” (HOBSBAWN, 2008), constituem uma continuidade artificial que estabelecem o passado por repetições e, assim, a ideia de continuidade, quase que de forma obrigatória, desvelando práticas ritualísticas, simbólicas e regras que têm por objetivo inculcar nos sujeitos valores e comportamentos de um passado histórico que, possivelmente, pode estar relacionado a um determinado estilo arquitetônico, assim como, afirma Hobsbawn (2008, p. 9-10):

Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do Parlamento britânico no século XIX, assim como a decisão igualmente deliberada, após a II Guerra, de reconstruir o prédio da Câmara partindo exatamente do mesmo plano básico anterior. O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. [...] na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial.

Assim, outro ponto que merece destaque é a comparação arquitetônica que ele faz da Capela Santa Cruz dos Enforcados com a Igreja Matriz, atual Catedral Nossa Senhora da Conceição (FIGURA 8) e a Cadeia Pública (FIGURA 10).

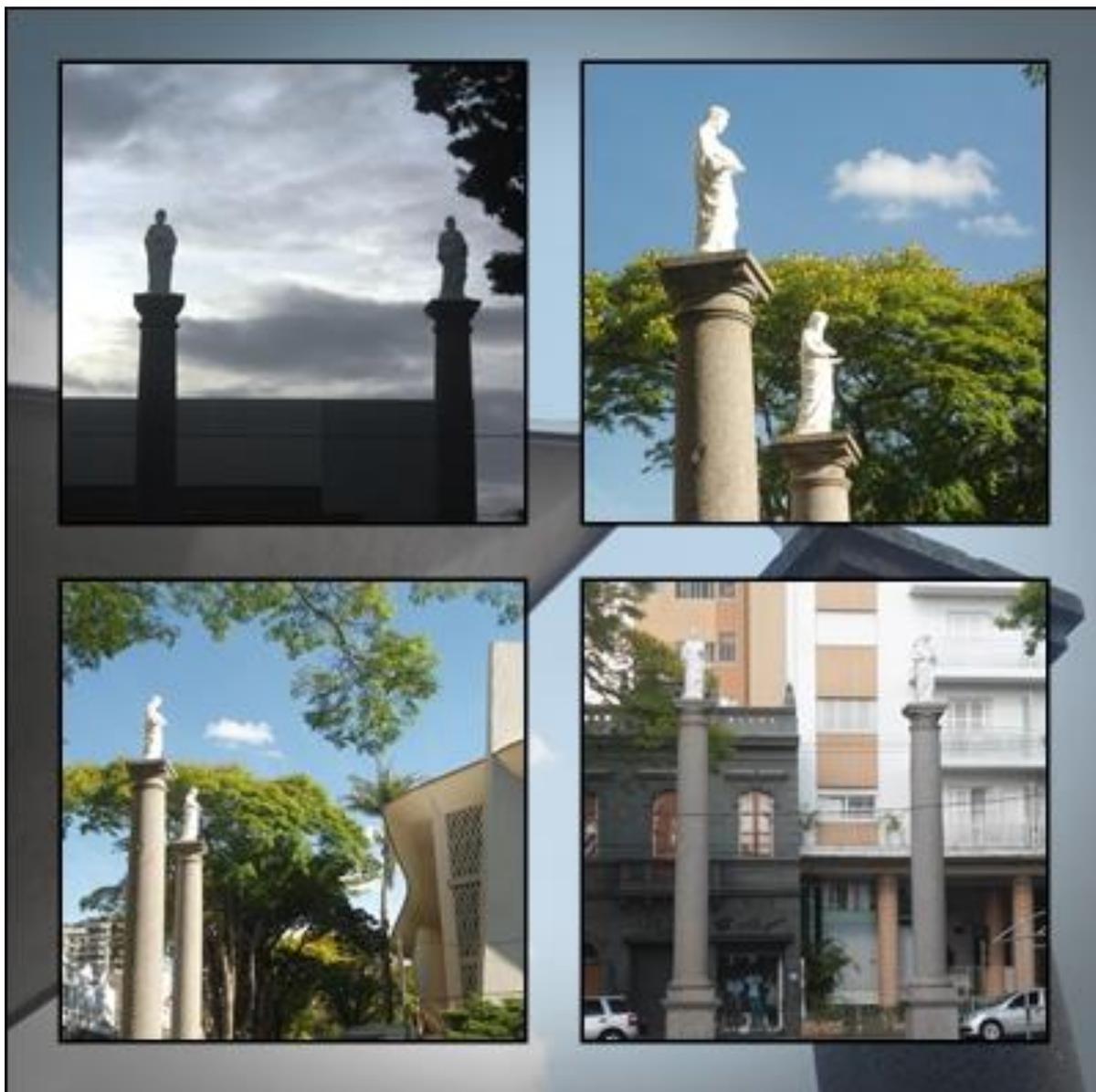
Enquanto a Capela traz consigo características do barroco colonial com estruturas “de taipa de pilão, técnica tradicional principalmente no Estado de São Paulo” (ISHIZU, 2009, p. 31), na época de sua construção em fins do século XIX, o que remete a uma arquitetura mais simples, quase sem ornamentação (ISHIZU, 2009, p. 39), as outras edificações colocadas em confronto com a Capela apresentavam, antes de serem demolidas, uma arquitetura eclética com várias referências aos elementos do neoclássico: prédios suntuosos, com acentuada simetria e volumetria, ornamentados com cornijas, frontões, frisos, platibanda, cimalha decorada, estilo arquitetônico que ganhou espaço em fins do século XIX e início do XX no Brasil e, também em Bragança (ISHIZU, 2009), pois se caracterizava como símbolo da modernização da cidade, sobretudo, no período do ciclo do café.



Fonte: Arquivo Digital CDAPH

FIGURA 8 - Cartão Postal da antiga Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.
Sem identificação de data, fotógrafo desconhecido.

Localizada na Praça Raul Leme, essa igreja apresenta monumentalidade e simetria em sua composição, características do estilo eclético, nela vemos cinco estátuas distribuídas aos pares em cada lado da igreja e uma sobre a torre central na qual se identifica, logo abaixo do campanário, um relógio. Na fachada da igreja é possível observar quatro pilares de granito que sustentam um frontão triangular. Atualmente os pilares e as estátuas adornam as laterais da Praça Raul Leme.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 9 - Colunas de granito e estátuas da antiga Igreja Matriz.
Outubro/2016, fotógrafo Wesley Baptista.

Para quem está à frente da Igreja Nossa Senhora da Conceição, é possível observar duas colunas de granito à sua esquerda e duas colunas à sua direita as quais tem em seu topo a escultura dos evangelistas, elementos que adornavam a antiga Igreja Matriz demolida na década de 1960.



Fonte: Arquivo Digital CDAPH.

FIGURA 10 - Cadeia Pública.

Sem identificação de data, fotógrafo desconhecido.

Situava-se à frente do portão do Jardim Público e ao lado do Teatro Carlos Gomes. Na época de sua construção, considerava-se que ficava distante do centro da cidade. Localiza-se a cerca de 1 Km de distância das Praças José Bonifácio e Raul de Aguiar Leme.

Por entre as diferentes fontes consultadas, é possível observar que para os moradores são significativas as edificações que apresentam as características ecléticas, muitas delas consideradas símbolos, lugares de importância, atreladas aos personagens históricos “importantes” da cidade, mostrando, assim, uma sensibilidade colonizada pelas visões de mundo do passado (GUIMARÃES, 2013-14).

Essa mesma observação revela, também, um descaso para outras edificações da mesma época, que não acolheram famílias de ricos fazendeiros, comerciantes ou ainda, acontecimentos oficiais considerados memoráveis para a cidade por muitos dos memorialistas locais. As edificações que acolheram membros das camadas populares ou de suas manifestações não compõem o rol dos bens tombados; alguns estão, há alguns anos, em processo de pré-tombamento. Desta forma, é provável supor que muitos conselheiros não consideram que tais edificações sejam patrimônio histórico e cultural da cidade.

Assim, é crível que a afirmação enfática de Affonso Celso Fagundes “Uma construção inadequadamente denominada de ‘capela’ [...] não tem, é obvio um mínimo de ‘valor histórico’! (PROCESSO DE TOMBAMENTO, 12/2004, p. 39)²⁴, estaria para além de uma sensibilidade colonizada por um passado idílico, mas, também, marcada por uma “tão comum atitude etnocêntrica que herdamos do processo de colonização ocidental” (COUTINHO, 2008, p. 40), centrado num repertório estético eurocêntrico, que forma e conforma sensibilidades que hierarquizam as produções culturais (civilizadas/primitivas, eruditas/populares, modernas/atrasadas etc.) e as definições do que pode, ou não, ser considerado patrimônio.

Na contemporaneidade, nossos sentidos tendem a estar imersos e serem mobilizados por um padrão canônico, ocidental e eurocêntrico do que pode ser considerado patrimônio (COUTINHO, 2008).

Talvez, isso explique, no que tange ao tombamento e à preservação da arquitetura local, o motivo pelo qual, edificações mais simples, que não foram construídas ou usadas pelas elites letradas urbanas, geralmente sejam desconsideradas ou tomadas como primitivas, atrasadas, rudimentares, mostras da incultura, da falta de civilidade, de racionalidade. Em compensação, muitas das edificações que atestam a filantropia, o poder e a riqueza de tais elites, foram tombadas sem que houvesse qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a

²⁴Notar que todas as vezes que Affonso assevera o não valor histórico da Capela, utiliza-se de uma afirmativa exclamativa enfática e veemente, bem como, uma manobra coercitiva afirmando ser “óbvia” essa percepção.

importância delas para a história da cidade, como exemplos: o Preventório²⁵ (1912), o Grupo Escolar²⁶ (1909), a Santa Casa (1874)²⁷, o Sociedade Ítalo Brasileira (1898)²⁸.

Posição da qual discordo por entender que patrimônio é

um bem material ou imaterial, herança do passado para o presente e o futuro, com valores e características que contribuem para a permanência e identidade da cultura a que pertence. Dos bens materiais, têm-se desde conjuntos urbanos ou locais e sítios dotados de expressivo valor histórico ou arqueológico, a casas, palácios, igrejas, praças, ou esculturas, pinturas e artefatos de um modo geral. Consideram-se bens imateriais a literatura, a música, a linguagem e as manifestações coletivas e/ou festivas, como costumes e fazeres (COUTINHO, 2008, p. 43-44).

Ítalo Calvino (2003, p. 36) elucida o poder que o símbolo arquitetônico tem em nossos sentidos, pois, mesmo que sejamos estrangeiros em uma cidade, ao caminhar por suas ruas, temos um imaginário prévio, advindo de nossas experiências e sensibilidades anteriores na urbe. É ele que nos permite imaginar como deve ser cada um dos edifícios que abrigam os mais diversos serviços. A capacidade de identificá-los é dada pela “atividade do olhar” (BRESCIANI, 2013, p.16), que permite, ao caminhar

em meio às cúpulas de pagode e claraboias e celeiros, seguindo o traçado de canais hortos depósitos de lixo, [...] [seja possível distinguir] quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos grandes sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona. Assim – dizem alguns – confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares (CALVINO, 2003, p. 36).

Nesse sentido, sinto-me autorizado a avaliar que a localização geográfica dos edifícios também é capaz de nos estimular a lhes atribuir qual seria sua utilização, importância e significado, o que implica uma educação dos sentidos (GAY, 1989) dada pelo espaço, pois,

²⁵Tombado pelo Decreto Municipal n.º 11296 de 28 de dezembro de 2000, conforme Bueno (2007, p. 139), na cidade, Preventório era o nome conhecido do Sanatório para Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres, entre as décadas de 1960 a 1970. Atualmente, é conhecido como Preventório Imaculada Conceição Fundação Obra de Preservação dos Filhos de Tuberculosos, porém encerrou suas atividades de atendimento institucional em dezembro de 1996, devido sua interdição pela Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

²⁶Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriça, tombado pelo Decreto Municipal n.º 11303 de 28 de dezembro de 2000, mais sobre sua arquitetura na relação com a cidade na modernidade pode ser encontrado em Medeiros (2013) e Félix (2012).

²⁷Tombado pelo Decreto Municipal n.º 11300 de 28 de dezembro de 2000.

²⁸Tombado pelo Decreto Municipal n.º 922 de 20 de abril de 2010.

como salientado anteriormente, na perspectiva de Frago (2001) o espaço é capaz de educar, formar e conformar, além de ser produtor e produto da história (CARLOS, 1999, p. 38).

1.3.2 “*Símbolo da elite do interior paulista*”: o patrimônio arquitetônico nos processos de tombamento

Segundo Ishizu (2009), a partir da metade do século XIX, é possível observar, em Bragança, o desenvolvimento da economia cafeeira e, no seu rastro, a modernização da cidade, na qual são adotados novos padrões estéticos de construção.

A implantação de uma nova arquitetura urbana, segundo a autora, foi possível pelo aperfeiçoamento de técnicas construtivas que se deu concomitantemente com o início da imigração europeia e com trabalho remunerado, implicando, com isso, novas formas de construir e habitar, o que correspondia a um refinamento técnico com influências do ecletismo arquitetônico europeu e da arquitetura burguesa, que se valia dos benefícios do avanço da Revolução Industrial e apresentava uma preocupação com o conforto e a utilização de novas tecnologias e materiais. Por causa disso, “Surgiram nesta época as casas urbanas com novos esquemas de implantação, afastados dos vizinhos e com jardins laterais, mas com o alinhamento da fachada da construção com a rua ainda eram comum” (ISHIZU, 2009, p. 56).

As residências receberam serviços de água encanada, esgoto e novas instalações sanitárias com a utilização de equipamentos importados, além de acolherem outra distribuição dos cômodos e o emprego de novos materiais de construção (ISHIZU, 2009), dentre os quais, o vidro e o ferro (BENJAMIN, 1991).

Essa nova estética arquitetônica, identificada por alguns como “sinônimo de progresso e linguagem do poder econômico – era o capitalismo inaugurado com o café que chegava à cidade” (LEMOS, 1987, p. 74) – estabelecia uma racionalização dos espaços urbanos e trazia outra perspectiva de “progresso” à cidade que emergia ao encontro das aspirações da elite letrada urbana. Tal racionalidade e progresso urbanos simultâneos demandavam e iam ao encontro de princípios preconizados pelos sanitaristas; fato flagrado no Código de Posturas adotado no período entre os anos de 1881 e 1928²⁹, que trazia em seus artigos ideias

²⁹ Conforme publicação da CMBP (1998, p. 105) no ano de 1881 entrou em vigor o último Código de Posturas que correspondia ao período Imperial, tendo sido substituído, no ano de 1928, pelo “Código Municipal de Bragança, fechando o período republicano”.

destinadas a disciplinar a cidade através da imposição de uma dada ordem e moral, que se pautava por uma visão sanitaria em prol da formação de sujeitos sadios e manutenção da salubridade local:

Art. 14. É proibido nas povoações do município:

Parag. 1º Deixar sair dos prédios e muros aguas pútridas, sob multa de 4\$000 ao morador, que será obrigado a fazer a limpeza no mesmo dia da multa, repetindo-se diariamente até ser feita a mesma limpeza. Parag. 2º Conservar mourões ou outros quaisquer embaraços ao trânsito público, sob multa de 5\$000 e a obrigação de removê-los no mesmo dia, sob pena de repetição de multas. [...] Parag. 4º Conservar carne, peixe ou quaisquer outros objetos não limpos pelas portas ou janelas exteriores, sob multa de 2\$000, repetidas todos os dias em que foram encontrados tais objetos. Parag. 5º Proferir palavras obscenas e ofensivas à moral e aos bons costumes, ou praticar atos que produzam as mesmas ofensas, ou que perturbem a tranqüilidade e sossego público, sob multa de 5\$000 e prisão por três dias. [...] Parag. 11º Correr a cavalo, à rédea solta, dentro das povoações sem urgente necessidade, sob multa de 5\$. [...] Parag. 17º Fazer batuques, funções ou qualquer ajuntamento com algazarra e vozerias, sob multa de 10\$ para o dono da casa e 5\$ para cada uma das demais pessoas que compuserem o ajuntamento (CÓDIGO DE POSTURAS DE 1881³⁰ cf. CMBP, 1998, p. 106).

Edifícios enaltecidos na época, por entre as páginas dos periódicos locais, como magníficos, modernos e símbolos do progresso da cidade, foram construídos naquele período, carregam, ainda hoje, uma aura de imponência aliada a sentimentos saudosistas de épocas passadas que são recorrentes em muitas das memórias e histórias locais, bem como na forma de interpretá-las. Penso que, talvez, essas construções sejam consideradas e valorizadas como patrimônio histórico por reafirmarem um período tomado como sendo de grande importância para a cidade, um período que se tornou “sinônimo de progresso e status”, devido à influência da arquitetura eclética, já que ela “anunciava a modernidade” (CIDADE & CULTURA, 2013, p. 55-56), além de corresponder aos imóveis de propriedade das elites urbanas daquele período.

Bragança Paulista é uma cidade que nos deixou encantados pela imponência de seus casarios espalhados pelas ruas, que guardam tantas histórias. [...] O centro, com suas ruas estreitas e íngremes, dá a real dimensão da colina na qual os precursores escolheram fazer dali seu lar. No topo, Bragança é um retrato da opulência dos áureos anos cafeeiros que deixa retratada essa herança em cada canto da cidade (CIDADE & CULTURA, 2013, p. 5).

³⁰Código de Posturas. Bragança: Typ. Do Guaripocaba, 1881, p. 5-7.

Esse é um excerto de um editorial da revista “Cidade & Cultura”, uma opinião dela referente a Bragança Paulista. Nele, está implícita a ideia discriminadora de quais construções são valorizadas na cidade, os casarios imponentes que “guardam tantas histórias”, localizados no centro, no topo: “retrato da opulência dos áureos anos cafeeiros”.

Frequentemente, foi possível observar por entre as fontes pesquisadas que para a população bragantina, essa é uma perspectiva comum, isto é, a valorização de casas que se enquadram nesse perfil em detrimento dos que não estejam localizadas na região central da cidade ou que não sejam consideradas imponentes, o que pode gerar uma versão monolítica, única, da história da cidade, geralmente, fundamentada nas elites cafeeiras.

A revista apresenta ainda um artigo sobre a arquitetura da cidade intitulado “Imponência e conservação do passado: símbolo da elite do interior paulista”, que trata da preservação das edificações, considerada por eles, como importantes para a cidade. Porém, como o próprio título expressa, de modo contundente, não são quaisquer construções que devem ser conservadas e consideradas importantes, somente as apresentadas como um “símbolo da elite do interior paulista”: edifícios que possuem uma monumentalidade, geradores de uma tradição “autenticidade a identidade e a memória da coletividade”, ligados a uma tradição cristã, privilegiando a arquitetura de igrejas, palácios, casas de câmara e cadeia, e conjuntos arquitetônicos urbanísticos (GONÇALVES, 2002, p. 117-118) pertencentes à elite letrada urbana.

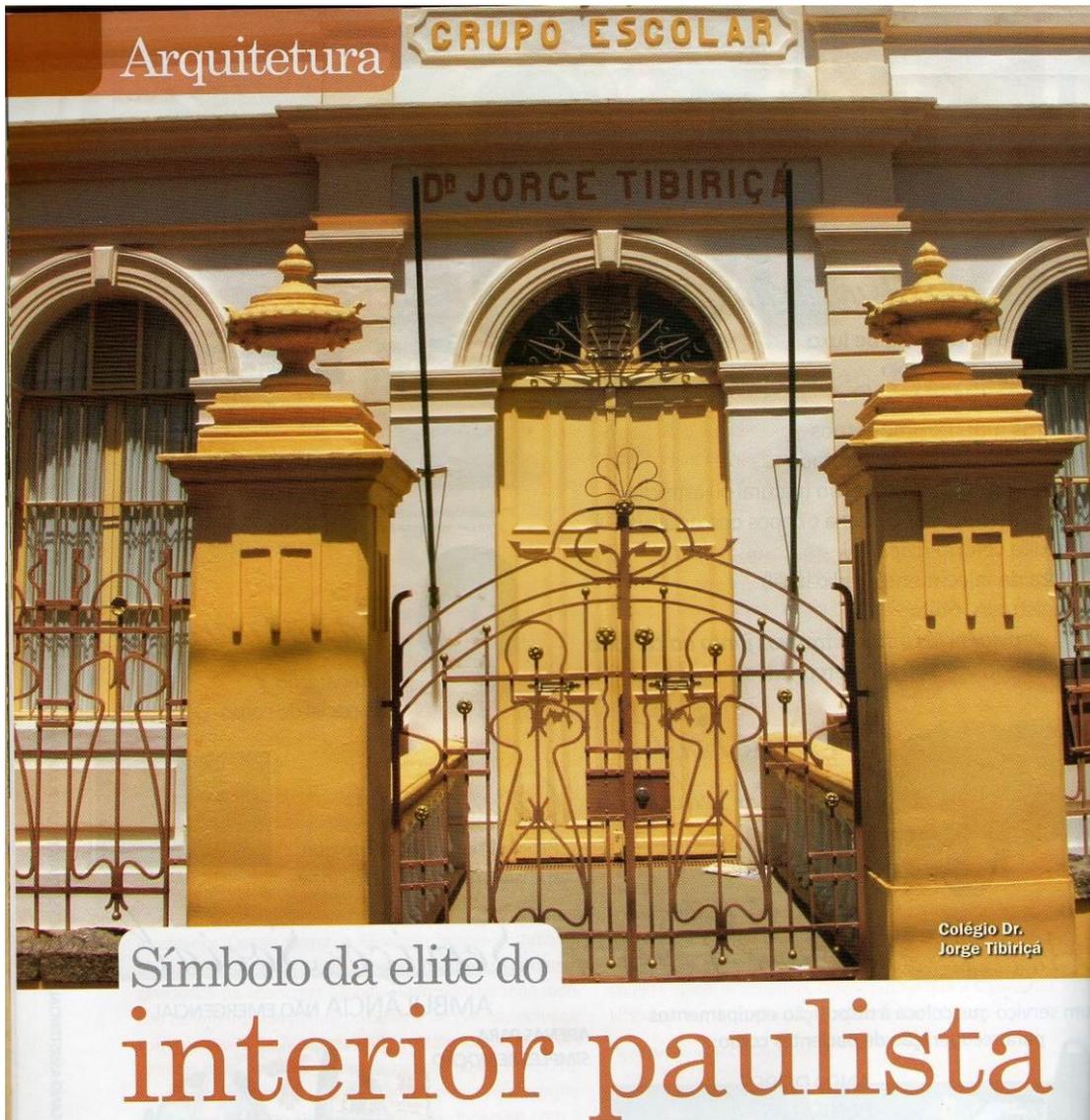
Ao caminharmos pelo centro de Bragança Paulista, o que vemos é uma nova consciência de preservação das edificações importantes que representam a vida histórica da cidade. Esses casarios, em sua maioria, foram construídos a partir da metade do século XIX, conservando seus aspectos arquitetônicos do riquíssimo ciclo cafeeiro do Brasil (CIDADE & CULTURA, 2013, p. 54).

Quanto ao estilo arquitetônico:

O estilo colonial, simples e monótono, foi transformado pelos ideais mais imponentes do neoclássico. Não somente casarões bonitos; eles trazem consigo a herança das modificações sociais, antes rurais, e, nesse período, urbanas [com] adornos, tanto na fachada como no interior das casas [...]. Entram em cena o mármore, madeiras nobres, formas regulares, geométricas e simétricas e frontões triangulares que geralmente possuem brasões. [...] adicionando elementos como o ferro, vidro e ladrilhos hidráulicos (CIDADE & CULTURA, 2013, p. 55).

Complementando o artigo, há imagens (FIGURAS 11 e 12) de alguns dos prédios tombados que reafirmam as percepções do autor³¹ quanto ao estilo arquitetônico digno de ser tomado como importante para a memória local: o Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá (tombado pelo Decreto Municipal nº 11.303 de 28/12/2000), o Palácio Santo Agostinho, que abriga a Prefeitura Municipal (tombado pelo Decreto Municipal nº 11.302 de 28/12/2000), o Museu Oswaldo Russomano (tombado pelo Decreto Municipal nº 11.297 de 28/12/2000), casa da Rua Coronel João Leme nº 398 (tombado pelo Decreto Municipal nº 923 de 20/04/2010), a casa do Barão de Itapema, o prédio da Caixa Econômica Federal (atual Banco do Brasil), Clube Literário e Recreativo (tombado pelo Decreto Municipal nº 11.301 de 28/12/2000) e uma casa da Praça Raul Leme nº 290.

³¹ Não é citado o autor do artigo na revista.



Fonte: Revista Cidade & Cultura (2013, p. 54).

FIGURA 11 - Fachada do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriça.

O edifício está localizado próximo das Praças José Bonifácio, Raul Leme e da Igreja Nossa Senhora da Conceição conhecida como Igreja Matriz. É considerado um dos símbolos arquitetônicos da cidade, vale ressaltar que na época de sua construção o prédio ficava próximo do Paço Municipal e do Fórum. Sua arquitetura corresponde a um projeto padrão de escola pública, elaborado pelo engenheiro José Van Humbeeck e executado pelo engenheiro Horácio Rodrigues que concluiu a obra em fins de 1908, porém seu funcionamento só se deu a partir do dia 27 de fevereiro de 1909.



Fonte: Revista Cidade & Cultura (2013, p. 55-56).

FIGURA 12 – Edifícios considerados importantes para a memória local conforme a revista Cidade & Cultura.

Ao folhear os pareceres dos autos de tombamento, é possível constatar que os imóveis selecionados, como patrimônio histórico, correspondem a edificações construídas no período da integração de Bragança à economia paulista graças à comercialização do café e outros cereais, entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX. Esse período é apresentado pelos periódicos locais como sendo de intenso crescimento da população e de progressivo avanço da ocupação urbana pelas obras particulares e privadas de características arquitetônicas neoclássicas ou ecléticas, bem como, de modernas incursões tecnológicas da urbe, como a instalação de energia elétrica e a canalização de água e esgoto, a abertura da Estrada de Ferro Bragantina e o telégrafo, como ressalta Guimarães (2013-14, p. 24-25).

Esses imóveis privilegiados nas ações de tombamento, localizados na malha urbana central da cidade, correspondem a um modelo arquitetônico que emerge do senso estético de um grupo social específico do período que, pretendia “reproduzir no Brasil, com detalhes o ambiente europeu” (REIS FILHO, 2000, p. 136). Esse grupo era formado, notadamente, por fazendeiros e ricos comerciantes locais.

Tomando como referência o espinhaço central (ISHIZU, 2009), de onde se estendeu o processo de urbanização da cidade e lugar em que se situam as Praças José Bonifácio e Raul Leme, focos de nossa pesquisa, verificamos que elas são ladeadas por imóveis tombados em toda sua extensão. Os edifícios considerados patrimônios que se distanciam significativamente da malha urbana central, não correspondem a imóveis de particulares, mas a edifícios como o do antigo Matadouro Municipal³², hoje, Centro Cultural Geraldo Pereira, a Igreja Santa Terezinha³³ e as antigas estações ferroviárias³⁴ de Curitiba e Guaripocaba.

É importante valorizar os edifícios localizados na trama urbana central da cidade por ser um lugar de memória (NORA, 1993) da população local e que permite uma comunicação entre os diferentes tempos e espaços da constituição da cidade.

Porém, há a necessidade de se questionar, assim como Meneguello (2000) o faz, os motivos que orientam a preservação de determinados imóveis, em determinados lugares e para quem se preserva, pois a impressão que fica, ao se ler os processos de tombamento, é que a preservação busca legitimar a continuidade de um passado, de uma memória e história locais de que nem todos fazem parte, que exclui e segrega uma grande parcela da população,

³²Matadouro Municipal, tombado pelo Decreto n.º 11305 de 28/12/2000.

³³Igreja Santa Terezinha, tombada pelo Decreto n.º 11306 de 28/12/2000.

³⁴Estação Ferroviária do Guaripocaba, tombada pelo Decreto n.º 219 de 23/02/2007; Estação Ferroviária do Bairro do Curitiba, tombada pelo Decreto n.º 220 de 23/02/2007; Edificação de tijolo à vista situada no terreno localizado no antigo leito da Estrada de Ferro Bragantina “Casa do Conserveiro”, tombada pelo Decreto n.º 221 de 23/02/2007.

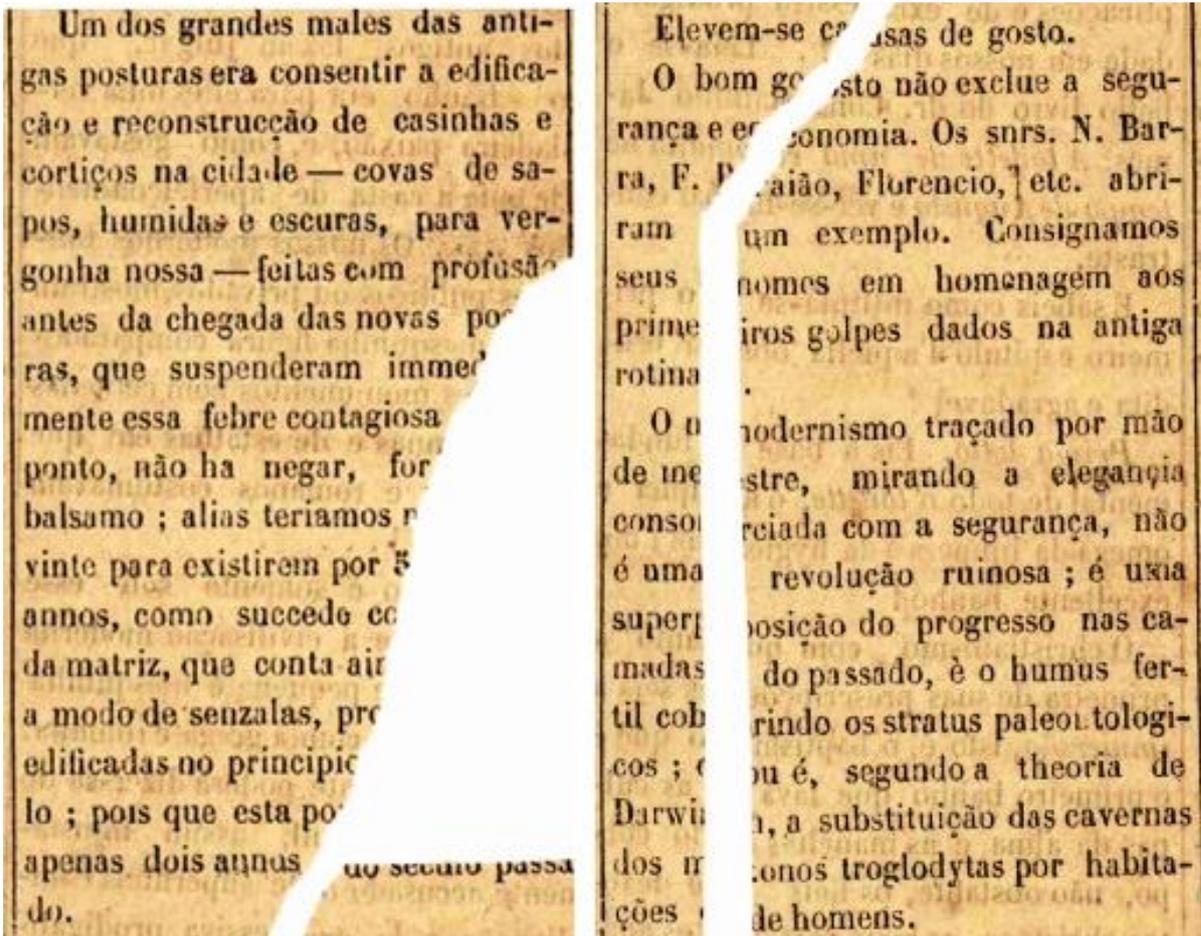
inclusive a mim. Impressão que me provocou a pensar que a argumentação que legitima o tombamento de alguns imóveis se ancora numa tradição inventada (HOBSBAWN, 2008), que valoriza uma determinada arquitetura, de uma determinada camada da população, bem como, suas memórias e histórias, silenciando outras possíveis.

É necessário que as análises e estudos de tombamento não preocupem apenas com os grandes casarões em estilo neoclássico e eclético, pois,

Para além de imóveis de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX que pertenceram aos ricos cafeicultores e grandes comerciantes locais, é importante que se proponha e garanta o tombamento e a preservação de imóveis pertencentes a outros sujeitos, pertencentes às diferentes classes sociais ou que acolheram diferentes usos. Tal cuidado é necessário porque é apenas no cotejo de imóveis de uma mesma época, com características arquitetônicas diferentes que se evidenciam sua origem e uso social, o valor histórico, artístico e cultural desses bens na relação com o presente e as transformações ocorridas na trama urbana, bem como a pluralidade de experiência que acolheu e acolhe a cidade (GUIMARÃES, 2013-14, p. 26).

De certo, é possível observar que as pequenas casas de portas e janelas voltadas para os passeios públicos que, provavelmente, não tenham características arquitetônicas consideradas importantes, conseqüentemente não representando os ares da modernidade, pertencentes a sujeitos considerados de pouca expressão social, são pouco ou nada são valorizadas, visto que não estão entre as construções que fazem parte do patrimônio arquitetônico tombado.

O olhar que exclui casas sem o perfil arquitetônico do ciclo do café, em Bragança, ocorre desde o início do período da crescente urbanização da cidade, como pode ser observado no jornal “O Guaripocaba” (FIGURA 13) ao considerar essas habitações “casinhas e cortiços”, “cova” ou “caverna” enquanto exalta a construção das novas residências que sobrepõe o progresso sobre as camadas de um passado que buscava ser esquecido:



Fonte: O Guaripocaba, 27/01/1878, p. 1.

FIGURA 13 - Excerto do jornal *O Guaripocaba*.

As casas modernas assobradadas da década de 1880 também foram elogiadas na obra *Bragança 1763-1942* de Laurito e Martins (1943, p. 146): “E que casas! Amplas, avarandadas, altas, claras, residências veneráveis, doiradas de tradições e lendas, onde se manifestava, suavemente bela, a poesia de nossa terra, a poesia de nossa vida”.

E ao recorrermos a descrições da atualidade sobre a urbanização da cidade, não encontramos um olhar diferente dos apontados anteriormente, como observado na revista *Cidade & Cultura* (2013, p. 55): “Saem as casinhas, entram os casarões. Entram em cena o mármore, madeiras nobres, formas regulares, geométricas e simétricas e frontões triangulares [...] fervilhando de novidades nos círculos europeus”. Essas casas com referências europeia simbolizavam a arquitetura da modernidade e do progresso da cidade, além de ter contribuído também para um novo modo de vida da população (CIDADE & CULTURA, 2013, p. 56), trazendo novas sensibilidades e sociabilidades, novas formas de ser e estar no espaço urbano.

A revista ainda pondera que “o ecletismo correspondia aos sentimentos das sociedades em geral” (2013, p. 56), o que me leva a refletir sobre a forma como nos apropriamos de um discurso fundamentado nas relações de poder que instauram sensibilidades, que hierarquizam as produções culturais e alicerçam, no espaço/tempo, uma dimensão simbólica, pois os “bens materiais construídos nas cidades [...] podem fazer os espaços ganhar uma dimensão simbólica” (OLIVEIRA, 2002, p. 9).

Destarte, as praças José Bonifácio e Raul Leme, consideradas o centro histórico da cidade, enquanto um espaço de experiências (BENJAMIN, 1984) adornadas de patrimônios, também têm uma dimensão simbólica capaz de formar e conformar as sensibilidades a um determinado olhar para o que pode ser considerado patrimônio, que é reafirmado pela escolha e localização dos bens a serem tombados pelo CONDEPHAC.

Gonçalves (2003), rompendo com um posicionamento ingênuo que, muitas vezes, somos levados a ter sobre o patrimônio, considerando-o apenas como um bem a ser contemplado por suas características artísticas, culturais ou históricos, nos alerta que ele

Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. [...] [ele é capaz de realizar uma] mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra [entre a materialidade e a sensibilidade] (GONÇALVES, 2003, p. 27).

Pesavento (2007b) considera o mundo sensível como sendo difícil de ser quantificado, mas de avaliação fundamental para a História Cultural, pois se projeta no modo como valorizamos, classificamos, ou reagimos nas diversas situações; está intrinsecamente

relacionado à forma como nos manifestamos em rituais, nas palavras, nas imagens ou na materialidade do espaço construído e na forma como são percebidos, grupos e sujeitos. Essa sensibilidade estimula formulações imaginárias que são produzidas, a todo o tempo, pelo homem, desvelando um “conjunto de significações construído sobre o mundo” (PESAVENTO 2007b, p.58), pelas emoções e pelos sentidos.

Assim, entendemos que, por meio de nossas sensibilidades, ao empregar palavra patrimônio, talvez, venhamos a recorrer ao nosso imaginário elaborado por nosso campo de experiência (PESAVENTO, 2007b, p. 45), aos signos representativos que nos formaram e conformaram, como nos assevera Gonçalves (2003), criando, em nossa mente, uma imagem que seja capaz de representá-los.

Ao discorrer sobre o patrimônio arquitetônico de Bragança Paulista, por exemplo, certamente, serão trazidos à mente os prédios suntuosos que, no passado, tiveram grande importância local, ou que pertenceram a “ilustres” pessoas e que podem trazer à lembrança valores e ideais de uma época passada, ou o que se tomava por belo, arte e cultura, baseados em uma perspectiva eurocêntrica.

No entanto, não devemos esquecer que a localização espacial do patrimônio também não pode ser considerada neutra; pelo contrário, o espaço, forma, conforma e educa nossos sentidos (FRAGO, 2001).

Assim, amparados nas contribuições de Gonçalves (2003) e Pesavento (2007b), é possível presumir que o local em que se encontram os prédios que são considerados patrimônio, de certa forma, também correspondem a um elo para a educação das sensibilidades, pois não seriam neutros, antes, trariam, em sua composição, indícios de uma educação dos corpos/dos sujeitos, não só por sua materialidade, mas, também, por sua localização e suas concepções territoriais (SANTOS, 2006), marcadas pelas relações de poder vividas no passado e que, talvez, ainda repercutam no presente.

Calvino (2003), com sua sensibilidade literária, contribui para este pensamento de formação e conformação das sensibilidades dada pelo espaço ao considerar que

Se um edifício não contém nenhuma insígnia ou figura, a sua forma e o lugar que ocupa na organização da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a casa da moeda, a escola [...], o bordel. [...] O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando [...], não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes (CALVINO, 2003, p.9).

Dessa forma, vemos como o patrimônio e o espaço, além de símbolos representativos, são capazes de legitimar um modo de pensar sobre o local, de suscitar discursos que, muitas vezes, são reafirmados por uma relação de poder e que podem fomentar uma colonização do presente pelo passado (GUIMARÃES, 2013; 2014).

Em decorrência disso, os prédios que trazem uma arquitetura diferenciada, com características ecléticas, neoclássicas e uma localização próxima da malha urbana central da cidade, corresponderiam ao perfil de um bem a ser tombado, diferentemente dos imóveis que se encontram à margem dessa localidade, ou não se enquadram no perfil requerido, e, por isso, são excluídos. Além disso, minimizam-se outros fatores que podem influenciar na escolha de um bem a ser tombado.

Ademais, essa percepção, possivelmente, também direcione os 'papéis sociais', visto estes manterem íntima relação com o que é visível: uma praça não é um lugar que pode ser frequentado por mendigos e prostitutas; há lugares aos quais eles podem ter acesso e nos quais lhes é 'permitido' ficar.

2. “BRAGANÇA MODERNA”: A ARQUITETURA COMO DISCURSO DE PROGRESSO



Fonte: Arquivo Digital do CDAPH.

FIGURA 14 – Cartão Postal da Rua Dr. Candido Rodrigues, antiga Rua Direita.
Sem identificação de data, Fotógrafo Irmãos Duchein.

2.1 A Cidade que me Habita

Calvino (2003), de forma muito sensível, alerta para o fato de que se deve tomar cuidado para não confundir uma cidade com o discurso³⁵ que a descreve, apesar de existir uma ligação entre eles; mas fato é que

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 2003, p.20).

Se a cidade pode ser comparada a sonhos, quando falo de Bragança Paulista, na verdade, estou falando dos meus sonhos, logo, da minha cidade. E assim como os sonhos são construídos dos desejos daquele que sonha, de estímulos e impressões dos dias anteriores, da memória de vigília até de “impressões mais primitivas da nossa infância [que] parecem-nos triviais e que, em nosso estado de vigília, acreditamos terem caído no esquecimento há muito tempo” (FREUD, 2001, p. 172), mas que, nos sonhos, são capazes de emergir.

Assim, a cidade sobre a qual escrevo é tecida pelos meus desejos, pelas relações dialógicas que houve(ram) e há entre nós, pelas minhas impressões mais remotas. Esta cidade se construiu e se constrói no imbricamento com minhas sensibilidades (PESAVENTO, 2007b). Falo da cidade que, para além de um espaço de habitar, habita em mim (HADLER, 2007). Com isso, meu discurso (FOUCAULT, 1999) é e será sempre permeado pelas experiências (BENJAMIN, 1994; 1991) que me tocaram, atravessaram e me deslocam(ram) (LARROSA, 2002) para um determinado olhar para a urbe, olhar que acolhe minha subjetividade, que se apresenta como filtro difuso marcado por uma relação de amor, dor, medo; sentimentos que se desvelam em um discurso tomado por relações dialéticas (NORA, 1993) de minhas lembranças e esquecimentos, revelações e segredos, silêncios e esquecimentos, histórias e memórias.

Na obra *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino, o personagem Marco Polo declara: “Pode ser que eu tenha medo de repentinamente perder Veneza, se falar a respeito dela. Ou

³⁵ Conforme Ferreira (2005, p. 39), “É no discurso, precisamente, que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito” Nesse movimento, o discurso se apresenta como um constructo ideológico e arbitrário de uma verdade, pois atravessa as experiências do enunciador, como aponta Foucault: “O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si” (FOUCAULT, 1999, p. 49).

pode ser que, falando de outras cidades, já a tenha perdido pouco a pouco” (CALVINO, 2003, p. 37). Ao falar de uma cidade visível, real que o personagem toma como referência e base para as cidades invisíveis de que ele trata no decorrer da obra, ele sente medo de perdê-la, visto que a imagem (PESAVENTO, 2007b) que ele tem de Veneza já não é mais a que o tinha sensibilizado anteriormente, pois, a cada vez que ele fala dela ou tem novas experiências com outras cidades, ele (re)constrói novas “Venezas”.

As imagens, nesse sentido, se assumem como representações (PESAVENTO, 2007b) do real, que permitem construções, explicações e sentidos. Porém, elas próprias não se constituem como um simulacro ou reflexo do real, mas, sim, como uma construção sócio-histórica, que é dada a partir dele, podendo, até mesmo, substituí-lo, pois

a força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, o da correspondência dos discursos e das imagens com o real, mesmo que a representação comporte a exibição de elementos evocadores e miméticos. [...] a representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem (PESAVENTO, 2007b, p. 41).

Assim, ao lançar um olhar sobre a cidade de Bragança Paulista, trago representações dela alicerçadas em uma das cidades que ela pode ser, como aponta Pesavento (2007a, p. 18) de que “muitas cidades convivem em uma mesma cidade”, não só no sentido histórico temporal, mas, também, nas representações que pode suscitar, o que permite uma “pluralidade de memórias e histórias” (GUIMARÃES, 2013, p. 6), que podem ser alteradas a cada nova experiência (BENJAMIN, 1994), situação que gesta um novo olhar para a urbe, um novo discurso (FOUCAULT, 1999), uma nova narrativa, visto que ela sempre se dará a tecer a história, de forma artesanal, como uma colcha de retalhos acrescentando ou tirando fragmentos. Para Benjamin,

A narrativa [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1994, p. 205)

As múltiplas faces da cidade se destacam como camadas histórico-temporais que se sobrepõem como um palimpsesto que terá suas marcas reveladas a partir de questionamentos

feitos ao passado, em nosso caso, questionando o que se tomou por patrimônio cultural tombado na praça central da cidade de Bragança Paulista, porquanto

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente (PESAVENTO, 2007a, p. 16).

E é nessa perspectiva que lanço olhar para a cidade de Bragança Paulista, considerando-a espaço de múltiplas temporalidades que se sobrepõem, materialidades latentes para indagações, lugar matizado por representações, significados e memórias que acolhem sensibilidades e sociabilidades, posto que comportam

atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos [...] concentração populacional, [...] pulsar de vida [...] obra coletiva que é impensável no individual; [...] moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007a, p. 14).

2.2 A História da Cidade

Sobre as histórias das cidades, tem-se que muitas delas, geralmente, são produzidas por encomenda, de modo que

alguém é convocado a escrever e se dispõe a reunir dados sobre uma urbe e a ordená-los, dando a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, acrescido da poesia de uma lenda, por vezes, e freqüentemente de uma saga ocorrida nas épocas mais recuadas, realizadas pelo povo fundador guiado por suas lideranças (PESAVENTO, 2007a, p. 12).

A história de Bragança Paulista, de sua fundação até sua elevação como cidade, pelo olhar de alguns dos memorialistas locais, *sites*³⁶ que contêm informações sobre a cidade, apostilas utilizadas por alguns professores de escolas públicas municipais, assim como, em alguns documentos analisados, apresentam uma história marcada por uma evolução

³⁶ Dentre os diversos sites que descrevem a história de Bragança Paulista destacam-se: <http://www.ibraganca.com.br/braganca-paulista>; <http://www.guiadebraganca.com.br/historia-de-braganca>; https://pt.wikipedia.org/wiki/Bragan%C3%A7a_Paulista; <http://www.cidadeecultura.com/surgimento-de-braganca-paulista/>; <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=350760>.

cronológica do passado para o presente na qual, muitas vezes, são apresentados somente “dados, nomes e fatos” (PESAVENTO, 2007a, p. 12), com o intuito de se expor o progresso e a modernização da cidade, como pontuado por Pesavento.

Nessa perspectiva de escrita, é possível observar, na história da fundação da cidade, um relato marcado pelo interesse em apresentar um dado “progresso”, inserindo na narrativa, transformações urbanas, relações econômicas hegemônicas, fatos que enaltecem a cidade, acontecimentos considerados “marcos” (MATHIAS, 1999) para a história e identidade bragantina, permeados por uma aura de devoção pródiga dos sujeitos engajados em iniciativas que resultaram em tais marcos.

Com intuito de explorar e tensionar esse “quadro” da história local, vou ao encontro do economista e memorialista bragantino Luiz Gonzaga Pires Mathias³⁷ (1999) que, em seu livro *Em busca dos marcos perdidos: História de Bragança*, destaca que os “marcos perdidos são aquelas conquistas que fizemos no passado e por alguma razão ou razões não fomos capazes de manter” (MATHIAS, 1999, p. 24). Para o autor, se essas conquistas realizadas no passado fossem reconquistadas do esquecimento proporcionaria “uma vida melhor”. Em razão disso, considera como marcos físicos e de posturas dos bragantinos “os símbolos religiosos, os valores sociais, o planejamento da cidade, a prosperidade econômica e as posturas do núcleo da cidadania” (MATHIAS, 1999, p. 24)³⁸.

Pesavento (2007a), entretanto, pondera que esse viés histórico quantitativo e evolutivo de escrever a história das cidades se aproxima de uma história política tradicional, e que esta tem sua validade na medida em que auxilia historiadores na busca de algum dado. A autora, porém, instiga a olhar para a história da cidade a partir de outra perspectiva: o da história cultural. Vista assim, a cidade é tomada não só como um

locus da acumulação de capital, como o epicentro da transformação capitalista do mundo [...] *locus* privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais (PESAVENTO, 2007a, p. 13).

A autora enfatiza que esse olhar é possível na relação com a cidade, posto ela não ser somente uma criação do homem, uma “materialidade visível”, mas, também, comportar

³⁷Luiz Gonzaga Pires Mathias, economista, memorialista, foi vereador (1969-1972 / 1997-2000) e vice-prefeito (2009-2012) de João Afonso Sólis (Jango), na cidade de Bragança Paulista.

³⁸ Na diagramação deste trecho o autor, em sua obra original, utiliza caixa alta para destacar os tais “marcos”; essa ação sinaliza o mérito e a relevância que o autor dá a eles e, a ênfase que propõe para a sua compreensão do que seria a “evolução humana” (MATHIAS, 1999, p. 24) da cidade.

sociabilidades matizadas pelos diversos sujeitos urbanos, diversas classes, diversas relações, que podem ser percebidas em “práticas de interação e oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos”, condição que garante a ela um “pulsar da vida” (PESAVENTO, 2007a, p. 14).

A par do referencial benjaminiano, que ancora esta pesquisa, busca-se a história da cidade, a contrapelo (BENJAMIN, 1991)³⁹, com intuito de olhar para ela, a partir das fontes de pesquisas e caminhadas de percepção para além de sua materialidade, tentando, assim, flagrar sua polissemia e polifonia: as diferentes narrativas possíveis sobre a cidade, as sensibilidades e sociabilidades que a mobilizam, os diferentes sujeitos urbano, silenciamentos e vozes que se cruzam e se sobrepõem em uma cidade marcada, em sua trajetória, pela influência da modernidade, bem como, pela ordem do discurso (FOUCAULT, 1999) que a orienta.

É oportuno ressaltar que a ideia central da obra de Walter Benjamin “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1991, p. 157) permite refletir sobre as ações do homem no tempo com um olhar crítico para o passado desmistificando a ideia de progresso sem, contudo, deixar de considerar as mudanças ocorridas na modernidade, com a emergência de novos hábitos e comportamentos, novas formas de ser e agir na urbe, novas sensibilidades e sociabilidades e a presença crescente da técnica no cotidiano da cidade.

Para tanto, é preciso não ser ingênuo em tomar os acontecimentos de forma linear, evolutivo e contínuo. É preciso tomá-los no imbricamento entre passado e presente, questioná-los, duvidar dos dados históricos oferecidos; nesta pesquisa, pelos documentos analisados que, muitas vezes, podem trazer visões sacralizadas, personagens que se apresentam como heróis para a cidade, fazendo com que sejam emudecidas outras vozes⁴⁰, como nos alerta Walter Benjamin (1991, p. 154): “Será que não há, em vozes a que prestamos atenção, um eco de vozes agora silenciadas?”. O autor ainda pontua que, para poder ouvi-las, é necessário se despir do conhecimento sobre o transcurso da história que, muitas vezes, carrega vozes detentoras de poder, de dominadores e vencedores, e articular e entender o passado historicamente, posto que:

‘Entender historicamente’ significa aí reviver o entendido; não significa tanto que o passado lance a sua luz sobre o presente, assim como o presente sobre o passado, mas quer ser a fulgurante conjunção constelacional do

³⁹Segundo Kramer (2009), a ideia de escovar a história a contrapelo atravessou as obras do autor entre os anos de 1914-1940, sendo um pensamento recorrente em ensaios sobre cultura, política, teologia ou marxismo.

⁴⁰Sobre esse tema, ver Franceschi (2013), Medeiros (2013), Basso (2016), Eugênio (2016), Souza (2016).

pretérito com o agora. [...] Não significa querer parar a história, mas ‘fotografar’, com a cabeça da Medusa, as forças polarizadas, em máxima tensão, num decisivo momento histórico, no qual está contida a sua história anterior e a posterior: contida num explosivo estado de contenção (KOTHE, 1991, p. 14).

Dessa forma, sem buscar “reconhecê-lo ‘como efetivamente ele foi’”, mas de modo a captar lembranças, visto que

a história é uma ciência e uma rememoração. Isto não no sentido de uma mera manipulação dos dados históricos, mas no sentido de que esses ‘dados’ já são produtos da manipulação da história segundo os interesses de classes subjacentes à historiografia oficial: o sofrimento do presente pode criar ouvidos para que se ouçam gemidos sufocados no passado, sufocados inclusive pela tradição, pela transmissão historiográfica. O historiador materialista precisa, antes de mais nada, desconfiar de todos os dados que lhe são fornecidos como dados históricos, já que estes tendem a uma visão apologética do passado ou, no máximo, apontam problemas do passado para louvar as soluções do bom presente (KOTHE, 1991, p. 17).

Guimarães (2013; 2014), ao encontro do que preconiza Benjamin e Kothe, propõe um dispositivo metafórico, a “colonização do presente pelo passado”, que nos auxilia na compreensão dessa defesa apologética do passado (KOTHE, 1991) e do silenciamentos das vozes (BENJAMIN, 1991), tensões e conflitos que tendem a ocorrer na história que não é feita a contrapelo, mas que é alicerçada em documentos produzidos, muitas vezes, por vozes detentoras de poder, tomados como fontes sacralizadas dotadas de uma verdade inquestionável (GUIMARÃES, 2013; 2014).

Esse dispositivo metafórico, de acordo com a historiadora, “estaria relacionado à evocação de um tempo passado e idealizado que não volta mais” (GUIMARÃES, 2013, p. 9) e que torna reféns aqueles que repetem e reafirmam versões sacralizadas da história da cidade.

Ao relacionar esse dispositivo metafórico à história da cidade de Bragança,

É como se os sujeitos históricos cedessem lugar aos heróis locais, consagrados por uma versão monolítica da memória e da história [...]. Como se fosse possível silenciar os rastros de dissonâncias e as permanências de práticas socioculturais, algumas impregnadas de resistências (GUIMARÃES, 2013, p. 9).

Em muitas das fontes documentais pesquisadas, encontrou-se uma perspectiva idílica das formas de ser e estar na cidade, saudosa e apaziguadora do passado, representações de

relações e práticas socioculturais evocadas por uma memória e história positivista⁴¹, compreendida como única e verdadeira. Por causa disso, tais fontes não provocam a olhar para o presente de forma a estranhar as tensões, disputas e conflitos urbanos, tendem, isto sim, a legitimar o silenciamento das histórias e memórias locais das camadas populares.

Para além da possibilidade de construção da história, essa metáfora auxilia a perceber as relações presentes na valorização ou não de determinados espaços da cidade, bem como, as perspectivas que regem a identificação e seleção de imóveis considerados patrimônio histórico e cultural da cidade (GUIMARÃES, 2014).

2.2.1 Do Sertão do Jaguari a Bragança Paulista

A cidade de Bragança Paulista, com uma área de 512,584 km² e população estimada, em 2015, pelo IBGE (2016), de 160.665 habitantes, encontra-se a 83 km da capital paulista, fazendo divisa com o sul de Minas Gerais. Está entre a região de Campinas e o Vale do Paraíba, flanqueada pelas rodovias Fernão Dias e Dom Pedro I.

⁴¹ Segundo Pesavento (2007b, p. 11) a história positivista, se caracteriza “por uma visão segundo a qual a história era concebida como um processo contínuo, retilíneo, linear, causal, inteligível por um modo racional”, sendo esta uma forma arcaica de se realizar a história.



Fonte: Wikipédia.⁴²

FIGURA 15 - Localização de Bragança Paulista no Estado de São Paulo.

⁴² https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/01/SaoPaulo_Municip_BragancaPaulista.svg

A cidade teve sua origem em uma povoação estabelecida no “tôpo da colina, situada à margem direita do ribeirão Canivete” (FERREIRA, 1957, p. 163) ou ribeirão Tapuchinga, como também era conhecido.

No ano de 1763, nesse local, “uma capella [foi] edificada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição” (ALMANACK, 1899, p. 17), dando início, assim, ao povoado de Conceição do Jaguari. A data tida como oficial da fundação do povoado, 15 de dezembro de 1763, corresponde à doação e passagem da escritura do, até então, dono das terras, Antônio Pires Pimentel e Ignácia da Silva Pimentel à Igreja Católica e ao ano da edificação da capela, construída no alto do morro, entre os ribeirões Canivete e Inhaúmas (MATHIAS, 1999, p. 44; CMBP, 1998, p. 17, FERREIRA, 1957, p. 163).

O local, chamado *Sertão do Jaguary*, era uma sesmaria doada ao casal, em 1750, pelo Governo da Capitania de São Paulo. Segundo Mathias (1999), a doação dessa gleba de terra teria sido pelo fato de seu beneficiário ser português, católico, influente e confiável “aos olhos do Governo da Capitania de São Paulo e da Igreja Católica” (1999, p. 43). O autor relata ainda que essas terras abrigavam “uma grande fazenda de criação” (MATHIAS, 1999, p. 43).

Apesar de a maior parte dos documentos pesquisados apontar a história da cidade com maior ênfase no povoado que se destaca em 1763, Leite (1974) defende que, desde meados do século XVII, já havia notícias de povoação nessa localidade.

Mathias (1999) destaca a origem da população local pontuando que havia aventureiros que se enveredavam pela região, mas, também, destaca a presença de “selvagens” (MATHIAS, 1999, p. 43) sem, contudo, indicar quais seriam estes. A presença de índios no local é observável mesmo após a elevação do povoado a freguesia, visto que eles eram alvo dos desbravadores que também buscavam na região, ouro e pedras preciosas (FERREIRA, 1957, p. 163).

Passados dois anos de sua fundação, a Freguesia de Conceição do Jaguari é, então, elevada a Distrito de Paz, em 13 de fevereiro de 1765. Em 1797, após encaminhar um pedido ao Governador da Capitania de São Paulo e ser atendida prontamente, tendo em vista o pedido ir ao encontro de interesses políticos e econômicos daquela Capitania⁴³, se emancipa de Atibaia tornando-se a Vila Nova Bragança em 17 de outubro de 1797 (CMPB, 1998, p. 20).

⁴³Conforme. CMBP (1998, p. 22-23) “As cidades representavam uma extensão e um veículo de poder. Sede da burocracia e da força armada, materializavam o Estado e permitiam a realização do projeto colonial [...]. A administração municipal nas colônias configurou-se como uma extensão da administração portuguesa. No âmbito governamental, deveria ser observado o controle efetivo da política real sobre a colônia; no aspecto fazendário, havia uma rígida fiscalização sobre as atividades produtivas, bem como a arrecadação de tributos; [...] atrelada às ordens e leis oriundas de Portugal, a Câmara Municipal dependia delas para tomar decisões na Vila”

Todavia, esse processo não foi recebido de forma serena pela Câmara da Vila de Atibaia, que já detinha a condição de vila desde 27 de janeiro de 1769. Leme (1981), CMBP (1998) e Mathias (1999) salientam que a petição foi marcada por intensa disputa política e “xingações diversas” (MATHIAS, 1999, p. 57) e por uma oposição acentuada ao Governo Provincial este por tentar interferir, negativamente, na elevação da Freguesia de Conceição do Jaguari a vila.

Vendo a transcrição da petição de “Elevação de Bragança a Villa”, assinada por setenta e nove moradores da freguesia, (ALMANACK, 1899, p. 119-126), verifica-se a contundência dessas ofensas e a quantidade de pessoas contrárias à população daquela região⁴⁴.

este Povo é grosseiro, sem cultura e nem civilidade, são raros os que sabem lêr, e escrever, porque sendo aquella Povoação formada por delinquentes que commettendo delitos, se acoutavam aquellas mattas, deles fonrão produzidos outros que se criarão com a mesma disciplina, e os que depois entrarão, não tem sido bastantes para cultivarem a disciplina, nem terá havido escolas para os menos aprenderem a lêr e escrever, afinalmente o mayor corpo daquele Povo sam oriundos do gentio da terra, bastardos, mulatos e gente ínfima plebe (ALMANACK, 1899, p. 125).

Dessa forma, Atibaia se coloca contra a emancipação de Conceição do Jaguari, defendendo que havendo pessoas sem civilidade, analfabetos, que não haveria “homens com aptidão para o serviço da República” (LEME, 1981, p. 27) e que, dentre as “quatro mil, e quatrocentos, e tantas almas”, poucas detinham a “possibilidade, e cabedais” de atuar satisfatoriamente. Dentre os que a Câmara de Atibaia julgava capazes de exercer as funções que deveriam ser realizadas, estavam os homens que atuavam como praças nos Corpos de Milícia. Eles estavam, contudo, impedidos de ocupar cargos da República, conforme “Alvará de dous de Março de 1751” (ALMANACK, 1899, p. 126). Além deles, outros que estavam aptos para exercer a atividade de forma competente na vila seriam: o

Capitam Jacintho Rodrigues Bueno, o Alferes Aleixo Corrêa da Cunha, e Manoel Rodrigues Pereira, os quaes conforme o estado d’aquella freguezia, nella se tem por muito ricos, o Capitão Antonio Leme, José Xavier e Francisco de Lima que tem seu modo de viver, e fora destes sam raras as

⁴⁴Na petição de *Elevação de Bragança a Villa* consta “Que aquella Freguezia é populosa e extensa, e comprehende em Si 1.106 fogos, e 4.446 somente de confissão” (ALMANACK, 1899, p. 119). Segundo o memorialista Mathias (1999), os fogos eram fogões utilizados para cozinhar, sendo que cada casa contava, no mínimo, com um, e que nos números apresentados não eram contabilizadas as crianças menores de sete anos, pelo fato de estas ainda não se confessarem.

cazas onde nelas se procurar a quantia de 12\$000⁴⁵ que se achem (ALMANACK, 1899. p. 125).

Dentre os requisitos necessários para a elevação de Bragança à condição de Vila, é importante assinalar estes: um local para erigir o pelourinho, bem como, um local para acomodar o Paço de Conselho e a Cadeia, além da organização de eleições para os cargos de Vereador, Juiz e Procurador. Em Bragança, o local escolhido foi o terreno situado na parte posterior da Igreja Matriz, atual Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada na trama urbana central e mais antiga da cidade, local que, segundo os documentos pesquisados, foi o ponto de origem da cidade.

É importante ressaltar que, naquela época, só poderiam votar os

‘homens bons’ da localidade, aqueles que detinham certo prestígio social e econômico, podiam participar como eleitores e também como candidatos aos cargos, restringindo o processo seletivo a um pequeno círculo de pessoas [...] [excluíam-se] mecânicos operários, judeus, degredados e peões em geral (CMBP, 1998, p. 21).

Logo, não poderiam votar: as mulheres, os índios e negros.

Passados noventa e três anos de sua fundação, em 1856, a Vila de Nova Bragança é elevada à condição de cidade e, em maio de 1859, a Comarca de Bragança, agregando a ela outros municípios limítrofes: Amparo, Atibaia, Santo Antonio da Cachoeira (atual Piracaia), Serra Negra e Nazaré (LEME, 1981, p. 29; FERREIRA, 1957, p. 163). É oportuno ressaltar que, a partir da segunda metade do século XIX, até as últimas décadas do século XX, ocorreram desmembramentos da Comarca de Bragança passando alguns desses municípios à condição de comarcas.

Segundo Ishizu (2009, p. 25), o “sítio onde hoje se localiza a cidade de Bragança Paulista e de Atibaia caracterizava-se pelos caminhos percorridos pelos bandeirantes, na saída de São Paulo à região das Minas” Para Mathias (1999), as rotas dos bandeirantes tomavam por referência os rios Atibaia e Jaguari, bem como, o Morro do Lopo⁴⁶, para ir ao “Certaim do Cataguases”⁴⁷, na busca pelo ouro.

⁴⁵Quantia representada pela dobra portuguesa, moeda de ouro utilizada entre os séculos XVIII e XIX no Brasil, visto este ser colônia de Portugal; o valor de face da moeda era de 12\$800 réis.

⁴⁶O Morro do Lopo atualmente é conhecido como Serra do Lopo e pertence ao município de Vargem após sua emancipação de Bragança Paulista em 1857. Vale ressaltar que esse morro é apontado por Mathias (1999) como um dos marcos da cidade, e que, por volta de 1748, quando se realizou a demarcação e divisas das Capitânicas, pela dificuldade em se delimitar as fronteiras das terras tangentes a Atibaia, a região do Lopo ficou sob o domínio de Minas Gerais, vindo a integrar, novamente, a Capitania de São Paulo somente em 1771, quando

Ainda sobre os bandeirantes, num olhar a contrapelo, Bueno (2007), ao analisar os periódicos bragantinos, flagra a imagem do bandeirante no imaginário paulista como um dos mitos fundadores⁴⁸, pois

O bandeirante seria uma figura emblemática da saga, da coragem e da virtude dos paulistas” [...] imagem [...] forjada e ressignificada no esteio da riqueza gerada pelo café e do poder político-econômico dos grandes fazendeiros paulistas (2007, p. 244).

Essa imagem de bandeirante vai ao encontro do que Pesavento (2007a, p. 12) denuncia na história das cidades feitas por encomenda construída e marcada por uma saga original, ocorrida em tempos passados, como em Bragança Paulista, que tende a se tornar, através de sua constante repetição em periódicos e impressos de memorialistas, um acontecimento que instaura um olhar sacralizado para a urbe conformando os sentidos para uma colonização do presente pelo passado (GUIMARÃES, 2013; 2014), de tal forma, que essa versão da história sacralizada pode representar a produção de um discurso que, enquanto poder, é capaz de influenciar o comportamento da sociedade (FOUCAULT, 1999).

Para Foucault (1999), a produção do discurso se pauta em procedimentos de seleção, organização e controle capazes de instaurar uma verdade, pois, o discurso que ordena uma sociedade é sempre o discurso de alguém que detém o controle do saber, como as instituições.

Segundo o filósofo, estas instituições, podem ser livros, bibliotecas, laboratórios, a Pedagogia ou a escola, onde crianças, desde pequenas, são moldadas e aprendem valores, ideias ou *histórias*, valorizadas pela sociedade, sendo, também, um lugar onde as pessoas são capazes de aprender os diversos discursos que regem a sociedade e aprendem a reproduzi-los. Muitas vezes, são eles saberes pautados, ideologicamente, pelas classes dominantes.

Nesse sentido, retomo minhas experiências como participante do PIBID, quando era aluno do curso de Pedagogia da Universidade São Francisco e da minha atuação profissional como professor das séries iniciais no ensino fundamental em escolas públicas na cidade de Bragança Paulista.

Assim, pude perceber que é muito comum para os professores, ao ensinarem história local, destacar a passagem dos bandeirantes por terras bragantinas e descanso deles no

foram realizadas melhores demarcações dos limites entre as capitânicas. Outra região que também gerou intensas brigas entre as capitânicas, por causa da suposta existência de ouro em Pouso Alegre.

⁴⁷Certaim (sertão); essas terras, posteriormente, deram origem ao território de Minas Gerais.

⁴⁸Sobre o conceito de “mito fundador”, a autora se reporta a CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. SP: Perseu Abramo, 2004.

povoado ao redor da Capela que deu origem à cidade como um dado de relevância para a história da cidade, sem, contudo, se referirem, com aprofundamento, às implicações decorrentes da prática predatória e escravagista contra a população indígena da região, limitando-se a reproduzir o discurso dos grandes coronéis do café, que trouxeram a modernidade para a cidade; discurso aprendido com outras pessoas, outros professores ou elaborado a partir de materiais compilados de recortes de jornais, livros de memorialistas e informações da internet como se fossem verdades absolutas e inquestionáveis.

2.2.2 Bragança e o “*crepúsculo*” da modernidade

O progresso é luz; [...] o mundo caminha diz um sabio escriptor; e se visse a Provincia de S. Paulo de outrora, o estado florescente a que n'estes ultimos tempos tem attingido por iniciativa propria, não sabemos o que mais poderia accrescentar [...] As vias ferreas já cortam grande extensão do territorio, e Bragança, ate ha pouco esquecida, parecendo mesmo não fazer parte no mappa geographico da provincia, tendo em seu seio um solo tão fértil, com sua cultura de cafés em grande escala, centro essencialmente productor, passagem natural de todo o sul de Minas não podia por mais tempo ser voltada ao ostracismo, devia compartilhar a felicidade de suas irmãs (O GUARIPOCABA, 1/07/1877, Ano I, n. 3, p. 1).

Segundo os periódicos bragantinos e as publicações de memorialistas locais pesquisados, o final do século XIX e início do século XX, em Bragança, foi um período de intensa busca pela modernização econômica e urbana, bem como um período marcado, no contexto nacional, pela reestruturação da administração pública decorrente da transição da Monarquia para a República (CMBP, 1998, p. 103). As principais atividades econômicas na época, em Bragança, pautavam-se pela produção agrícola, essencialmente de subsistência, e “criação de gado vacum, cavalari, muar e suíno, mas em diminuta escala” (ALMANACK, 1899, p. 151).

A maior parte da população era constituída de pequenos proprietários, responsáveis por uma exígua produção agrícola e algumas cabeças de gado. As técnicas utilizadas na lavoura eram bastante rudimentares, sendo que os instrumentos principais consistiam em enxada, foice e enxadão. [...] O pequeno proprietário e seus filhos conseguiam garantir os seus limitados objetivos de produção, cuidando de todas as etapas, desde o preparo do solo e o plantio até a colheita (CMBP, 1998, p. 74).

Dentre os principais gêneros agrícolas cultivados encontrava-se algodão em rama, milho, feijão, arroz, trigo e o café (CMPB, 1998, p. 75), mas também era possível encontrar cana, uva e fumo em menores quantidades (ALMANACK, 1899, p. 151). Eram também produzidos, no município, outros alimentos, como: açúcar, aguardente, farinha de milho e toucinho.

O café foi um dos principais produtos da cidade. Teve seu início, em escala comercial, no início de 1830, tendo se expandido a partir de 1850, contribuindo para a expansão da economia paulista que se consolidava com a propagação das plantações de café no interior da província e com introdução de seus produtos no mercado externo (CMBP, 1998, p. 68; BUENO, 2007; ISHIZU, 2009).

Nesse período, em Bragança, “a produção de café torna-se uma atividade central de algumas fazendas e parte importante de outras” (CMBP, 1998, p. 96), o que possibilitou a ascensão econômica dos fazendeiros que, por isso, procuraram concentrar também o seu poder político no município ocupando cargos públicos (ISHIZU, 2009, p. 35). Ao analisar os periódicos locais, é possível perceber que, frequentemente, os proprietários das fazendas de café são citados e colocados em destaque, assim como a atividade cafeeira, dando-lhes grande relevância e distinção social.

De modo semelhante, em nossos dias, ao ouvir as narrativas e memórias sobre a cidade ou ler periódicos daquela época e algumas publicações de memorialistas que os tomam como fontes inquestionáveis, constatamos que o café e seus mais “distintos” produtores são sempre lembrados com mais proeminência na história da cidade, sendo reconhecidos como os precursores e únicos responsáveis pelo “progresso” da cidade, o que propicia a valorização de uma versão monolítica da história da cidade (BUENO, 2007; GUIMARÃES, 2013-14). Porém, isso me causa desconforto e estranhamento, pois é como se os sujeitos e as diferentes atividades que existiam para além da cafeicultura não fizessem parte da história local e não tivessem contribuído para a transformação da cidade.

A história da cidade, para além de se voltar para “os feitos dos grandes homens, estadistas, gerais ou ocasionalmente eclesiásticos” (BURKE, 1992, p. 12), também se constrói com as “opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social” (p. 13), pelas representações construídas historicamente, (PESAVENTO, 2007b), pela atividade humana, uma “construção cultural”, variável no tempo e no espaço (BURKE, 1992, p. 11).

E ao olharmos para essa história ratificada por um discurso hegemônico local,

É como se as histórias e as memórias locais, anteriores ao surto cafeeiro, não tivessem motivo de ser. Afinal, a imagem das tropas e dos tropeiros não parecia estar inscrita nos novos ideais da modernidade, calcados na urbanização crescente e no rápido avanço técnico dos meios de transporte e comunicação. Como comparar a força de tração e a velocidade de uma tropa de animais (burros, bestas e mulas; em alguns casos, os tropeiros recorriam até mesmo aos carros de boi) com uma locomotiva? Como comparar a resistência dos animais e a quantidade de mercadoria transportadas nos “cargueiros” (grandes cestos de taquarapoca) colocados cada um de um lado, no lombo dos animais, com as possibilidades de transporte e de comércio que se abriram com a “maria-fumaça”? O trem era mais rápido, resistente e seguro para o transporte de mercadorias e pessoas que as montarias e as tropas. Contudo, é necessário lembrar que as tropas podiam transitar por caminhos que levavam aos mais distantes lugarejos em que a ferrovia não havia chegado e que, por vezes, tais tropas percorriam caminhos difíceis de transitar, para desviar dos fiscais de barreira, evitando, assim o pagamento de impostos (BUENO, 2007, p. 97).

Bueno (2007, p. 127) destaca que a presença das tropas de muares na cidade foi importante para a economia e comércio locais, mas tendeu a ser silenciada, apagada dos jornais, almanaques e anuários locais.

Isso permite conjecturar que, a tentativa de silenciamento destas outras histórias e memórias (BENJAMIN, 1989) locais estaria articulada não só com a imagem rural da cidade, que se buscava deixar no passado ou com a apologia e benesses decorrentes da iniciativa de implantação da ferrovia, mas, também, com as novas concepções de tempo que reordenam as relações de trabalho, as redes de sociabilidades e sensibilidades na modernidade.

Enquanto as tropas de muares significariam uma experiência temporal marcada pelo passo do animal, sujeitas ao relevo da região e expostas às condições climáticas, a cidade, em meio à busca incessante pela modernidade, com novas relações espaço temporais, começava se organizar pautada por um tempo cronometrado pelo relógio, sinônimo de dinheiro, matizado por relações capitalistas e de produtividade, por uma sensação vertiginosa de aceleração do tempo e de encurtamento das distâncias (THOMPSON, 1998), por uma incessante busca pelo “novo” (BENJAMIN, 1991).

No rastro da expansão do café em agosto de 1884, é criada a Companhia Bragantina de Estradas de Ferro, o que garantiu o rótulo de “heróis locais” a seus idealizadores (BUENO, 2007) e grande festejo em seu ato inaugural, que contou com o orgulho da população bragantina, a participação de três bandas musicais e um artigo no jornal local *O Guaripocaba*:

Em todos os festejos sempre reinou a melhor ordem e animação. O povo desta cidade pode orgulhar-se de ter assistido a mais esplendida festa popular que já houve em Bragança. [...] A ilm.a câmara municipal não foi

indiferente às demonstrações de regosijo público. Fez o que estava a seu alcance, já honrando com a sua presença coletiva os atos e cerimônias, já providenciando, autorizando e ordenando tudo quanto podia concorrer para o embelezamento da cidade e realce da festa.

A comissão dos festejos foi tão solícita no cumprimento de sua missão, que se torna superior a qualquer elogio. Era impossível fazer mais em tão poucos dias. Levantaram-se arcos e coretos, embelezaram-se largos e ruas, ornamentaram-se salões e frontespícios de edifícios (1884 cf. LAURITO; MARTINS, 1943, p. 149).

O mesmo jornal, um ano após a inauguração da ferrovia, em um dos seus artigos, defende o “progresso” que a estrada de ferro trouxe à cidade:

– Eis! Avante! Caminhemos!

E Bragança Caminhou. [...] Estamos de posse do mais importante melhoramento moderno, o maior impulsionador do progresso dos povos, a estrada de ferro -, e no gozo de seu indispensável complemento, - o telégrafo (O GUARIPOCABA, 1884 cf. LAURITO; MARTINS, 1943, p. 149).

O telégrafo foi outro equipamento que pode ser considerado símbolo da modernização da cidade. Segundo a *Clausula 38^o* do contrato celebrado para a construção da Estrada de Ferro Bragantina, descrito no Anuario de Bragança (1904, p. 48), ele deveria ser instalado em toda a extensão da estrada de ferro.

Laurito e Martins (1943, p. 147), ao retomarem, de forma poética, a inauguração da ferrovia e do telégrafo proferem:

Crepúsculo... Sombra e luz. Um pouco da noite e um pouco do dia. Não se sabe se as nuvens vão esconder ou desvendar a glória do sol.
Bragança está em festa. Fatiotas novas, vestidos lindos, o povo ansioso.
Inauguração da Estrada de Ferro. E do telégrafo.

Estariam eles fazendo uma metáfora da cidade de Bragança, que, apesar das transformações por que vinha passando, atreladas ao desejo de modernização, ainda possuía o crepúsculo, uma tênue sombra da noite ou da escuridão, a tênue marca do rural, tida como atraso (como apontavam periódicos locais), em disputa com os novos vestidos e fatiotas de Bragança, a glória do sol, a luz do “progresso” o “melhoramento moderno”? Existiriam tensões, disputas e conflitos acerca da instalação da Ferrovia? “Mudanças e permanências, modernidade e arcaísmos articulam-se na trama histórica do novo momento” (CMBP, 1998, p. 112).

A ferrovia é lembrada como uma das grandes propulsoras da modernização da cidade. Ela ocorre em um período que a cidade convive também com a recente instalação do serviço

de correio (1829), a fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1874) (FIGURA 17), do primeiro jornal da cidade “Século 19” (1875), do *Hospital de Morpheticos* (1879), do *Club dos escravos* (1881), do serviço de abastecimento de água (1893), da *Empresa Telephonica Bragantina* (1896), do primeiro grupo escolar em 1897, do *Hospital de Isolamento para Tuberculosos* (1898), do *Asilo de Mendicidade* (1909) e do *Sanatório para Preservação dos Filhos de Tuberculosos Pobres* (1912).



Fonte: Arquivo Digital do CDAPH.

FIGURA 16 - Santa Casa de Misericórdia.

Sem identificação de data, fotógrafo desconhecido.

A Santa Casa de Misericórdia correspondia a um edifício de grande prestígio na cidade, pois conforme aponta o Almanack para 1900, sua construção vasta e elegante estava dentro das regras da arquitetura moderna - características do estilo neoclássico, representadas pelo frontão de sua fachada e pelas referências às colunas romanas- além de apresentar os preceitos de higiene, em evidência no período de sua construção que podem ser observados na dimensão e quantidade de janelas que permitiam maior ventilação e iluminação nos espaços internos.

A exaltação do “progresso” da cidade por meio desses empreendimentos pode ser percebida em um artigo do Almanack de Bragança para 1900 (1899), intitulado *Bragança Moderna*; nele, foi elencado o que podia ser considerado moderno, inovador e de “visível progresso”:

É visível o progresso desta cidade. Felizmente tudo concorre para o seu adiantamento. A lavoura é desempenhada, o commercio sem grandes compromissos, a industria, posto que insipiente, animada; além disso o seu clima ameno e salubre contribúe para que seja procurada como ponto de residencia, fazendo-se assim boas aquisições de pessoal, elemento preponderante de engrandecimento, civilisação e progresso. A cidade pode conter 10 mil almas; o município de 30 mil para cima. É de aspecto alegre; as ruas direitas e limpas, estendem-se pelo dorso do espigão. Ha edificios magnificos, de architettura moderna. Entre muitos salientam-se o theatro Carlos Gomes, a Cadeia Nova, a Santa Casa de Misericordia, a Matriz, etc [...] É digno de notar-se o novo cemitério [...] Mencionamos tambem o matadouro municipal, hospitais de varilosos e de isolamento. [...] periódicos, que se publicam duas vezes por semana [...] associações recreativas e de beneficencia [...] Club Litterario Recreativo [...] Gremio Commercial; [...] *Sociedade Italiana de Mutuos Socorros, Frattellanza Italiana de Mutuos Socorros, Loja Amor da Patria e Brazilica*. A população já tem agua encanada; a Camara Municipal está actualmente empenhada em dotar a cidade com a luz electrica e rede de exgottos. Realizados estes dois grandes melhoramentos, Bragança collocar-se-á entre as cidades de primeira ordem do Estado de São Paulo e talvez muito superior a muitas capitães de estados da Republica (ALMANACK, 1899, p. 186-187).

Ou ainda, neste trecho, exaltando alguns edificios públicos e privados:

O theatro é um dos primeiros do Estado; [...] O edificio da Cadeia Nova é de primeira ordem; os seus compartimentos são confortáveis e arejados. A Santa Casa faria honra a qualquer capital; vasta construída sob todos os preceitos de hygiene, é o atestado dos sentimentos nobres do povo Bragantino. A matriz, templo majestoso, acha-se toda reformada, [...] Entre os particulares destacam-se os magnificos predios do Major Manoel Joaquim de Carvalho, Tenente coronel Affonso Ferreira, Tenente coronel Olýmpio Ferreira, Baroneza de Itapema, Tenente coronel Olegario Leme, Tenente coronel Jacintho Osorio, Comendador Paião, major Assis Gonçalves e D. Carolina etc (ALMANACK, 1899, p. 186).

Há um grande destaque dado aos edificios públicos, considerados “magnificos, de architettura moderna” e também aos “magnificos predios” particulares, sobretudo, os pertencentes aos grandes cafeicultores e comerciantes locais. Alguns dos prédios elencados acima e que não foram derrubados até fins do século XX, foram tomados como símbolos do

ciclo do café, da modernização da cidade e tombados como patrimônio pelo CONDEPHAC, como veremos adiante no texto.

Assim como Guimarães (2013), ao pesquisar muitos dos periódicos locais⁴⁹ e produções de memorialistas bragantinos⁵⁰, percebi, durante a leitura, que tais publicações nos dão a impressão de que toda a região central de Bragança tinha características arquitetônicas tidas como modernas e que toda a cidade teria recebido os melhoramentos urbanos implementados (água encanada, esgoto e energia elétrica).

A autora, porém, ressalta que tal modernização arquitetônica se restringe às edificações pertencentes aos grandes cafeicultores e comerciantes locais e que os melhoramentos urbanos, inicialmente, se restringiam às ruas centrais, fato que merece atenção, pois se for realizada uma leitura ingênua de tais fontes, corre-se o risco de se perder de vista que a modernização do espaço urbano não ocorreu de maneira uniforme e concomitante.

Caso seja observada apenas a versão de uma cidade que sofreu uma rápida modernização como um todo, silenciando os descompassos e as possíveis tensões, disputas e conflitos que isso pode ter gerado, o imaginário local fica tomado e seduzido pelas benesses da modernidade, tendendo a se esquecer das greves que ocorreram no período, das precárias condições de vida dos colonos e dos trabalhadores urbanos, das disputas políticas entre os grupos republicanos locais (gliceristas e salistas cf. MEDEIROS, 2013 e FRANCESCHI, 2013), dentre outras questões. Nesse sentido, Bueno nos alerta que

se não se atentar com cuidado para as fontes textuais e imagéticas, a percepção do observador tende a menosprezar a existência de muitas casas de porta e janela que havia no centro, de ruas em grande parte de chão batido, e para a vegetação que tomava os espaços públicos e os animais de tração que transitavam por eles (BUENO, 2007, p. 147).

⁴⁹ Almanack de Bragança (1899); Anuario de Bragança (1902, 1904, 1914), Almanach Bragantino (1914); O Guaripocaba (1877-1886).

⁵⁰ Leme (1981); Mathias (1999); Oliveira (2000); Barletta (2000; 2003); Chiarion (2011; 2013); Vasconcellos (2013).



Fonte: Arquivo Digital do CDAPH.

FIGURA 17 – Gravura do Largo da Matriz.
Sem data, autor desconhecido.



Fonte: Arquivo Digital do CDAPH / Acervo do Museu Municipal Oswaldo Russomano.

FIGURA 18 – Cartão postal do Teatro Carlos Gomes e Cadeia Pública.

Data aproximada 1910, fotógrafo Irmãos Duchen.

O edifício do Teatro Carlos Gomes (1898-1925), apresentava características ecléticas com elementos neoclássicos como o frontão, referências às colunas romanas e a volumetria de sua edificação. Notar na lateral direita do edifício pequenas janelas circulares que iluminavam e ventilavam os corredores. Apesar de originariamente ter sido construído para ser um teatro, também abrigou o Colégio São Luiz (1925-1968), que após sua desativação acolheu outras instituições educacionais com destaque para a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (FESB) e o Colégio Técnico João Carrozo (1980-2000).



Fonte: Arquivo Digital do CDAPH

FIGURA 19 - Rua da Praça. Realização do transporte de materiais para instalação da luz elétrica. 1903, fotógrafo desconhecido.

A partir das considerações anteriores, é possível observar que a formação da cidade está marcada por dissonâncias, matizadas por tensões, disputas e conflitos, passíveis de serem rastreados através de tentativas de silenciamento. Percebe-se também, uma cidade em processo de modernização, na qual, alguns segmentos da elite letrada urbana tendem a suprimir, dos periódicos, as marcas do rural, ainda presentes. Se por um lado, enaltecem as grandes fazendas produtoras de café, em detrimento dos pequenos produtores, da policultura e do cultivo de subsistência, por outro, atribuem aos costumes, práticas e saberes rurais desses sujeitos, a condição de atraso e ultrapassado, posto que eles estariam defasados em relação à ciência e ao avanço da civilidade, norteadas por visões eurocêntricas, escolarizadas e letradas.

Nessa perspectiva, depara-se com uma estética urbana, na qual se valorizam os edifícios com elementos arquitetônicos ecléticos, cuja monumentalidade, simetria de elementos (ornamentos, janelas e portas) e o uso de novos materiais construtivos, pautados na “nova moda europeia”⁵¹, o neoclássico (LEMOS, 1979, p. 108), são elogiados como marca do progresso e avanço da civilização, mas que aviltam a singularidade das casas de porta e janela, nas quais vive a maior parte da população urbana. Encontra-se uma cidade que presencia uma gama de transformações dos hábitos, costumes e sensibilidades suscitados pelo surgimento de novos elementos de ocupação e controle dos espaços e dos corpos (BUENO, 2007), bem como, por meio de inovações técnicas que alteraram as relações espaço-temporais, como a locomotiva, o telégrafo e o telefone.

⁵¹ Lemos (1979, p. 108) destaca que apesar da grande influência do neoclássico na arquitetura brasileira, sua construção se dava “de ouvido”, sem que houvesse o conhecimento aprofundado das regras que regiam o novo estilo, o que projetava o hibridismo nas construções, no qual ainda era possível observar referências do barroco.

3. A SUBVERSÃO DA ORDEM: O CAMINHAR SOBRE TERRITÓRIO SAGRADO

Marco entra numa cidade; vê alguém numa praça que vive uma vida, ou um instante que poderiam ser seus; ele podia estar no lugar daquele homem se tivesse parado no tempo tanto tempo atrás, ou então se tanto tempo atrás numa encruzilhada tivesse tomado uma estrada em vez de outra e depois de uma longa viagem se encontrasse no lugar daquele homem naquela praça (CALVINO, 2003, p. 30-31).



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 20 - Praça Raul de Aguiar Leme.
Janeiro/2016, fotógrafo Wesley Baptista.



Fonte: Arquivo Pessoal do autor.

FIGURA 21 – Vista panorâmica da Praça José Bonifácio.
Janeiro/2016, fotógrafo Wesley Baptista.

Ao entrar nas praças José Bonifácio e Raul Leme, me deparo com uma juventude que vive sua vida, vida que poderia ser minha se, tempos atrás, não tivesse trilhado outros caminhos.

Desde a minha adolescência, frequentei essas duas praças, me apropriando de seus espaços como consumidor, como visitante assíduo do Museu do Telefone e participante de atividades culturais, e, também, como despretenso transeunte. Contudo, de forma mais significativa, foi poder me apropriar delas como espaços de permanência e convivência (LAMAS, 2004), de vivências e experiências (BENJAMIN, 1994), de sociabilidades e de lazer (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009), pois, em vários momentos, o território que corresponde as duas praças me serviu de suporte para encontros com amigos, brincadeiras, durante as tardes, noites e, muitas vezes, nas madrugadas. Dessa forma, elas foram, para mim, território de experiências e aprendizagens que não são escolarizadas, mas vividas no espaço (FRAGO; ESCOLANO, 2001) urbano.

Assim como eu, outras pessoas, ao andar pelo território das praças, veem os jovens que por elas caminham nos finais de semana; jovens oriundos das camadas populares, de bairros tidos como periféricos da cidade, jovens carregados de signos e emblemas, como música, vestuário e comportamentos (CARMO, 2001, p. 175).

Direcionado a esses jovens, é possível perceber um olhar de estranhamento e desconforto de algumas pessoas, geralmente, casais com filhos pequenos e idosos⁵², um “olhar que divide e agrupa, que localiza e designa a identidade das pessoas por seus sinais aparentes” (BRESCIANI, 2013, p. 8), o que pode gerar segregação e juízos de valor em razão das características visíveis dos jovens e o local onde se encontram.

Bresciani, ao discorrer sobre a multidão das ruas de Londres e Paris, no século XIX⁵³, destacando, principalmente, sujeitos em situação de miséria e mendicância, aborda a “atividade do olhar”, a qual permite o reconhecimento dos sinais emitidos por eles. Isso possibilita, vivendo-se em uma cidade grande “uma identificação visual, [que] dá conta por inteiro da composição da cena de rua” (BRESCIANI, 2013, p. 17), ou seja, permite encontrar, diferenciar e distinguir os diferentes sujeitos que compõem a cena urbana, possibilitando,

⁵²Para além do grupo de jovens observados na praça, destaco que foi possível identificar outros sujeitos que transitavam pelo espaço ou estavam sentados nos bancos, mas sem estar em grupos distintos. Observei, também, a presença expressiva de casais com bebês e crianças pequenas e uma parcela maior de idosos.

⁵³ A historiadora, ao problematizar as ruas de Londres e Paris, no século XIX, referencia grandes expoentes da literatura, que são citados no decorrer de seu livro, entre eles destacam-se: Charles Dickens (*As aventuras do Sr. Pickwick* e *Oliver Twist*); Charles Baudelaire (*Le fleurs du mal*); Edgar A. Poe (*O homem das multidões*) e Victor Hugo.

assim, classificar a multidão, segundo critérios apreendidos, pois é um “saber adquirido”. Dessa forma,

Se o olhar do transeunte que fixa fortuitamente uma mulher bonita e viúva ou um grupo de moças voltando do trabalho, pressupõe um conhecimento da cor do luto e das vestimentas operárias, também o olhar do assaltante ou do policial, buscando ambos a sua presa, implica um conhecimento específico da cidade (BRESCIANI, 2013, p. 16).

A autora supracitada analisa como nossos sentidos são educados para uma determinada sensibilidade, “percepção e tradução da experiência humana no mundo”, através do olhar, podendo, assim, ser capaz de traduzir e compreender os símbolos sociais, os ritos e a cultura (PESAVENTO, 2007b, p.56).

Isso me faz conjecturar que o olhar de estranhamento que, muitas vezes flagrei direcionado aos jovens que transitam por tais praças, se deve ao fato de identificar neles características que não estão de acordo com o perfil de um grupo que deveria estar ali, visto que a “peculiaridade das figuras permite-lhe agrupá-las e ao mesmo tempo hierarquizar os grupos” (BRESCIANI, 2013, p. 19).

Charles Baudelaire trata sobre isso em seu poema em prosa *Brinquedo de Pobre*, quando afirma que crianças pobres, para que tenham um pequeno divertimento, poderiam ser reconhecidas por sua sujidade e encontradas “diante das tabernas, ou sob as árvores [...] na estrada, entre os cardos e urtigas” (BAUDELAIRE, 2008, p. 15), um verdadeiro espetáculo da pobreza (BRESCIANI, 2013), enquanto que, de forma antagônica, outra criança, espetáculo da riqueza, poderia ser encontrada atrás de “um vasto jardim no fundo do qual aparece um lindo castelo [...] vestida com roupas do campo e muito alinhada” (BAUDELAIRE, 2008, p. 15).

A perspectiva apresentada por Baudelaire, para além de expor a atividade do olhar (BRESCIANI, 2013), suscita reflexões sobre os espaços ocupados por cada uma das crianças, espaços dialógicos na interação com o sujeito, pois permitem impressões simbólicas e subjetivas delimitadas por relações de poder e influenciadas “por aspectos culturais, políticos, econômicos e ambientais dos indivíduos” (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 322), atuando, desta forma, num processo de criação e de identificação de territorialidades.

3.1 A Praça - À Guisa de um Conceito

Ao elucubrar sobre o significante “praça” na tentativa de encontrar seu significado, sou atravessado por meus sentidos e sensibilidades, matizados por memórias que fazem com que esse significante seja, muitas vezes, difuso e múltiplo, talvez inconcluso...

Nos dicionários, encontrei significados sucintos que tomam o significante a partir de um olhar que esquadrinha o espaço, ressaltando o que está localizado nele e que pode ser perceptível no campo visual, “Espaço com bancos e plantas, geralmente rodeado de casas, lojas etc.” (AULETE, 2007) ou “Logradouro público espaçoso, cercado de prédios, geralmente ajardinado e dotado de chafarizes, fontes luminosas, hermas, etc., no qual desembocam várias ruas” (SACCONI, 2007).

Nessa perspectiva, ressaltam-se apenas as características físicas, econômicas e ambientais do local, porém, o conceito de praça não está somente relacionado a esses pontos que apresentam um olhar distante de quem está fora da praça ou de quem não tem experiências para compartilhar sobre ela, o que sugere idealização, distanciamento ou projeção do espaço praça, não alcançando, por isso, todo o significado que seu território, de forma potencial e relacional, pode suscitar ao sujeito que usufrui dela.

Walter Benjamin, no aforismo *Porcelanas da China*, reflete sobre essa subjetividade quando afirma que

A força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se sobrevoa de aeroplano. [...] Quem voa vê apenas como a estrada se insinua através da paisagem, e, para ele, ela se desenrola segundo as mesmas leis que o terreno em torno. Somente quem anda pela estrada experimenta algo de seu domínio e de como, daquela mesma região que, para o que voa, é apenas planície desenrolada, ela faz sair, a seu comando, a cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas, assim como o chamado do comandante faz sair soldados de uma fila (BENJAMIN, 1987, p. 16).

Aquele que olha para a praça, assim como aquele que olha para a estrada do campo sobrevoando-a de aeroplano, vê apenas sua superfície, o que é externo e visível aos olhos; mas aquele que se relaciona com e no seu território, assim como aquele que anda pela estrada do campo, “experimenta algo de seu domínio”, cujas experiências podem se entrecruzar por entre memórias e reminiscências, mobilizadas por sensibilidades 'detonadas' por algum som, cheiro, textura, imagem ou desejo.

Barbosa Filho e Viero (2009, p. 1) defendem que a

praça pode ser definida, de maneira ampla, como qualquer espaço público urbano, livre de edificações que propicie convivência e/ou recreação para os seus usuários. [sendo] sua mais importante função: a de integração e sociabilidade. [...] aproximar e reunir pessoas, seja por motivo cultural, econômico (comércio), político ou social. [...] espaço dotado de símbolos, que carrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e sócio-culturais [...].

Os autores, ao apresentarem seu conceito de praça, também consideram que, de forma ampla, ela representa um espaço público urbano que permite diferentes interações entre os sujeitos, mas que, para além dessas características, ela é dotada de uma simbologia que traz marcas do imaginário e do real, de relações dadas pelas diferentes temporalidades presentes nela, pois é um lugar historicamente datado e contextualizado, cuja força de referência evocatória está em franca conexão com as sensibilidades e as sociabilidades que propicia.

A praça, nesse sentido, começa a tomar forma para além das características físicas e de um espaço que está somente relacionado à passagem do transeunte, a um caminho esporádico que é feito sem uma intencionalidade; seu significado simbólico toma corpo na medida em que permite sociabilidades, convivência, relações espaço-temporais, pois ela também se apresenta como um marco arquitetônico da cidade, um elemento morfológico do desenho urbano (LAMAS, 2004).

Para Lamas (2004, p. 100) a “praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária”, o que nos possibilita compreendê-la como um espaço público que pode ter componentes ambientais como: canteiros, jardins, árvores e componentes artísticos/arquitetônicos, como chafarizes, espelhos d’água, pergolados, coretos, monumentos memorialísticos ou artísticos como esculturas, bustos, ou ainda, no caso de Bragança Paulista, a igreja matriz Nossa Senhora da Conceição.

Ela também se apresenta como um território para e da experiência humana, lugar que permite a circulação dos corpos e a sua permanência, lugar de encontros e desencontros. A praça é um lugar constituído historicamente, matizado por memórias e sensibilidades e significado por tensões, disputas e conflitos, mas, ambivalentemente, também por diferentes manifestações do viver urbano, imbricadas em redes de sociabilidades que extrapolam, muitas vezes, os limites dos territórios invisíveis da cidade, devido às condições desiguais de sobrevivência da população.

3.1.1 A praça como lugar de experiência

Quando me reporto à praça como um lugar de experiência, tenho a intenção de trazer à baila a potencialidade que esse espaço pode proporcionar para a atividade humana (FRAGO, 2001) de forma a oferecer uma ruptura das relações capitalistas, que podem ser observadas no espaço público e abrir possibilidades de partilha e intercâmbio de experiências (BENJAMIN, 1994).

Para ancorar tais perspectivas, valho-me de dois aforismos do filósofo Walter Benjamin: *Experiência e Pobreza* (BENJAMIN, [1933] 1994) e *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* (BENJAMIN, [1936] 1994), nos quais o autor apresenta suas reflexões e preocupações sobre o empobrecimento da experiência na modernidade.

Para o filósofo, a modernidade, com os avanços da capacidade técnica e das relações fabris e capitalistas, propôs novas formas de sociabilidades que contribuíram para o declínio da experiência (*erfahrung*) e da arte de narrar.

A experiência, que antes era compartilhada por narrativas e se caracterizava por um conhecimento tradicional compartilhado entre gerações por meio de histórias, fábulas, provérbios, contos e que implicava uma perspectiva de ressignificação, visto que exigia, de seu ouvinte ou leitor, a interpretação, é, aos poucos substituída, pela vivência (*erlebinis*) que se apresenta como uma forma superficial e individual de experiência, que se apega à efemeridade do presente, às informações imediatas que, muitas vezes, são desprovidas de um sentido ou contexto e que satisfazem somente no instante em que são novas, e por serem informações, não permitem a reflexão tão própria da *erfahrung*.

A “experiência de que trata Benjamin é algo que ultrapassa a esfera individual, que transcende gerações, posto que é uma memória viva e comum, que tem sua força na transmissibilidade” (GUIMARÃES, 2014, p. 11).

Isso leva a refletir sobre as relações sociais, que são o campo da transmissibilidade que, por sua vez, se dá por narrativas. Destarte, a praça, enquanto espaço público, propicia um espaço para a transmissibilidade, lugar de convivência, ponto de encontro, lugar de intercâmbio de experiências, espaço para o ócio ou, nas palavras de Benjamin, o tédio, elemento indispensável para se chocarem os ovos da experiência: “O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência” (BENJAMIN, 1994, p. 204).

O filósofo berlinense considera que a assimilação da experiência se dá em camadas profundas por um processo de distensão psíquica que pode ser comparado à distensão física, que é o sono. Porém, as atividades que permitem o tédio são raras, tendo elas já se extinguido na cidade e em vias de se extinguir no campo, o que, por consequência, faz desaparecer os narradores e os ouvintes. Desse modo, o tédio, que pode ser relacionado ao tempo livre para pensar, refletir ou “chocar os ovos”, espaço onde a narrativa pode frutificar na memória do ouvinte constituindo, assim, a verdadeira experiência, tem se tornado escasso na modernidade.

Vista dessa maneira, a praça poderia ser um lugar para o compartilhamento de experiências, para o tédio⁵⁴, pois é um espaço de permanência (LAMAS, 2004), de encontros e circulação, espaço de sociabilidades, integração das diversas gerações, espaço de acontecimentos e manifestações (GOHN, 2014) de conexão entre sensibilidades plurais.

Ao apresentar a praça da cidade de Isidora, Calvino (2003, p. 12), descreve “o murinho dos velhos que vêem a juventude passar”; ao lado, dele está um homem que cavalgou lentamente por “terrenos selváticos”, mas que sentiu a necessidade de voltar para uma cidade. Seu retorno e a escolha do murinho da praça, para poder observar, sugerem um lugar para compartilhar experiências, as narrativas de suas viagens, dos lugares pelos quais passou, das pessoas que conheceu e dos conhecimentos que construiu.

De modo análogo, Benjamin apresenta a figura do marinheiro como sendo um dos exemplos de narrador capaz de transmitir experiências, saberes trazidos de terras distantes por onde passou e navegou, talvez, sobre situações de perigo. Assim como o “homem que cavalgou” de Calvino, ambos são abertos a compartilhar suas experiências, pois “quem viaja tem muito a contar” (BENJAMIN, [1936] 1994, p. 198).

Para designar experiência, como pontuado, Benjamin utiliza a palavra *erfahrung*, cujo radical – *fahr* – foi

usado no antigo alemão em seu sentido literal de percorrer, atravessar uma região durante uma viagem, ou seja, este tipo de experiência está diretamente ligado à ideia do percurso, da experiência de percorrê-lo e, assim, da errância (RIBEIRO *et al.*, 2012, p. 55).

Por isso, pode-se afirmar que andar por outros lugares, assim como o cavaleiro e o marinheiro o fizeram, permite, para além de vivências, experiências que podem ser intercambiáveis na medida em que as memórias se tornam narrativas.

⁵⁴ Olgária Matos (2007) ao distinguir tédio de monotonia, considera que o tédio é um tempo passado que se repete no presente, o que permite um contato do sujeito com sua interioridade, enquanto, a monotonia, se organiza em um tempo que é vazio de significados e sentidos, um tempo estagnado, sem experiência.

E, como se vê no exemplo de Calvino, a praça é um lugar que permite esse movimento, pois, ao percorrer seus caminhos, ou nela permanecer para observar, podem-se abrir possibilidades para sua constituição enquanto lugar, pois a “ocupação do espaço, sua utilização, supõe sua constituição como lugar [...], uma construção ‘a partir do fluir da vida’ e a partir do espaço como suporte” (FRAGO, 2001, p. 61); um campo subjetivo que acolhe afetividades, experiências, vivências, singulares e plurais, lugar de sociabilidades e sensibilidades múltiplas que se desvelam, com o passar do tempo, em memórias e histórias singulares que, a cada evocação, sejam elas dadas pela rememoração intencional ou pelas reminiscências, trarão consigo novos olhares, novos desejos, novas vozes, novas histórias da memória e novas memórias da história, pois a

memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Em razão disso, toma-se a praça como um local público, um espaço que permite a socialização, o flunar de corpos que se encontram e desencontram na exploração, intencional ou fortuita, de seus espaços, e que também forma, conforma e educa na constituição de seus limites e território – território da praça e território do corpo. Em suma, como nos aponta Ferreira, (2009) em *Uma varanda na África: quando o corpo é também continente*: “Os corpos dos indivíduos estão marcados de história” (2009, p. 144) visto ser o corpo uma “superfície de inscrição dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2000, p. 267), um enigma (GUIMARÃES, 2013) que nos provoca em sua pluralidade de significados, capaz de gerar “sensações, emoções e imagens” (GAIARSA, 1991, p. 27).

Os corpos são educados por toda a realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de conhecimento. Uma educação que se mostra com face polissêmica e se processa de um modo singular: dá-se não só por palavras, mas por olhares, gestos, coisas, pelos lugares onde vivem (SOARES, 2011, p. 110).

Com isso, temos que: os corpos tendem a apreender o mundo que o circunda não só de uma forma racional, por meio de elaborações mentais, mas também por meio dos sentidos e das sensibilidades (sensações, emoções e subjetividade), “núcleo primário de percepção e

tradução da experiência humana no mundo [...] das histórias de vida” (PESAVENTO, 2007, p. 56). O que permite considerar as experiências vividas, como um repertório que matiza as subjetividades singulares (GUIMARÃES, 2013-14, p. 3) dos indivíduos, pois também

A vida é uma experiência histórica que se tem com e no corpo, incluindo etapas, marcos temporais, de identidades, de gênero e marcas étnicas, também necessidades e funções físicas [...]. Para além dessas dimensões, no e com o corpo se desenvolvem as percepções e sensibilidades (visão, olfato, tato, audição, gustação), os canais culturais de comunicação (movimentos, expressões, gestos, linguagens) seus usos e práticas, e também as sensibilidades (dor, esperança, amor, saudades, etc.), que tornam o corpo uma âncora de emoções (MATOS, 2008, p.243).

Território tanto biológico quanto simbólico, processador de virtualidades infundáveis, campo de forças que não cessa de inquietar e confortar, [...] o mais belo traço da memória da vida. Verdadeiro arquivo vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres, [capaz de] revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia mas, ao mesmo tempo, escondê-los. Pesquisar seus segredos é perceber o quanto é vão separar a obra da natureza daquela realizada pelos homens: na verdade, um corpo é sempre “biocultural”, tanto em seu nível genético, quanto em sua expressão oral e gestual (SANT`ANNA, 2001, p. 3).

Assim, “o corpo - substantivo comum, concreto e singular”, (BUENO, 2007, p. 27) nesta pesquisa deve ser compreendido como um território (FERREIRA, 2009), reinventado por histórias, memórias, sensibilidades e singularidades, um objeto cultural marcado por sua origem sócio-histórica e pelas relações e interações praticadas com e no espaço, marcadas por tensões, disputas e conflitos, ou seja, “nem sempre tranquilas, nem sempre desejáveis, nem sempre possíveis” (BUENO, 2007, p. 27).

3.1.2 A praça como espaço, lugar e território

Todo lugar é um espaço, mas nem todo espaço é um lugar, assim como todo território é um espaço, mas nem todo espaço é um território.

Frago (2001) assevera que o espaço pode ser compreendido como um local para a atividade humana, pois toda ação humana necessita de uma dimensão espacial para acontecer. Porém, o espaço pode apenas ser projetado ou imaginado, o que me leva a ponderar que, quando falamos de espaço, falamos do que é visível e palpável, falamos da sua materialidade,

discorremos acerca de suas características físicas observáveis, de sua funcionalidade, tratamos sobre o que ele foi projetado para ser um “espaço do homem, [...] organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico. [...] simplesmente espaço” (CORRÊA, 2000, p. 28-29). Vendo sob esse mesmo prisma, Barbosa Filho e Viero (2009, p. 1) destacam a praça como “um espaço de reunião, construído para e pela sociedade [...] espaço para pedestres [...]”, ou seja, uma dimensão espacial projetada para uma determinada atividade humana.

Essa atividade humana preconizada por Frago refere-se ao

emprego que o ser humano faz [do espaço], um emprego que varia em cada cultura; que é um produto cultural específico, que diz respeito não só às relações interpessoais – distâncias, território pessoal, contatos, comunicação, conflitos de poder -, mas também à liturgia e ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos – localização e posturas -, à sua hierarquia e relações (FRAGO, 2001, p. 64).

Diante disso, podemos inferir que a localização, disposição, ocupação, função, arquitetura e morfologia do espaço (LAMAS, 2004) podem ser consideradas como elementos de uma construção histórico-temporal carregada de simbologia e hierarquizada por diferentes relações e que estas, por sua vez, podem atuar de forma incisiva nos “ritos sociais”, tocando, atravessando e mobilizando experiências e sensibilidades (PESAVENTO, 2007b) do sujeito, logo o espaço é um dos componentes do processo de educação e socialização humana.

A praça, porém, não é só espaço e olhar para ela, nessa perspectiva, sugere uma ingênua tentativa de racionalização desse local, um buscar organizar-se e projetar-se sobre ele, mas sem uma efetiva ocupação, interação ou experiência e é exatamente essa ocupação do espaço que resulta no “salto qualitativo” que institui os lugares, visto que o espaço é também o suporte para a construção e produção de sentidos, sensibilidades e representações⁵⁵, que se transmutam na medida em que os significamos com nossas experiências, histórias e memórias

⁵⁵ Sobre o conceito de representação Pesavento considera ser ele um conceito-chave para a história, pois apoiado na Antropologia Cultural sua utilização que teve acentuado desenvolvimento na década de 80 do século XX, permite olhar para as dimensões culturais, em razão de incorporar o simbólico nas análises sobre as organizações sociais “como uma forma de entendimento segundo a qual os homens elaboravam formas cifradas de representar o mundo, produzindo palavras e imagens que diziam e mostravam mais além do que aquilo que era expresso e mostrado nos registros materiais” assim, a representação é compreendida como sendo um “processo de construção mental da realidade, produtor de coesão social e de legitimidade a uma ordem instituída, por meio de idéias, imagens e práticas ditadas de significados que os homens elaboravam para si” (2007b, p. 24) o que caracteriza sua ambiguidade, já que não é uma cópia do real, mas uma construção a partir dele, matizada pela verossimilhança e não pela veracidade. Cabe ressaltar que, os sentidos ocultos das representações são constituídos social e historicamente, por relações de força dos diferentes grupos sociais o que “implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limite e autorizam os comportamentos e os papéis sociais” (2007b, p. 41-42).

(FRAGO, 2001, p. 63). A praça é também um espaço de inscrição das sociabilidades e sensibilidades de um determinado viver urbano, num dado período.

Cecília Meirelles instaura uma brecha que humaniza e historiciza a praça no poema *Canção Excêntrica* (MEIRELES, 2002, p. 30).

Ando à procura de espaço
para o desenho da vida.
Em números me embaraço
e perco sempre a medida.
Se penso encontrar saída,
em vez de abrir um compasso,
projeto-me num abraço
e gero uma despedida.

Se volto sobre o meu passo,
é já distância perdida.

Meu coração, coisa de aço,
começa a achar um cansaço
esta procura de espaço
para o desenho da vida.
Já por exausta e descrida
não me animo a um breve traço:
- saudosa do que não faço,
- do que faço, arrependida.

Nesse poema, emerge a preocupação do eu-lírico em buscar uma projeção lógica do espaço como uma possibilidade para a atividade humana, o – “desenho da vida” – expressa nas palavras espaço, números, medida, compasso, distância, denotando a busca por um plano físico racionalizado, para projetar-se, desenhar-se. Porém, não é só nos números ou no abrir do compasso que a vida se desenha, mas, também, nas relações humanas que ocorrem nesse espaço, ações construídas na dimensão espacial, ou seja, no abraço, na despedida, no cansaço que o coração sente, na exaustão do corpo, na descrença, sensações individuais, mas que acontecem de forma interativa e dialógica.

Essa busca por um plano meramente físico, racional e material causa o insucesso do eu-lírico; essa procura pela “distância perdida” na qual ele não encontra o desenho da vida que não está no domínio do espaço, mas do lugar, pois a utilização e ocupação do espaço proporcionam o “fluir da vida” (FRAGO, 2001), e na visão lírica de Cecília Meireles, o “desenho da vida”; é uma construção subjetiva e dialógica a partir das experiências do sujeito com e no espaço, aliadas à memória.

O conhecimento de si mesmo, a história interior, a memória, em suma, é um depósito de imagens. De imagens de espaços que, para nós, foram, alguma vez e durante algum tempo, lugares. Lugares nos quais algo de nós ali ficou e que, portanto, nos pertencem; que são, portanto, nossa história (FRAGO, 2001, p. 63).

Esses lugares são espaços significados no tempo, tempo que não é contínuo ou único, mas, plural e polissêmico, um fragmento de memória (BOSI, 1994), instante único que pode ser registrado pelas recordações (FRAGO, 2001, p. 63) e que foram significados pelo sujeito. Portanto, esse espaço lhe pertence. Todo lugar é um espaço significado.

A praça, nessa perspectiva, pode se apresentar como sendo um lugar de experiências ambivalentemente singulares e coletivas, marcado por interações no tempo e no espaço que desvelam sensibilidades e sociabilidades, significados plurais pela ação de nossas memórias e histórias. Portanto, aí se justifica sua transformação de espaço a lugar, fazendo com que, ao voltarmos sobre nosso passo, a distância não seja perdida, mas, sim, ressignificada, suscitando novas representações.

Contrapondo-se a noção de espaço à noção de território, há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. O território é uma noção que incorpora a idéia de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território (ROLNICK, 1993, p. 28).

Observa-se a caracterização do espaço enquanto projeção quando ROLNICK (1993) o compara ao mapa dos urbanistas, ou seja, uma representação gráfica em escala de uma região ou superfície, algo inerte, vazio, sem o “desenho da vida” (MEIRELES, 2002) e o seu fluir (FRAGO, 2001), o que se apresenta de forma oposta no território que sugere uma relação de subjetividade nesse espaço, de apropriação e significação pelas relações humanas que ali se dão de forma individual ou coletiva. ROLNICK (1993) pontua ainda que o território é um lugar carregado de experiências que não estão só ligadas a um único indivíduo, mas, também, a um determinado grupo que traz conexões entre memórias e histórias na construção e fruição daquele território.

Para Santos o território é capaz de tornar visíveis

as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal

encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra.

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas (SANTOS, 2006, p. 247-248).

Sendo assim, podemos entender o território como estando articulado diretamente ao processo de subjetivação, significação, construção e transformação, interativa e dialógica, do espaço, podendo ser (re)elaborado de forma individual e coletiva. Porém, o território se constitui na esfera do coletivo, pois é construído a partir das experiências presentes e passadas que ocorrem e ocorreram com e no espaço, trazendo, dessa forma, em sua concepção, valores reais, simbólicos e transgeracionais, matizados por relações, interações e interesses econômicos, visto o espaço acolher múltiplos sujeitos (mendigos, prostitutas, drogaditos, comerciantes, transeuntes, aposentados, pessoas em momento de descanso ou lazer, passantes etc.) e mobilizar múltiplas atividades.

Rolnick (1993) alerta que, apesar de o território, sobretudo, sugerir uma construção subjetiva a partir de relações individuais e coletivas experienciadas no espaço, deve-se tomar cuidado para não tomá-lo somente por aspectos funcionais, ou seja, o uso que se faz dele.

[Territórios] São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo de uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular.

Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNICK, 1993, p. 28).

Dessa forma, o território é polissêmico, visto que, para cada grupo ou sujeito, podem existir fronteiras e delimitações singulares, visíveis ou não, decorrentes de suas experiências individuais e coletivas que se desvelam em histórias e memórias desse lugar. O território também é polifônico porque pressupõe vozes de diferentes grupos sociais que, por vezes, se alternam, se unem, se conflitam ou são, temerariamente, silenciadas.

Vale lembrar que, mesmo sendo herdado – historicamente construído e compartilhado de uma geração a outra; o reconhecimento de dado espaço, como território para um determinado grupo, pode ser alterado ou modificado por esse mesmo grupo, devido a novas

relações individuais e coletivas com esse ou outros espaços como, também, por relações de poder que podem vir a ser mobilizadas numa dada conjuntura sócio-histórica.

É ainda importante ressaltar que o sentimento de pertencimento a um território e de compartilhamento de seus símbolos por um dado grupo social pode suscitar a intervenção direta e maior controle do poder público de determinados espaços da urbe, como, também, de alguns sujeitos desse próprio grupo. Tal situação pode gerar tensões, disputas e conflitos, posto que os sujeitos que não são reconhecidos como membros desse território e grupo social, tenderão a ser discriminados pelo estranhamento que sua presença “desautorizada” impõe ao poder público e ao grupo que se imagina responsável por esse lugar.

3.2 As Manifestações Subjetivas sobre Territorialidade

O território pode ser identificado como a apropriação de um espaço “onde o homem exerce sua acção, transformando suas condições físicas, impondo-lhe a sua ordem” (LAMAS, 2004, p. 63); ele está articulado à materialidade, mas, também, as relações subjetivas, simbólicas e de interesses mais específicos, como os socioculturais, políticos, econômicos, ambientais entre outros, imbricados por relações de poder.

Segundo Heidrich (2009), as ações de “fixação, separação, uso, posse” pertinentes ao território e imbricadas nas relações de poder “resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço” e por derivarem de ações sociais, podem ser responsáveis pelo desenvolvimento de associações e concepções sobre seu domínio e uso, bem como, pela identidade de pertencimento (HEIDRICH, 2009, p. 275), o que relaciona sua identificação com o conceito de territorialidade.

A territorialidade pode ser compreendida, assim como, o conceito de lugar, como resultante das dimensões culturais e identitárias dos sujeitos e dos grupos no espaço vivido por eles (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 325), o que corresponde a um território significado por experiências a partir do modo de interação entre o sujeito e o espaço.

Candiotto e Santos (2009, p. 312-322) ressaltam que

a territorialidade representa os vínculos que determinado indivíduo e/ou grupo social possuem com um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), como algo subjetivo, ligado à percepção. A identidade individual ou coletiva é decorrente do reconhecimento e da valorização das

territorialidades, haja vista que estas são fundamentais para a construção de identidades. [...] a territorialidade está ligada ao cotidiano e ao lugar, influenciada por aspectos culturais, políticos, econômicos e ambientais dos indivíduos e grupos sociais.

Assim, é possível avaliar que, em um mesmo território, coexistem múltiplas territorialidades, visto sua constituição estar relacionada às subjetividades de cada sujeito ou grupo, vinculados às suas áreas de atuação e influências, seja ela social, política, econômica ou simbólica na relação com o espaço (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 327).

Nesse sentido, Bresciani (2013), ao se reportar aos personagens da rua, na Paris do século XIX, com base nos poemas de Charles Baudelaire, destaca que, durante o dia, era possível observar na multidão, andando pelas ruas, velhinhas que refletem sobre as condições da velhice, mulheres estoicas que caminham pela cidade, alheias ao que acontece ao seu redor, velhos trabalhadores carregando suas ferramentas, “um espetáculo diurno, por completo diverso daquele que a noite encena”, pois esta revela a Paris outra cidade. Enquanto os trabalhadores se aconchegam em suas residências,

os demônios despertam e preenchem o espaço urbano. A multidão é outra. O formigar das prostitutas, os escroques atentos junto às mesas de jogo, os ladrões na sua labuta silenciosa: tais como seus componentes. Também o barulho da noite se faz com outros sons: o assobio das cozinhas, a algazarra dos teatros o troar das orquestras, o ruído áspero e tenso das mesas de jogo (BRESCIANI, 2013, p. 13).

A Paris noturna é vista como assustadora, uma “verruga virulenta” na face da cidade, com a presença desconcertante e incômoda da pobreza e dos sujeitos marginalizados (BRESCIANI, 2013).

Nesse contexto, é possível vislumbrar as múltiplas territorialidades que um mesmo espaço pode constituir para os diferentes sujeitos, uma vez que a rua, como um lugar significado é capaz de suscitar diferentes sensibilidades para as velhinhas que conversam, para as mulheres estoicas ou para os trabalhadores diurnos. Nesse mesmo espaço, durante a noite, novas territorialidades emergem, permeadas pelo tempo-espaço, pois, nesse período do dia, 'os personagens' da rua mudam; novos sujeitos transitam por esse lugar que, antes, era ocupado pelas mulheres, velhinhas e trabalhadores, seja, agora, pelas prostitutas com seus passos abafados, escroques, jogadores, catadores de lixo ou a patrulha em meio sua “caçada desesperada” (BRESCIANI, 2013).

Assim, esse espaço polissêmico, construído pelos sujeitos e grupos singulares, por tensões, conflitos e símbolos perceptíveis a “atividade do olhar”, define as múltiplas

territorialidades que um mesmo espaço pode suscitar. Em razão disso, tomei a praça como um espaço de constituição de territorialidades, dado ela ser um lugar de sociabilidades e sensibilidades que, permite uma ação dialógica e encontros plurais (LAMAS, 2004).

Calvino (2003, p. 34) observa que

todas as vezes que se vai à praça, encontra-se um pedaço de diálogo: o soldado jactancioso e o parasita, ao saírem por uma porta, encontram o jovem esbanjador e a meretriz; ou, então, o pai avarento, da soleira, dá as últimas recomendações à filha amorosa e é interrompido pelo servo idiota que vai entregar um bilhete à alcoviteira.

Assim, ao me voltar para as praças José Bonifácio e Raul Leme, percebo que seus espaços também acolhem diferentes sociabilidades, significados e intencionalidades para aqueles que nelas passam ou que as ocupam⁵⁶, assim como trata Calvino, pois, quando se vai às praças, é possível observar, em seu entorno, o vasto comércio que ela abriga formado por franquias renomadas, lojas de gêneros alimentícios, roupas, calçados, alimentação, bancos, museus, escolas e edifícios tombados como patrimônio histórico da cidade, espaço de ócio, de entretenimento e lazer, como o pergolado⁵⁷ (FIGURAS 23 e 24), que é utilizado pelos jovens como espaço de dança e pista de skate, pelo evangelista como púlpito ou para os vendedores de artesanato ambulantes como ponto de comércio.

Deste modo, penso que estas duas praças de Bragança Paulista, focalizadas especialmente aos sábados, acolhem relações urbanas distintas, durante os diferentes momentos do dia e da noite, uma pluralidade de relações nos mais diversos domínios, tais como: o social, o comercial, o religioso e o político, como destacado por Lamas (2004).

Nessa perspectiva, alicerçado nas contribuições de Bresciani (2013), é possível perceber as distintas territorialidades das duas praças que explicitam os diferentes usos e ocupações que ocorrem em seus espaços. Durante o dia, o 'espetáculo do capital', com seu comércio dinâmico; ao entardecer se sobressaem como espaço de convivência e permanência, sobretudo, da juventude; a noite as praças são frequentadas, predominantemente, por senhores e senhoras de mais idade e algumas famílias que, com crianças pequenas, se dirigem à igreja para assistir à missa.

⁵⁶ Mais a frente do texto exploro esta ideia.

⁵⁷ Localizado na praça Raul Leme em frente à igreja Nossa Senhora da Conceição.

Assim, tem-se que o uso e significado das praças se alteram nos diferentes períodos do dia na relação espaço-tempo, por seus sujeitos, desvelando diferentes percepções e apropriações do espaço; logo, diferentes territorialidades.

Cabe ressaltar que pessoas em situação de rua – drogaditos, alcoolistas e outros sujeitos, não focalizados nesta pesquisa – também são encontradas em suas práticas cotidianas no decorrer do dia nas praças, e de forma mais acentuada, durante a noite, quando, muitas vezes, o pergolado, cantos e áreas que oferecem proteção contra as intempéries climáticas ou os olhares furtivos, são utilizados como abrigo ou refúgio.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 22 – Pergolado.

Abril/2016, fotógrafo Wesley Baptista.

O pergolado está localizado na Praça Raul de Aguiar Leme em frente a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

FIGURA 23 – Pergolado sendo utilizado pelos jovens para atividades diversas.
Outubro/2015, fotógrafo Wesley Baptista.

3.2.1 As praças e a sobreposição de territorialidades

No período da manhã, o espaço das praças é tomado, sobretudo, por consumidores ávidos, que caminham pelas lojas com suas sacolas cheias de mercadorias, o lugar de convivência e permanência (LAMAS, 2004), característica fundamental das praças se torna em um lugar de passagem, talvez, um não lugar, notadamente identificado como espaço de circulação e de consumo (AUGÉ, 2014, p. 66). As praças se apresentam, mormente, como o centro do comércio bragantino para os que têm poder de compra.

Durante a tarde, uma nova territorialidade emerge; as relações deixam de ser marcadamente mercantis e passam, também, a ser mediadas por sociabilidades outras. Nesse período, o espaço público, que era tomado, sobretudo, por consumidores, dá lugar aos jovens que, considerando-se a hipótese que eles marcam seus encontros pelas redes sociais, pois como afirma Gohn (2014), em seu estudo sobre as manifestações de grupos, assinala que para os jovens

se comunicar *online* ganhou *status* de ferramenta principal para articular as ações coletivas. A comunicação não acontece só via os computadores e a internet. Os celulares e as diferentes formas de mídia móvel passaram a ser meios de comunicação básicos, o registro instantâneo de ações transformou-se em arma de luta, ações que geram outras ações como resposta. Twitter, Facebook, Youtube, LinkedIn, Zynga, [WhatsApp] etc. acionados principalmente via aparelhos móveis, como *blackberry*, [*smartphones*] *iphone* etc. são ferramentas do ciberativismo que se incorporam [à] grande parcela da juventude (GOHN, 2014, p. 141).

Após marcar os encontros para aproveitar seu tempo livre, via rede social, considerada o “sustento da sociabilidade” (RIBEIRO, 2014), esses jovens – oriundos das camadas populares e bairros considerados periféricos da cidade – se apropriam do espaço da praça como forma de lazer para atividades voltadas à dança, música ou para vaguear em pequenos grupos.

É possível que as praças sejam um dos poucos lugares a que esses jovens tenham acesso na cidade para usufruírem o seu tempo livre, visto que equipamentos de entretenimento, cultura ou lazer, muitas vezes, não são acessíveis às pessoas das camadas mais populares, ficando seu acesso restrito aos jovens com maior poder aquisitivo, que podem

usufruir de tais equipamentos, ou o Poder Público oferece um entretenimento que tende a não se inscrever no modelo cultural destas camadas⁵⁸.

Nesse sentido, Carmo (2001, p. 218) destaca que

jovens da classe média e alta dispõem de locais de convivência social, como lar, clubes, *shoppings*, concertos, shows, restaurantes, praias, etc., e demarcam seus espaços geográficos como patrimônio da classe média e dos turistas.

A oferta desses serviços como patrimônio da classe média, muitas vezes, pode ser observada em coisas simples, como: o acesso e localização de casas de show, restaurantes ou shoppings que, quase sempre, são distantes de locais populares e, muitas vezes, sem acesso ao transporte público; ou, de forma sutil, como ocorre na maioria dos shoppings em que o acesso se dá, prioritariamente, por meio de um veículo. Diante disso, práticas musicais como as realizadas pelos jovens “são atividades de diversão de baixo preço” (CARMO, 2001, p.218), e de fácil acesso, o que propicia uma atividade recreativa que pode ser realizada por eles.

Ao entardecer, entre às 18 e 19 horas, os jovens dos segmentos sociais menos privilegiados, os rapazes, geralmente, vestidos com moletoms e bermudas largas, o que deixa à mostra suas roupas íntimas; usam tocas ou bonés, tênis de cores fortes, como o vermelho, o verde limão, o pink e alguns, brancos; enquanto as meninas, quase sempre de bermudas jeans, blusas regatas ou de alça fina, com bolsa a tiracolo e sempre maquiadas. Estes jovens começam a se reunir em grupos maiores e se dirigem para outro ponto de encontro, sob olhares e expressões depreciativas daqueles que chegam para assistir à missa, em sua grande maioria, idosos, casais de meia idade e de alguns outros jovens que se diferenciam, pelos modos de se vestir, daqueles dos segmentos sociais menos privilegiados.

De acordo com Oswald (2009, p. 121), jovens pobres e geralmente negros, vestidos desta forma, sofrem com a arbitrariedade racial e cultural, que os identifica, invariavelmente, como estando ligados ao narcotráfico e a criminalidade, tornando-os frequentes alvos de batidas policiais. Quanto às músicas e danças praticadas por esses jovens, predominam o

⁵⁸ Carmo (2001, p. 218) considera que em resposta a ausência de propostas que deem vazão as inquietações dos grupos pertencentes aos segmentos populares, eles mesmos criam suas atividades, à exemplo, os bailes funks. Em Bragança, na ausência de atividades ou projetos que consideram esta parcela da sociedade, os próprios jovens se organizam para sanar esta falta. Vale ressaltar que durante a pesquisa poucas referências foram encontradas sobre apresentações de Hip Hop ou gêneros musicais correlatos, quando identificadas estavam ligadas diretamente a programação do *Maio Cultural* – evento anual destinado à apreciação cultural, coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Bragança Paulista - porém as atrações, em sua grande maioria, foram realizadas na Praça Jacinto Osório no bairro do Matadouro, local distante da praça central, conhecido na cidade pela ocorrência de prostituição, tráfico de drogas, bem como pela presença de drogaditos e pessoas em situação de rua.

Funk, o Hip Hop e o RAP, estilos musicais, muitas vezes, estigmatizados por determinados grupos sociais geralmente associados à violência, ao crime e com ameaça à ordem pública (CARMO, 2001; OSWALD, 2009).

Como se vê da perspectiva de certos setores da sociedade, o funkeiro é eleito como modelo da juventude da favela e o funk focalizado como algo demoníaco, que leva os jovens a se tornarem fortes candidatos a uma ‘carreira criminoso’. [Estes jovens] só conseguem ser vistos pelos cidadãos como ameaça, como sinônimo de brigas, práticas de vandalismo e mortes, quando não de aliciamento para o narcotráfico (CARMO, 2001, p. 216-218).

Dessa forma, os jovens que pertencem aos segmentos sociais menos privilegiados e que apreciam esses estilos musicais tendem a ser considerados “vilões da sociedade” (CARMO, 2001), ligados ao narcotráfico, ao crime organizado ou participantes de alguma gangue juvenil são considerados violentos, arruaceiros. Porém, sua escolha musical e seu modo de ser correspondem mais à expressão de uma violência simbólica de problemas existenciais, expressão de sua insatisfação, reação à indiferença e “formas sociais condenatórias” e ao exibicionismo do que a vínculos com a delinquência (CARMO, 2001, p. 216-219).

Sua preferência musical recai sobre aqueles estilos em que encontram retratados aspectos de seu cotidiano e que tratam temas com os quais se identificam, em alguns casos com grandes doses de irreverência em suas letras. Rap, funk e principalmente rock (MENANDRO *et al.*, 2010 cf. SOUZA; FREITAS, 2014, p. 65)

Ademais, Souza e Freitas (2014) sugerem que, para além das representações dos jovens evidenciadas pela sua roupa e seu pertencimento a alguma ‘tribo’, a música tende a se apresentar para os jovens como uma fonte de diversão, 'elo' de suas relações sociais e um meio pelo qual podem expressar seus pensamentos.

3.2.2 Militarização do espaço público

Durante as manhãs de sábado, foi comum observar a Guarda Municipal (GM) e os agentes de trânsito andando pela região das praças, mas, no período da tarde, o policiamento era realizado, geralmente, pela Polícia Militar (PM). A presença dela muito me intrigou, fosse

pela quantidade excessiva de policias presentes em alguns sábados, fosse pelo fato de saber que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [e] a execução de atividades de defesa civil” (art. 144, § 5º, BRASIL, 1988).

Sua ação, no que se refere ao policiamento ostensivo, corresponde a uma

modalidade de exercício da atividade policial desenvolvida intencionalmente à mostra, visível - em contraposição ao policiamento velado, secreto. Caracteriza-se pela evidência do trabalho da polícia à população, pelo uso de viaturas caracterizadas, uniformes, ou até mesmo distintivos capazes de tornar os agentes policiais identificáveis por todos. A atividade de *policar* consiste resumidamente em fiscalizar comportamentos e atividades, regular, ou manter a ordem pública, reprimindo crimes, contravenções, infrações de trânsito, etc., zelando pelo respeito à legislação pelos indivíduos. Tal policiamento modalidade de policiamento tem por objetivo principal visibilidade à população, proporcionando o desestímulo à lei e a sensação de segurança [...] por demonstrar a força [...] O policiamento ostensivo tem várias modalidades, por exemplo: a pé, motorizado (veículo 2 ou 4 rodas), de bicicleta, com cães, metropolitano ou em áreas rurais, lacustres, aéreo, turístico (POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 2016).⁵⁹

Assim, podemos supor que sua presença “intencionalmente à mostra”, com suas viaturas estacionadas sobre as calçadas das praças e os agentes postados com os braços cruzados sobre o peito ou com a mão descansando sobre o revólver envolto por seu coldre na cintura, com a expressão austera e olhar atento ao caminhar dos jovens, correspondia a uma evidente ação do seu trabalho do “policar” e de oferecer a “sensação de segurança”.

Foi possível observar a “sensação de segurança” que algumas pessoas sentiam com a presença dos policiais que, durante o período observado, não se apresentavam com menos de duas viaturas, com cerca de seis a oito agentes. Mas também era possível perceber a sensação de incômodo que os jovens demonstravam ao serem observados, devido à maneira como era feito o policiamento ostensivo ao “monitorar” os comportamentos e as atividades deles.

O policiamento ostensivo tem por objetivo principal ser notado pela população, porém, essa visibilidade pode provocar opiniões contraditórias, como afirma Carmo (2001) ao pontuar que, para além da criminalização do jovem pobre, considerado suspeito até que se prove o contrário, é comum a “população mais idosa e conservadora afirmar que tem ‘polícia de menos’ e muitos jovens sentirem na pele que tem ‘polícia demais’, o que pode torná-la um símbolo de medo e violência” (2001, p. 154), sentimento que tem sido representado por

⁵⁹Para conceituar o termo “policiamento ostensivo” foi selecionada a definição dada pela PM de Minas Gerais pelo fato de ela apresentar um conceito mais objetivo do que é essa modalidade de policiamento do aquele que consta do *Manual Básico de Policiamento Ostensivo* (1997) da Polícia Militar de São Paulo, material disponível em: <http://www.jurdepaula.com.br/site/wp-content/uploads/2013/10/M-14-PM-Manual-B%C3%A1sico-de-Policiamento-ostensivo.pdf>.

bandas famosas desde os anos 80, período marcado pela transição de um governo repressor e autoritário por um com maior abertura política (CARMO, 2001).

Corroborar essa afirmação, a banda Titãs, com a música *Polícia* (BELOTTO, 1986):

Dizem que ela existe pra ajudar.
 Dizem que ela existe pra proteger.
 Eu sei que ela pode te parar.
 Eu sei que ela pode te prender.
 Polícia para quem precisa.
 Polícia para quem precisa de polícia.
 Dizem pra você obedecer.
 Dizem pra você responder.
 Dizem pra você cooperar.
 Dizem pra você respeitar
 Polícia para quem precisa.
 Polícia para quem precisa de polícia.

Ou ainda a banda Capital Inicial, com a música *Veraneio Vascaína* (RUSSO, 1986):

Cuidado pessoal lá vem vindo a veraneio.
 Toda pintada de preto, branco cinza e vermelho.
 Com números do lado, e dentro dois ou três tarados.
 Assassinos armados e uniformizados.
 Veraneio vascaína vem dobrando a esquina.
 Porque pobre quando nasce com instinto assassino.
 Sabe o que vai ser quando crescer desde menino.
 Ladrão para roubar ou marginal para matar.
 Papai, eu quero ser policial quando eu crescer.
 Se eles vêm com fogo em cima é melhor sair da frente.
 Tanto, faz ninguém se importa se você é inocente.
 Com uma arma na mão eu boto fogo no país.
 E não vai ter problema, eu sei, estou do lado da lei.
 Cuidado pessoal, lá vem vindo a veraneio.
 Toda pintada de preto, branco, cinza e vermelho.
 Com números do lado, e dentro dois ou três tarados.
 Assassinos armados e uniformizados.
 Veraneio vascaína vem dobrando a esquina.

Vale ressaltar que alguns dados estatísticos têm demonstrado que essa repressão ainda se faz presente, diante disto, não podemos omitir que, além da criminalização do jovem pobre apontada por Carmo (2001) a população jovem e negra acaba também sendo alvo de maior controle e vigilância pelas instituições de segurança pública e da justiça criminal, o que gera maior vulnerabilidade destes à violência urbana devido a maior possibilidade de confronto com os agentes policiais (BRASIL, 2014a).

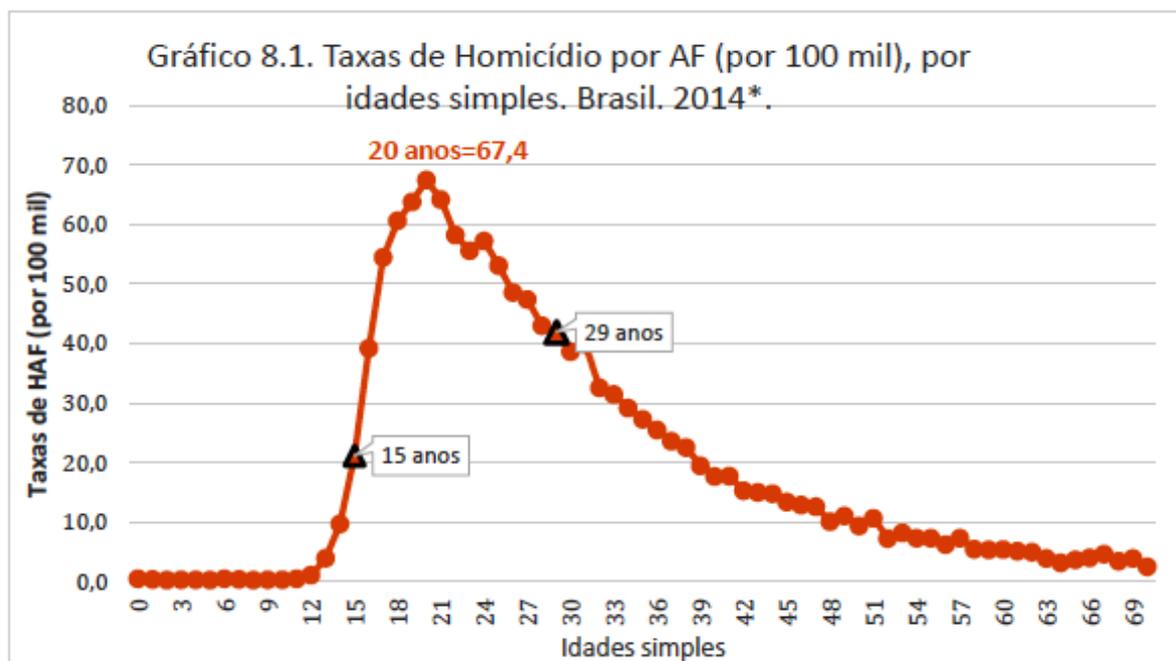
Além disso, [...] o fluxo do sistema de justiça já [...] [apontou] que a seletividade permanece no curso dos processos judiciais, em que as práticas e moralidades dos operadores da justiça criam desvantagens para este grupo, o que é confirmado pela sobrerrepresentação de negros no sistema carcerário brasileiro. Os dados do *Mapa da violência* indicam que a população negra, especialmente a população jovem é mais vulnerável à violência urbana, sendo vítima de homicídios com mais intensidade do que a população branca. Contudo, os dados sobre encarceramento indicam que a população negra e jovem – que deve ser o objetivo principal de uma política de segurança para garantia prioritária da vida – não apenas não é vista pelos gestores e executores da segurança como vítimas prioritárias a serem protegidas, como são os alvos do policiamento ostensivo que procura condutas delitivas nas ruas – espaço onde as atividades delitivas mais visíveis são as dos jovens e negros (BRASIL, 2014a, p. 77).

Esta afirmação sobre a vitimização do negro pode ser confirmada quando cotejada com os resultados de pesquisa do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (GEVAC/UFSCAR) que se propôs a investigar a existência de mecanismos de produção da desigualdade racial na atividade policial em São Paulo. Os resultados apontam que entre os anos 2009 a 2011 o perfil das vítimas de mortes em decorrência da ação policial corresponde a 61% de negros e 77% de jovens entre 15 e 29 anos de idade, o que sugere a prevalência de morte do negro (pretos e pardos)⁶⁰ ser de três vezes mais do que de brancos (SINHORETTO; SILVESTRE, SCHLITTLER, 2014).

O *Mapa da Violência 2016* (WASELFISZ, 2016) que trata sobre a violência no Brasil, apresenta dados muito próximos do estudo supracitados destacando que jovens com idade entre 15 e 29 anos que representam 26% da população total do país⁶¹ somam 58% das vítimas de homicídios por arma de fogo (HAF) taxa que corresponde a 67,4 mortes por 100 mil jovens, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.

⁶⁰ É importante ressaltar que Sinhoretto *et al.* (2014) e Waiselfisz (2016), entendem a categoria Negro como a somatória das categorias Pretos e Pardos, tendo como referência a tendência da produção estatística oficial, as análises acadêmicas referentes a desigualdade racial no país e dados de pesquisa do IBGE, em particular os estudos de Petruccelli (2002; 2013).

⁶¹ Informações com base nos dados do IBGE de 2014.



Fonte: Waiselfisz (2016, p. 51).

FIGURA 24 – Taxa de homicídio por arma de fogo na população entre 15 e 29 anos.

A pesquisa demonstra ainda que no montante de HAF ocorridos no Brasil (42.291 mortes), 60% correspondem a jovens nessa faixa etária. Outro dado estatístico que chama a atenção é a “perversa e preocupante [...] seletividade racial dos HAF” que prevalece na população negra, 27,4 %, enquanto a taxa de HAF de brancos corresponde a 10,6%, assim, tem-se, em dados mais recentes, que a proporção de morte de negros, vítimas de arma de fogo, é 2,6 vezes a mais do que brancos (WAISELFISZ, 2016, p. 72), número muito próximo dos resultados apresentados por Sinhoretto (*et al.*, 2014).

Waiselfisz (2016) afirma que este fator pode estar ligado para além da herança de um passado colonial escravocrata, a privatização progressiva do aparelho de segurança, ao jogo político-eleitoral e de disputa partidária que articula ações de segurança pública em espaços com maior visibilidade e impacto na opinião pública e que possui reações diferenciadas na mídia de acordo com o *status* social e econômico das vítimas, o que leva à uma proteção das

áreas mais abastadas, com predominância de população branca, que ostentam os benefícios de dupla segurança, pública e privada; enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, não são atendidas por nenhuma das duas (WISELFISZ, 2016, p. 73).

Cabe ressaltar que, a violência contra o negro no Brasil não é um problema recente, corresponde a um a ação de desigualdade sociorracial “presente desde a construção do nosso país como Estado-nação, traçada a partir de um projeto de poder baseado na imposição de ideais de humanidade, sociedade e cultura eurocêntricos” que desvela em obstáculos materiais, simbólicos, de efetivação de direitos, posição de prestígio e de acesso a políticas públicas, que confluem em uma maior vulnerabilidade a violência e a “violações de direitos que comprometem inclusive, sua expectativa de vida” (BRASIL, 2014b, p. 8).

Diante o exposto verifica-se que essa ação ostensiva da PM, que sugere o cerceamento das atividades realizadas pelos jovens no território das praças – um espaço público por excelência – está relacionada não só ao estigma que a música (conteúdo e ritmo) apresentada pelos jovens – geralmente associada à delinquência, violência e ameaça à ordem – sofre, mas, também, a concepções e padrões de autores de violência preestabelecidos que orienta suas ações, bem como ao espaço significado da praça, a outra territorialidade, que busca impor uma ordem simbólica de dominância por outros grupos que, naquele espaço, afirmam e reafirmam suas identidades (HEIDRICH, 2009, p. 275) e que se sentem ameaçados por outro grupo que não os representa e não expressa concepções de cultura e de música deles.

Assim, é possível perceber que a ação de policiar as praças se constitui num dispositivo de contenção dos jovens em uma área nobre da cidade, para impedir as possibilidades de se intercambiarem experiências entre os sujeitos no e com o espaço, tornando-se, por isso, uma forma de impedir a identidade de pertencimento àquele território pertencente a um grupo social específico. Porém, a própria ocupação gestada pelos jovens sugere a criação de uma territorialidade; logo, de uma identidade com o lugar.

3.3 A Ordem da Praça

Para Lefebvre (2001, p. 22), “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade”, o que nos permite compreender que é possível pensar as diferentes territorialidades das praças no mover da vida urbana como um espaço potencialmente conflituoso diante da diversidade de “padrões” que ela pode suscitar e acolher.

Os conflitos que geram encontros e desencontros podem estar alicerçados não só em concepções ideológicas e políticas, como lembrado por Lefebvre, mas, também, em concepções culturais e identitárias construídas historicamente. Assim, o espaço tendo sido apropriado por determinados grupos, através das relações de poder vigentes, gera um espaço, muitas vezes, canônico que, em alguns momentos, na perspectiva de grupos dominantes – sujeitos que não correspondem a um imaginário (PESAVENTO, 2007b) difundido naquele determinado espaço público – tendem a ser marginalizados ou desconsiderados.

É possível notar a partir disso, na cidade de Bragança Paulista, que as produções memorialísticas tendem a contribuir para a construção e perpetuação desse imaginário, muitas vezes, excludente, principalmente, se atentarmos para o fato de que, em sua grande maioria, a produção memorialística da cidade possui, como autores, pessoas que tiveram acesso à educação superior, algumas ligadas à vida política e jornalística da cidade e que possuem acesso a informações, documentos e metodologias que contribuem para seus relatos, além de estarem em uma classe social distinta. Logo, numa perspectiva psicanalítica, suas produções e modo de olhar para a cidade estariam intimamente relacionados às suas experiências que, segundo Gay (1988, p. 19), é o encontro da mente com o mundo, do passado com presente, que “emerge do confronto e [...] colaboração entre a reflexão consciente e a necessidade inconsciente, mescla lembranças e anseios”.

Assim, os memorialistas tenderiam a transferir para o “ambiente público suas experiências íntimas, e esse ambiente de imediato passa a refleti-las e a influir sobre elas. Consciência de classe, fidelidade nacionalista, decisões econômicas, são miniestações do trabalho mental imprimindo sua marca nas realidades e recebendo delas impressões recíprocas” (GAY, 1988, p. 21).

No decorrer da leitura de algumas obras de memorialistas bragantinos, foi possível observar que suas memórias relativas às praças colaboravam para tal perspectiva por apresentarem sempre um perfil elitizado dos frequentadores da praça e sempre colocando à margem, ou como figuras caricatas, os sujeitos considerados populares.

Dentre os memorialistas bragantinos, por algumas considerações que fez, escolhemos José Carlos Chiarion⁶², que me foi indicado por alguns funcionários e vereadores da Câmara Municipal nos momentos em que realizava a pesquisa em seus arquivos e, também, devido ao

⁶²José Carlos Chiarion é advogado, memorialista, escritor e cronista do Bragança Jornal Diário (BJD). Atuou na cidade de Bragança Paulista como contador, vereador, presidente da Associação Bragantina de Imprensa, integrante da Associação dos Escritores de Bragança Paulista.

fato de o autor ter escrito diversas crônicas sobre a praça central, considerada por ele como 'o coração' de Bragança Paulista.

Chiarion, na obra *Um pouco de nossa história* (2011), descreve os sujeitos considerados por ele “dignos” de estar nas praças, a partir de suas próprias lembranças sobre o lugar, nas décadas de 1930-40. De forma muito clara, pontua os rapazes que frequentavam o Cine Central⁶³, ou que jogavam snooker, pingue-pongue, damas, bilhar e xadrez em estabelecimentos que ficavam na praça; jovens que moravam perto dela, que estudavam na Escola de Comércio e que, enquanto passeavam pelos jardins da praça, se deliciavam com frapê ou geleia de mocotó, notadamente jovens de famílias consideradas pelos bragantinos como “tradicionais”.

O autor destaca a presença de “ilustres cidadãos” que se juntavam para trocar ideias sobre a política e “fatos citadinos”; relata sobre os “choferes de praça” que mantinham seus pontos de táxi, com os carros considerados de “último tipo” naqueles tempos, que contrastavam com “as carrocinhas dos verdureiros, dos vendedores de pães e dos leiteiros” que também podiam ser encontradas com frequência na praça.

Esses relatos nos trazem a percepção de que a praça era somente frequentada por sujeitos de classes mais abastadas, e de certo prestígio social, devido ao grau de instrução, local de procedência e práticas de lazer apresentadas por eles. Porém, ao analisar o Código de Posturas da cidade, datado de 1928, verifica-se indícios de que não eram somente pessoas com essas características que se apropriavam dos espaços públicos da praça e das ruas da cidade, mas, também, sujeitos que, provavelmente, provinham da zona rural ou bairros mais periféricos da cidade, visto o teor das proibições determinadas pela lei:

Artigo 410 – É proibido:

- a) Amarrar ou prender animais de qualquer espécie nas portas, janelas ou portões dos prédios, bem como nos postes telefônicos, telegráficos ou eléctricos e árvores da cidade;
- b) Andar a cavallo e guiar ou reter animais na parte arborizada ou ajardinada dos largos, assim como pelo passeio das ruas e avenidas;
- c) Damnificar árvores das praças e jardins públicos, colher flores ou pisar nos canteiros destes jardins;
- d) Ferrar animais ou lhes dar de comer, nas ruas e praças;
- e) Amansar ou domesticar animais bravios ou chucros, nas ruas e praças; (CÓDIGO MUNICIPAL, 1928).

⁶³Nesse local atualmente se encontra uma agência do Banco Itaú.

Apesar disso, o próprio memorialista, ao retomar suas lembranças da década de 1940, relata que ainda era possível se deparar, diariamente, com

carros de bois transportando produtos das colheitas tais como o feijão e o milho, além da lenha [...] o carro de boi, puxado por dois, três ou quatro pares de bois de canga [...] com passos cadenciados na sua lenta marcha pelas ruas da cidade [...] as rodas de peroba do carro de boi, devido ao atrito com o eixo do carro, arrancavam gemidos, que soavam como se fosse um canto melancólico e saudoso (CHIARION, 2011, p. 26).

Isso leva à percepção de que muitas praças convivem em uma mesma praça, pois a mesma praça que, em seu entorno, começa receber melhorias, indicativo da modernização da cidade, representada pelos postes de energia elétrica, telégrafo, telefone, pelo ajardinamento do logradouro público e pela diversidade do comércio, ainda acolhe, neste momento, uma cidade com traços rurais, visíveis no tráfego de animais, carroças e trabalhos considerados mais rústicos e não condizentes com a vida urbana moderna, como a domesticação e cuidado de animais.

Das cocheiras e estabulos

Artigo 213 – Ninguém poderá construir estabulos ou cocheiras, sem planta aprovada pela Prefeitura e alvará de licença.

Artigo 214 – A aprovação da planta e concessão de alvará serão feitas sempre debaixo das seguintes condições:

1.^a – Não poderá ter lugar a construção de estabulos e cocheiras dentro do perímetro da cidade, si não nos pontos permitidos pelo presente código, no artigo 215.

2.^a – As cocheiras e estabulos deverão ser isolados e afastados das habitações, guardando a distancia de 8 metros das ruas e praças publicas. [...]

Artigo 215 – Não será concedida licença para construção ou estabelecimento de cocheiras e estabulos os seguintes pontos: ruas – Coronel João Leme, Coronel Osório, Barão de Juquery, Dr. Candido Rodrigues, ou nas praças – José Bonifácio, Princeza Izabel, Coronel Olegario Leme e Coronel Jacintho Dmingues.

Paragr. Unico – Também será negada licença para as ruas, travessas ou largos não referidos neste artigo, nos pontos em que a edificação é actualmente unida (CÓDIGO MUNICIPAL, 1928).

A configuração de uma nova morfologia urbana definida pela reorganização da estrutura física, arquitetônica e urbanística da cidade, instaura novas funções e sentidos aos espaços públicos, bem como, a apropriação do espaço por sujeitos distintos, muitas vezes, detentores do poder econômico e político do período. É possível, por isso, perceber, nessa legislação, a preocupação em minimizar a imagem da vida rural que ainda estava presente na cidade e que poderia comprometer perfil de uma cidade já com ares de modernidade.

Nesse sentido é que retomo as lembranças⁶⁴ do memorialista bragantino que, ao discorrer sobre a praça central, afirma que, nas ruas entorno dela, até a década de 1940, havia diversos estabelecimentos comerciais, tais como: tipografias, bares, restaurantes, sorveteria, lojas de roupas, lojas de calçados, livraria, cinema, dentre outros, que desejavam apagar 'as marcas' que lembrassem a vida rural.

Chiarion apresenta um olhar muito particular sobre as relações que permeavam esse ambiente de comércio e lazer no entorno da praça Raul Leme, mostra uma breve representação dos sujeitos que compunham o cenário urbano desse momento histórico, como pode ser aferido quando o autor destaca os visitantes diários da Livraria Barreto, que, além de livros, vendia materiais escolares e artigos para escritório, lugar frequentado também por “intelectuais bragantinos, amantes das letras” que iam lá para discutir “assuntos relacionados à filosofia, às letras e às artes” (CHIARION, 2011, p. 24). Esses assíduos frequentadores, em sua grande maioria, segundo o autor, tornaram-se, posteriormente, homens de grande expressão política e social na cidade.

Nessa livraria, alunos do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá sempre compravam algum material escolar antes de ir para a aula. Eram atendidos pela esposa do senhor Barreto, dona Izolina, sempre preocupada em indicar, para as crianças, os melhores lápis, os da Johann Faber, conhecida atualmente, como Faber-Castell.

É importante ressaltar que os grupos escolares eram espaços para uma população trabalhadora e urbanizada, embora ainda não atendessem a grande massa. Entre as crianças que compunham o corpo discente, estavam filhos de trabalhadores do comércio, da indústria, de profissionais liberais e de alguns trabalhadores rurais. A escola, além de oferecer o ensino formal, também desempenhava um papel sociocultural importante para o período em que estavam se disseminando valores morais e orientações sobre a saúde condizentes com as novas acepções de urbanidade e civilidade (FRANCESCHI, 2013, p. 47-48).

Isso que foi apontado por Franceschi sugere que os alunos que frequentavam os arredores da praça, a livraria e o próprio grupo escolar ali localizado, possuíam certa distinção socioeconômica, ressaltada por Chiarion ao citar a marca dos lápis de cor adquiridos por eles, ou quando descreve os alunos da Escola de Comércio, que, segundo ele, em sua grande maioria, ao sair da escola noturna, junto com as jovens alunas “com seus vistosos uniformes que se compunham de saia vermelha e blusa branca” (2011, p. 21), antes de se dirigirem para suas casas, passavam pelos jardins da praça, paravam no bar da dona Virginia para tomar

⁶⁴As lembranças, aqui citadas, correspondem a duas crônicas do autor, *A praça Raul Leme de outros tempos e Reminiscências de uma época – os estabelecimentos culturais da praça central*.

Nescau ou um delicioso *frappé* de coco ou então para se deleitar com a apreciadíssima geléia de mocotó. Quando não, dirigiam-se à sorveteria de dona Catarina Bigon para saborear um sorvete e deliciarem-se com os gostosos doces ali preparados com todo o esmero (CHIARION, 2011, p. 22).

Dessa forma, verificamos que é sempre colocada em evidência uma parcela específica da população bragantina, um grupo distinto que, ao olhar do memorialista, compõe e caracteriza as praças, constituindo uma ordenação do espaço a partir das ações que ali eram realizadas (LAMAS, p. 63) por pessoas bem afeiçoadas com destaque intelectual e social, diferentes dos “tipos populares” (CHIARION, 2011) que são colocados à margem e apresentados como figuras caricatas, muitas vezes, em tom jocoso ou, então, tidas como figuras folclóricas.

Esta percepção do autor contribui para que, nos dias atuais, se reforcem a apropriação e a identidade de um grupo específico nesse espaço, demarcado por relações sociais e relações de poder de um tempo passado, que se desvelam, ainda hoje, na constituição de territorialidades, que podem ser consideradas como impressões simbólicas e subjetivas, que se manifestam na cultura e no comportamento das pessoas enquanto indivíduo e grupo (CANIDOTTO; SANTOS, 2009, p. 288-323).

3.3.1 Os sujeitos fora da ordem

Os “tipos populares”, como são denominados por Chiarion, correspondem a pessoas simples que podiam ser observadas pela cidade, em sua errância como o “Nhô Quim Bezerra, um velhote alto e barbudo. [...] [que] trazia sempre um saco nas costas” ou o senhor Olegário, apelidado de “Varicela porque tinha no rosto enormes marcas deixadas pela varíola. Seu ponto principal era a Rua do Comércio”, local onde pedia jornais e fósforos com os quais fazia pequenas fogueiras nas calçadas.

Havia, também, aqueles que eram atendidos pelas bondosas freiras e 'moravam' no porão da Santa Casa de Misericórdia, tais como: o “Seo Chico”, um homem “feio, magricela,

vermelho e com um nariz grande de fazer inveja ao Pinóquio” e que era provocado por apelidos como “peru”, “glu-glu”; (CHIARION, 2011, p. 33); o “Cirilinho, um anãozinho que gostava de andar de terno, gravata e chapéu. [...] Era inofensivo sempre bem arrumadinho, mais parecia um pequeno boneco” (CHIARION, 2011, p. 34). Eles faziam algum trabalho no hospital recebendo em troca moradia, cuidados médicos e remédios.

O memorialista retrata também o “Sabonete, um homem de certa idade, alto, que mancava ao andar” e um morador do Asilo, apelidado de “Defruço, um negro cor de ébano, musculoso, que gostava de andar de botas, chapéu de aba larga, lenço no pescoço, como se fosse um *cowboy*”; ambos eram alvos de gracejos, provocações e insultos (CHIARION, 2011, p. 33).

Esse sujeitos, além da situação de pobreza ou mendicância, trazem consigo algo em comum são: alvos de chacotas, provocações e insultos, devido à sua condição social, características físicas ou problemas de saúde; considerados, por isso, sujeitos “bizarros”, “peculiares e extravagantes” (CHIARION, 2011, p. 33). Sempre que mencionados nas crônicas, são descritos como figuras caricatas, “personagens” que fazem “parte do folclore” da cidade.

Em uma destas crônicas emerge um olhar classificatório e hierarquizante (BRESCIANI, 2013) que os considera como “excluídos da sociedade, homens que pertencem ao mundo em que vegetam” (CHIARION, 2011, p. 35) e que fazem uma “história dos tipos populares de nossa terra” e não da história da cidade, fato que sugere retomar uma passagem de *O grande massacre dos gatos*, de Robert Darton (1986, p. 141): “Se o sombrio folclore dos camponeses e os violentos rituais dos artesãos pertencem a um mundo que hoje nos parece inconcebível, seria lógico que fôssemos capazes de nos imaginar na pele de um burguês do século XVIII”.

As práticas cotidianas, a forma de vida desses sujeitos “fora da ordem”, na verdade, diferem daquilo que consideramos como ordem, se é possível que exista uma, o que faz com que olhemos, surpresos e pasmados, sua forma inconcebível de ser e estar, contrária àquilo que consideramos como lógico e correto, ligado a uma ordem social.

Em contrapartida, Chiarion destaca “o outro lado” da praça Raul Leme, nos finais de semana, mais precisamente aos domingos, após a missa e antes do “almoço domingueiro”. Era frequentada por senhores e rapazes, “ilustres cidadãos de nossa terra [...] com seus amigos e correligionários” que, nos bares da praça, tomavam aperitivos e comiam salgadinhos enquanto conversavam sobre política, fatos da cidade e sobre o futebol; liam o jornal da

cidade ou faziam o famoso *footing* (CHIARION, 201, p. 22), pessoas que demonstram estar em sintonia com “nossa gente, nossas tradições⁶⁵” (CHIARION, 2011).

Diante do que foi dito, questiona-se:

– A juventude que, atualmente, ocupa o espaço da praça, faria parte da parcela da população classificada como “tipos populares”, em sua errância, ou do “clube” dos “ilustres cidadãos” que praticam *footing*?

3.4 O Caminhar como Forma de Ocupação do Espaço e Criação de Territorialidades

Caminhar não pode ser considerado somente uma mera repetição de passos ou uma coisa trivial e desinteressante (LOPES, 2007), pois sempre esteve presente na história da humanidade, seja na difícil aprendizagem dos primeiros passos dados pelo infante para exploração do mundo ao seu redor, seja para “mover-se para encontrar alimento e as informações necessárias para a própria sobrevivência” permitindo e garantido, dessa forma, sua permanência no mundo (CARERI, 2013, p. 27).

As caminhadas não significam um afastar-se solitário e incerto, mas “formas codificadas” com uma finalidade, como as caminhadas propostas pelos peregrinos em direção à templos ou cidades consideradas sagradas, porém o significado originário de peregrino não “é aquele que se vai a algum lugar [...], mas antes de tudo aquele que não está em casa ali onde está caminhando”. A palavra peregrino, correspondendo a um de seus significados do latim *per argos*, significa pelos campos. O peregrinar está relacionado ao colocar-se em caminho, dirigir-se a outro lugar; logo, pôr-se em movimento. O autor defende ainda que peregrino não é somente uma metáfora da condição humana, mas algo que o leva à existência concreta (GROS, 2010, p. 111).

O caminhar, para além do sentido de provisão da subsistência e peregrinação, possui uma função estética que permite incursões de novas significações para o espaço percorrido, assim como Careri define, ao explorar a influência do caminhar e seus significados para diferentes movimentos artísticos, como os dadaístas que se propuseram a realizar “uma série de excursões, deambulações e derivas” (CARERI, 2013, p. 71) pelas ruas de Paris, em lugares

⁶⁵Título do primeiro capítulo do livro de Chiarion, no qual trata de suas memórias de infância e da juventude no território da praça Raul Leme.

identificados como banais da cidade como uma forma de antiarte, a busca por levar a arte para fora das galerias explorando o caminhar como uma forma de arte autônoma pelos artistas da *land-art*, o caminhar errante dos surrealistas que produz “novos territórios a ser explorados, novos espaços a ser habitados, novas rotas a ser percorridas”, na cidade onírica e inconsciente (CARERI, 2013, p. 97).

Essa expressão simbólica e estética do caminhar está relacionada com as experiências (LARROSA, 2002)⁶⁶ dos sujeitos, durante o percurso realizado, o que leva à ressignificação dos espaços, pois o caminho é “objeto sobre o qual acontece o atravessamento; [e] o próprio atravessamento como experiência, como atitude que se torna forma” (CARERI, 2013, p. 111-112).

O próprio sentido de experiência (BENJAMIN, 1994) tem estreita relação com o caminhar, como destacado por Olgária Matos na comunicação “O tempo sem experiência”⁶⁷. Nela, a filósofa esclarece que, a palavra experiência, na perspectiva benjaminiana, deriva do alemão *erfahrung*, que em alemão arcaico tem o sentido de atravessar uma região ou lugar desconhecido. A palavra portuguesa *experiência* vem do latim *experientia* com o significado de sair de um perímetro, da condição do já vivido e conhecido com o intuito de ampliar as vivências e acontecimentos da vida.

O radical *per* de *experientia* dá origem também à palavra *periculum*, que significa perigo, o que permite a ampliação do que significa *experientia*: para um lugar onde perigos podem incidir. Relacionada à palavra *periculum*, está *portos*, que significa saída. Logo, as experiências que podem ocorrer durante a travessia de lugares desconhecidos, são experiências que permitem a ampliação das identidades, conhecimentos, sensibilidades e condições no mundo.

É possível perceber, dessa forma, que a experiência não é estática, tem movimento. Afinal, como destaca Benjamin: “Quem viaja tem muito a contar”. Assim, se constituem as narrativas, frutos do caminhar por lugares distantes e, muitas vezes, perigosos por onde se aventuram os marinheiros, ou na transmissibilidade, pelas gerações, das histórias do camponês sedentário, ambos, mestres artífices da arte de narrar, (BENJAMIN, 1994, p. 198-

⁶⁶Tomamos, aqui, o sentido de experiência explicitado por Larrosa (2002, p. 21) em que a experiência “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca, não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” afetando, de algum modo, o sujeito da experiência, produzindo nele afetos, marcas e vestígios, visto que o sujeito da experiência “é sobretudo um espaço [território] onde têm lugar os acontecimentos” (p. 24), lugar de passagem ou chegada, que é gerador de um saber “particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal” (p. 27).

⁶⁷A palestra intitulada “O tempo sem experiência” foi exibida no programa Invenção do Contemporâneo da TV Cultura, no programa que foi ao ar no dia 8 de junho de 2009 e pode ser assistido em: <https://www.youtube.com/watch?v=arANFGj10Tg>.

199), que constroem seu conhecimento a partir de suas experiências de viajante que vem de longe, de terras distantes ou no movimento de andar no tempo, daquele que recolhe as narrativas, histórias e tradições e, no caminhar da vida, “assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de reconta-la um dia” (BENJAMIN, 1994, p. 204), visto que movimento provoca pensamento e reflexão (LOPES, 2007, p. 73).

Michel de Certeau (1998, p. 183) considera que “Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio”. Nesse sentido, pode-se considerar que a ocupação e o caminhar dos jovens pelas praças correspondem à prática de busca de um lugar, da construção de suas territorialidades em um “ambiente urbanístico de exclusão, claramente hostil⁶⁸” (LEITÃO, 2009?, p.1).

Sua experiência em caminhar pelo território da praça, não estaria só relacionada ao simples andar, mas, também, a uma intencionalidade, mesmo que inconsciente (GROS, 2010), a busca de uma relação dialógica com a realidade que os circunda, estabelecendo com o corpo, sentidos, sensibilidades e sociabilidades, problematizando, dessa forma, o ser e estar no mundo mediatizado pelo caminhar que ocupa uma função – estética e simbólica – de ressignificar os espaços e constituir um novo espaço, estabelecendo uma nova ordem do espaço (CARERI, 2013) a partir das experiências, nele e com ele, vividas.

3.4.1 A ocupação do espaço: sociabilidades e sensibilidades

A praça enquanto espaço público urbano se constitui como um território físico de livre acesso às pessoas (LOPES, 2007 p. 70), um espaço de representações simbólicas (LEFEBVRE, 2000) de vivências e experiências (BENJAMIN, 1994), mas, também, um lugar de conflitos, encontros, desencontros, de posicionamento político, onde há concentrações, protestos, reivindicações e ocupações (GOHN, 2014); é um lugar capaz de estimular “usos e apropriações que exercitam um conhecimento propriamente prático, logo corporal e sensorial, sobre o mundo e as suas coordenadas” (LOPES, 2007, p. 70).

⁶⁸Leitão (2009?, p. 10) considera que “Em sua face excludente, a configuração urbanística da cidade brasileira expressa a hostilidade de uma sociedade segregadora como poucas, que pra se fazer *distinta* exclui o outro, o diferente, o pobre, o negro, negando-lhes os mais elementares direitos humanos. Alienada, inebriada pela obsessiva busca de privilégios, de distinção de ambientes *privés*, espera daqueles que exclui, paradoxalmente, um comportamento afável, próprio da urbanidade que essa cidade está longe de proporcionar”

Essa relação corporal com o espaço, para Ribeiro (2014, p. 28), imbrica-se na constituição de territorialidades, pois diz respeito “às práticas, aos vínculos sociais criados, à sociabilidade” e à sensibilidade.

Dessa forma, é possível inferir que a ocupação do espaço urbano por novos grupos que, antes, não faziam parte dele, na relação com a dimensão da territorialidade, institui novos padrões de sociabilidades e de circulação dos corpos, transmitindo novas sensibilidades, visto que sua ocupação compreende vivências significativas que estão vinculadas à formação do movimento social, que propõe “outra forma de organização do espaço geográfico” desvelando a construção de subjetividade e identidades com o espaço, demarcando valores relativos à identidade cultural e à identificação dos sujeitos (MEDEIROS, 2009, p. 218-219).

Nesse sentido, o caminhar dos jovens pelo território das praças José Bonifácio e Raul de Aguiar Leme, na região central da cidade, ladeado por edifícios históricos, símbolos de poder e que compõem o seletivo grupo de patrimônio histórico⁶⁹ da cidade, corresponde a um ato de ressignificação do espaço, uma reivindicação política não formal das “antigas funções de sociabilidade e convivência social” da praça (GOHN, 2014, p. 91), alteradas a partir das transformações socioculturais ocorridas na modernidade no espaço urbano da cidade; transformações que impulsionaram e estabeleceram novos padrões de sociabilidades, bem como, de entretenimento e lazer, ressignificando o espaço da praça como símbolo do capital (GOHN, 2014, p. 141) tencionando-o na condição de mercadoria, espaço de consumo ligado a uma lógica do valor de troca (CARLOS, 2007, p. 14).

Enquanto consumidores, obedecendo às “normas” do comércio, durante o período da manhã, nas praças, centro do comércio bragantino, os jovens não são incômodos, pois agem, segundo a lógica do mercado, em um espaço de consumo, mas, no momento em que cessa o comércio, caminhar se torna um problema, uma vez que

o flunar; o corpo e os passos” [devem ser] restritos a lugares normatizados, privatizados vigiados (caso do shopping center) [...] isto é o espaço se reproduz no mundo moderno alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria, o que limita seu uso às formas de apropriação privada (CARLOS, 2007, p. 14).

⁶⁹Conforme Ferreira (2015, p. 133), “é importante considerar que a constituição do patrimônio é uma prática essencialmente seletiva, restrita a especialistas, que atuam em nome do interesse público, e acabam privilegiando uma concepção tradicional da história, que em uma dimensão instrumental não abarca a complexidade, as tensões e os conflitos dos diferentes contextos em que estão inseridos os bens patrimoniais”.

Esse controle da presença nos lugares normatizados é então transferido para o espaço público da praça, que tende a transformar o espaço livre em espaço securitário, militarizado ou blindado que, por “estrita definição, foge já das dimensões constitutivas do espaço público (de livre acesso, físico e simbólico [...] espaços comuns de múltiplos usos e diferenciadas fronteiras)” (LOPES, 2007, p. 70).

Lopes (2007, p. 71) ressalta que espaços públicos centrais

tendem a associar-se aos lugares urbanos de concentração do poder (econômico, político, social, cultural e simbólico), de forte visibilidade e normalmente fundadores da imagem hegemônica de cidade. Em muitos casos, estaremos na presença de uma forte carga patrimonial, oficialmente classificada, resultado, em boa medida, do movimento de preservação, recuperação da memória e de restauração historicizante e patrimonializadora dos centros urbanos.

As praças, foco de nossa pesquisa, são consideradas como centro histórico da cidade e símbolo do poder hegemônico bragantino, em épocas passadas, reafirmado, pela arquitetura e localização dos bens tombados e, como vimos no início deste capítulo, ratificadas por memorialistas da cidade como local elitizado, o que me leva a compreender ser isso o precursor do sentimento de identidade e pertencimento, quase que particular, que determinados grupos têm em relação ao território, além de tencioná-las a considerar a elitização de seu espaço e o controle de presenças desconcertantes (BRESCIANI, 2013).

Vale ressaltar, nesse sentido, como sugerido por Meneguello (2000, p. 1), que “cabe questionar para quem se preservam áreas e imóveis, por que e em nome de que passado”, posto que

A preservação dos antigos centros ou de partes da cidade [...] exige a revisão de conceitos fundamentais como a preservação do patrimônio, o novo uso conferido às áreas preservadas e, especialmente, as diferentes interpretações do passado histórico urbano. Seja pelo fato de estas áreas terem admitido diferentes utilizações em função do crescimento das cidades, seja pelo usos que edifícios tombados assumem dentro da trama urbana hoje, [que] muitas vezes leva a uma elitização de sua fruição (MENEGUELLO, 2000, p. 1).

Avaliando a quantidade de edifícios tombados ou passíveis de ser considerados patrimônio histórico cultural, balizados ao redor das praças e relacionados a uma memória e história de versão monolítica da cidade (GUIMARÃES, 2013-14), reafirmada pela monumentalidade e carga simbólica que os edifícios apresentam, é possível considerá-los também como uma forma de ocupação.

Entendendo que: “Ocupa-se porque se busca domínio sobre uma extensão. Delimita-se porque há relação com outros domínios, outras posições – oposições de outras extensões” (HEIDRICH, 2009, p. 274). É possível concluir que o tombamento de edifícios com características arquitetônicas específicas, na região das praças, pode estar relacionado, para além da educação das sensibilidades pautada em uma concepção estética colonizada e eurocêntrica, à manutenção de uma territorialidade em oposição à ameaça da criação ou manutenção de outras territorialidades possíveis naquele espaço, uma vez que, o território não corresponde a um espaço “definitivamente conquistado”, sendo necessário sua ocupação, sua posse e seu uso, ações que correspondem a “aspectos constituintes da relação de poder que produz o território” e à territorialidade e objetivam a “busca do domínio sobre o espaço” (HEIDRICH, 2009, p. 274-275).

O caminhar sobre o território das praças estaria ligado, então, a uma apropriação do espaço, mediante uma ação corporal de criação e manutenção de territorialidade (HEIDRICH, 2009), “uma fórmula simbólica que tem permitido” a transformação do espaço e de sua paisagem numa perspectiva estética, outorgando-lhe novos significados, “construindo uma nova ordem” (CARERI, 2013, p. 27) e possibilitando a experiência de novas sensibilidades e sociabilidades, pois

É através de seu corpo, de seus sentidos que o homem constrói e usa os lugares – um espaço usado em um tempo definido pela ação cotidiana. Isto é, a porção do espaço apropriável para a vida – daí a importância do corpo e os sentidos que comandam as ações, que envolvem e definem o ato de [caminhar, e] a partir dele vai ganhando os significados dados pela articulação dest[e] com o bairro, com a praça, com a rua através do movimento da vida. Nesse processo vão se identificando os lugares de vida, marcando/apoiando a relação com o outro. Assim se constrói a tríade cidadão/identidade/lugar, que aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso) e significa que nossa existência espaço-temporal, tem uma corporeidade, pois agimos através do corpo; é ele que nos dá acesso ao mundo (CARLOS, 2007, p. 44).

Para Lopes (2007, p. 72),

percebemos e atribuímos um sentido ao espaço no fluir da experiência cotidiana [...] A arte banal, anódina e anônima de andar pela cidade, atribui sentidos, oferece resistências, às setas de sentido único, é amiga das bifurcações, labirintos e escolhas aleatórias. É uma refinada arte da experiência cotidiana, ofício de filigrana do praticante cultural que se move nos interstícios da ordem material e simbolicamente dominante, procurando “ocasiões” para se afirmar. Se a cidade é linguagem, andar é o acto de falar,

explorando as possibilidades imensas dessa linguagem. A polissemia multiplica as “ocasiões” de afrontamento da hegemonia, tendencialmente monolítica.

As possibilidades de relações do corpo sobre o espaço articulam a constituição de territorialidades que não estão dissociadas das relações de poder e de reprodução do capital, mas que, para além dessas dimensões, propicia um espaço de práticas e relações sociais articuladas no tempo e no espaço que acolhem o lazer, o trabalho, a vida privada “e com isso o dinamismo entre necessidades e desejos que pautam a reprodução da vida [...] que diz respeito ao conjunto das necessidades da sociedade e que tem como objetivo a construção do humano”, (CARLOS, 2007, p. 41) constituindo, assim, o exercício da urbanidade, o “convívio com o outro, do reconhecimento e do respeito às diferenças pessoais e coletivas num ambiente público” (LEITÃO, 2009?, p. 10), o exercício da alteridade.

Porém, o encontro com o outro, com o diferente, nem sempre acontece de forma apaziguada; ações excludentes e segregadoras podem ocorrer e gerar um ambiente hostil (LEITÃO, 2009?), de tensões e conflitos.

Ao caminhar, vemos e somos levados a ver; nos encontramos e cruzamos olhares com uma diversidade de sujeitos em uma pluralidade de utilizações do espaço público. Somos levados a interagir com semelhantes ou “radicalmente diferentes”, instigados a aprendizagens e sensibilidades que nos proporcionarão a “convivialidade mais ou menos festiva”, assim como, momentos em que diferentes posturas deverão ser adotadas frente às diferenças, o que nos leva a uma ordem de interação e mobilização de “esquemas de percepção e práticas sociais que apenas existem em função de um contexto concreto” e são estruturadas por códigos, saberes e convenções que ocorrem na interação com o outro no espaço público, como também, nos dão a conhecer a “ordem dos enunciados: signos, sinais e discursos que apresentam e representam o espaço-tempo da interação” (LOPES, 2007, p. 74).

Assim,

as identificações vão sendo forjadas de forma dinâmica, dialógica e multifacetada, em permanente relação e aprendizagem pela experiência – neste caso, a experiência de andar na e pela [praça], de conceber o sujeito andante como sujeito falante, que inscreve os seus passos na ordem do discurso, uma outra forma, afinal, de fazer lugar, ocupando os espaços vazios da cidadania (LOPES, 2007, p.79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro da cidade é a permissão de sonhar sempre mais com uma outra vida, com um *outro lugar*. [...] A atividade implícita no deslocar-se para o centro é como um circuito que se fecha sobre si mesmo [...] como um complemento festivo que o bairro, por sua organização própria e sua relativa vetustez, não possui.

Ecléa Bosi (1994, p. 153)

Tudo o que era guardado a chave permanecia novo por mais tempo... Mas meu propósito não era conservar o novo e sim renovar o velho.

Walter Benjamin

No decorrer da pesquisa foi possível compreender como as praças José Bonifácio e Raul de Aguiar Leme foram se constituindo, no tempo, como um espaço importante em Bragança Paulista, sinônimo da história e memória da cidade, pois, além de ser, por excelência, um lugar que suscita sensibilidades e sociabilidades, que propicia experiências e vivências, individuais e coletivas, na relação com o território e com os edifícios que as ladeiam, se apresentam como o marco inicial da fundação da cidade e ponto central de onde partiu seu processo de urbanização.

Porém, foi observado que esta história e memória da cidade, frequentemente, está pautada em um modo de refletir sobre ela a partir das relações de poder que orientaram as transformações socioeconômicas de Bragança Paulista na virada do século XIX para o XX e que ainda repercutem no presente mobilizando a defesa de um passado idílico, de versão monolítica, que propicia a colonização do presente pelo passado, ou seja, a evocação de um passado que é idealizado e que não volta mais (GUIMARÃES, 2013; 2014).

A evocação desse passado idealizado pôde ser percebida, não só na construção da história da cidade, mas também no processo de identificação e seleção de bens considerados patrimônio histórico, como foi apresentado nas tensões e conflitos que permearam o processo de tombamento da “Capela Santa Cruz dos Enforcados” e na constituição do “Monumento Cruz de Pedra”.

Ambas narrativas revelaram que, a identificação e seleção do que pode ser considerado patrimônio, historicamente, esta relacionada à demarcação subjetiva de um domínio em oposição a outro (GONÇALVES, 2003, p. 22) na construção de uma identidade, memória e história oficial ou que se deseja perpetuar (CHOAY, 1999) e, ainda que, nos dias

atuais haja instituições específicas como o IPHAN que, na gestão dos bens culturais, colabora na formulação de políticas públicas, pesquisa, ensino e proporciona concepções de patrimônio muito bem delimitadas, a definição e seleção do que é patrimônio está intimamente relacionada às perspectivas teóricas, econômicas e políticas do contexto sócio-histórico.

Vale ressaltar que, tais perspectivas não são neutras, estão imbricadas nas relações de poder de uma classe social dominante e apresentam concepções estéticas de patrimônio alicerçadas em padrões eurocêntricos, que podem culminar na expropriação cultural de uma parcela da sociedade que apresenta outros padrões, diferentes destes, que não se enquadram nos preconizados.

Esta afirmação toma forma na pesquisa ao identificar que, na cidade de Bragança Paulista, em sua grande maioria, os edifícios - públicos e privados - tombados como patrimônio histórico, estão localizados na malha urbana central, local de grande carga simbólica, e possuem um perfil arquitetônico particular, identificado como 'símbolo do progresso bragantino', o que gerou reflexões a partir das contribuições de Meneguello (2000), sobre quais seriam os pressupostos que orientaram a preservação destes edifícios, em lugares específicos da cidade e para quem se preserva. Visto que, esses fatores, reafirmam uma dimensão simbólica ao espaço (OLIVEIRA, 2002).

Deste modo, identificou-se que os bens considerados como patrimônio não são apenas para ser contemplado, representar ideias ou valores; eles têm também o intuito, por meio de sua localização, arquitetura e história suscitar uma educação, educação das sensibilidades; formar e conformar sujeitos a uma determinada percepção da urbe e a uma continuidade do passado no presente, uma tradição que estimula olhar para o presente a partir das relações do passado.

Essa ação contribui para a ideia de pertencimento de um determinado grupo específico - uma elite branca e letrada - sobre as praças José Bonifácio e Raul de Aguiar Leme, o que leva ao estranhamento a presença de jovens das classes populares e de bairros periféricos que frequentam seu espaço aos finais de semana. Jovens que ocupam este espaço para caminhar por seu território e/ou para práticas musicais e de lazer, rompendo com o perfil de sujeitos que se espera para o local, assim ressignificando seu espaço.

A partir da leitura das fontes documentais e dos trabalhos de memorialistas, foi possível notar que desde a fundação da cidade pode ser observado um olhar depreciativo, discriminatório e excludente das classes populares da cidade, bem como de suas práticas cotidianas e produção cultural, acarretando em uma tentativa de controle por meio de

legislação ou de práticas coercitivas como a presença do policiamento ostensivo nas praças, nos dias atuais.

O policiamento nesses espaços de convivência e permanência (LAMAS, 2004), demonstra, assim como aponta os dados do *Mapa da Violência no Brasil*, a criminalização, principalmente, da juventude pobre e negra e de suas práticas culturais, associadas frequentemente ao narcotráfico e a violência; e para a tentativa de cercear as possibilidades de experiências dos jovens nesse espaço público, pois “sem experiência o homem não deixa rastros” (KRAMER, 2009, p. 293), revelando que a praça não é um lugar para todos.

Porém, os jovens por meio do caminhar no território da praça, uma ação simbólica, estética e política, rompem com a perspectiva monolítica e canônica de sua história e instaura novas significações e ressignificações para seu espaço, na relação com o patrimônio arquitetônico; sensibilidades individuais e coletivas, estimulando vivências e experiências plurais, na busca pela construção de uma territorialidade e na constituição de um lugar que, apesar das fronteiras simbólicas existentes, permite seu livre acesso, sociabilidades e convivência social.

Assim, identificou-se que a presença dos jovens no espaço da praça corresponde a uma ocupação simbólica - mesmo que de forma não intencional - que rompe com a identidade canônica da praça que tem como forma de ocupação os edifícios tombados como patrimônio, constituintes de uma relação de poder e de domínio sobre o território, que é ressignificado pelo caminhar e pela apropriação de seus espaços pelas práticas diversas dos jovens.

Deste modo, pontuo que, esta pesquisa possibilitou pensar uma educação que não é escolarizada, que é construída por meio do corpo, na relação com o espaço e com as edificações, que não são ingênuas, que detém intencionalidades que se materializam em sua organização e localização espacial, bem como em sua arquitetura, definindo diferentes territórios, além de mobilizar sensibilidades àqueles que se constituem sujeitos transeuntes deste espaço que é dicotômico, pois como um território de convivência e permanência, acolhe, mas também distancia, disciplina, mas também cria resistências.

Permitiu dar visibilidade as práticas que ocorrem no espaço da praça, que causam um desconforto social, mas que não são contempladas nas mídias impressas da cidade, o que faz suscitar o questionamento sobre qual seria o motivo desta invisibilidade ou desprezo para tal acontecimento? Questionamento para uma pesquisa futura.

A pesquisa permitiu também verificar a ausência de políticas públicas, projetos e atividades que acolham tais sujeitos e que proporcione espaços culturais para que possam ter acesso e garantir maior visibilidade para as diferentes culturas; pensar uma educação

alicerçada nas sociabilidades, que estão em contínuo movimento, em um processo dialógico com as estruturas sociais, com as relações de trabalho, com o lazer e ócio, sem uma forma ou modelo padrão, como ressalta Brandão (1989), de diversas formas, em todos os lugares, nas diversas relações, modos de vida e grupos sociais que a criam e recriam os saberes que atravessam o sujeito, por meio de suas trocas.

É importante ressaltar que este trabalho não é capaz de responder todos os questionamentos levantados no processo de pesquisa. No decorrer de sua concepção vários questionamentos foram surgindo, para alguns pôde ser levantadas hipóteses, para outros, apenas indícios, o que poderá direcionar novas reflexões e novas pesquisas.

Dentre as possibilidades está a reflexão sobre como atuar no processo educativo de forma a ressignificar as concepções sobre o que é patrimônio, com a intenção de que haja uma maior valorização das diferentes culturas; como construir uma educação que permita olhar para as diferenças de uma forma que não seja hostil, classificatória e hierarquizante, mas fundamentada no respeito e na alteridade; pensar uma educação escolar e não escolar que auxilie na desconstrução da associação de jovem das classes populares, sobretudo, o negro, ao narcotráfico, à violência e ao crime.

Por fim, destaco que essas questões me aproximam mais uma vez de Benjamin, na perspectiva de Kramer (2009), no que tange praticar uma educação a contrapelo, uma educação que não desconsidera o passado histórico, mas não se detém no que foi, o vê de forma crítica e dele se serve para pensar o que se pode fazer, “pois o futuro pode ser diverso do que o presente sugere ou do que se deduz” (KRAMER, 2009, p. 299).

FONTES

Almanaques e Anuários

ALMANACK DE BRAGANÇA PARA 1900. Bragança: Tipografia Commercial, 1899.
ALMANACH BRAGANTINO 1914. Bragança: Papelaria Almeida.
ANNUARIO DE BRAGANÇA PARA 1902. Bragança: Typ. Da Cidade de Bragança, 1901.
ANNUARIO DE BRAGANÇA PARA 1904. Bragança: Typ. Da Cidade de Bragança, 1901.

Jornais

BRAGANÇA JORNAL DIÁRIO. Bragança Paulista, 2005-2016.
O GUARIPOCABA. Bragança. O Guaripocaba, 1877-1886.

Legislação Municipal

BRAGANÇA PAULISTA. Lei Complementar n.º 534. 16 de abril de 2007.
BRAGANÇA PAULISTA. Lei Municipal n.º 1986 de 22 de novembro de 1984.
BRAGANÇA PAULISTA. Decreto Municipal n.º 13.489 de 27 de setembro de 2005.
BRAGANÇA PAULISTA. Código Municipal. Lei n. 239 de 25 de setembro de 1928.
BRAGANÇA PAULISTA. Collecção das Leis e Decretos do Município de Bragança: 1885-1905.

Processos de Tombamento do CONDEPHAC:

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 01/2000 – Prédio da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 02/2000 – Prédio do Museu Municipal “Oswaldo Russomano”.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 03/2000 – Prédio do Antigo Matadouro Municipal.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 04/2000 – Colégio Técnico Professor João Carrozo.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 05/2000 – Prédio da Igreja Santa Terezinha.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 06/2000 – Prédio da Igreja Nossa Senhora do Rosário.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 07/2000 – Prédio Clube Literário e Recreativo – Praça Raul Leme.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 08/2000 – Prédio do Museu do Telefone – Praça José Bonifácio.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 09/2000 – Prédio do Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriçá.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 10/2000 – Antigo Prédio da Santa Casa de Misericórdia.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 12/2004 – Prédio da Capela de Santa Cruz dos Enforcados.
PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 13/2004 – Parque Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme (Jardim Público)

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 14/2004 – Monumento aos Voluntários Bragantinos
Revolução de 32 - Praça 9 de julho.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 01/2005 – Edificações da Antiga Estrada de Ferro
Bragantina (Casa do Conserveiro).

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 02/2005 – Estação Ferroviária do Curitibanos.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 03/2005 – Estação Ferroviária Guaripocaba.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 25/2007 – Rua Coronel João Leme, 490.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 32/2007 -- Rua Dr. Clemente Ferreira, 273.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 45/2007 – Rua Coronel João Leme. 398.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 49/2007 – Rua Coronel João Leme, 419.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 50/2007 – Rua Coronel Teófilo Leme, 1135.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 53/2007 – Casa da Itália (Sociedade Ítalo Brasileira) –
Rua Coronel Leme, 176.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 54/2007 – Rua Coronel Teófilo Leme, 990/998.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 56/2010 – Cine Bragança – Praça Raul Leme/ Rua Dr.
Cândido Rodrigues.

PROCESSO DE TOMBAMENTO N.º 57/2010 – Praça Raul Leme, 316.

REFERÊNCIAS

ANDRDE, Carlos Drummond. **Alguma poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AUGÉ, Marc. **O antropólogo e o mundo global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

AULETE, Caldas. Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento** - o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: UNB, 1993.

BARLETTA, Amilcar. **Conhecendo a Região Bragantina**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

_____. **Conhecendo a Região Bragantina**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. v. 2.

BARROS, José D'Assunção. História cultural: um panorama teórico e historiográfico. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 1º sem. 2011. p. 38-63.

BASSO, Amália Fonte. **Memórias e histórias de Padre Aldo Bollini**: olhares e iniciativas educacionais em Bragança Paulista (1948-1964). Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba -SP, 2016.

BAUDELAIRE, Charles. Brinquedo de Pobre. In: VALE, Mario. **O desejo de pintar e outros poemas em prosa de Charles Baudelaire**. Trad. Mario Vale. São Paulo: Noovha América, 2008. p. 14-16.

BELOTTO, Tony. Polícia. In: TITÃS. **Cabeça de Dinossauro**. São Paulo: WEA, 1986. Faixa 4.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Walter Benjamin**: Sociologia. 2. ed. Trad., introd. e org. Flávio Kothe. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BÓSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGANÇA JORNAL DIÁRIO. Condephac lista imóveis para processo de tombamento. **Bragança Jornal Diário**, Bragança Paulista, 10 dez. 2016.

_____. Condephac tomba cinco imóveis. **Bragança Jornal Diário**, Bragança Paulista, 28 dez. 2016.

BRAGANÇA PAULISTA. Decreto n. 2397, de 20 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o tombamento definitivo de fachada de imóvel como bem histórico, artístico e cultural. **Imprensa Oficial de Bragança Paulista**, Bragança Paulista, SP, 23 dez. 2016. Seção 8, p.11.

_____. Decreto n. 2398, de 20 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o tombamento definitivo de fachada de imóvel como bem histórico, artístico e cultural. **Imprensa Oficial de Bragança Paulista**, Bragança Paulista, SP, 23 dez. 2016. Seção 8, p.11.

_____. Decreto n. 2399, de 20 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o tombamento definitivo de fachada de imóvel como bem histórico, artístico e cultural. **Imprensa Oficial de Bragança Paulista**, Bragança Paulista, SP, 23 dez. 2016. Seção 8, p.12.

_____. Decreto n. 2400, de 20 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o tombamento definitivo de fachada de imóvel como bem histórico, artístico e cultural. **Imprensa Oficial de Bragança Paulista**, Bragança Paulista, SP, 23 dez. 2016. Seção 8, p.12.

_____. Notificação de pré-tombamento, de 2 de dezembro de 2016.. **Imprensa Oficial de Bragança Paulista**, Bragança Paulista, SP, 2 dez. 2016. Seção 8, p.9-10.

BRANCO, Edward de Alencar Castelo. Táticas caminhanças: cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 177-194, Jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jan. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 24 de janeiro de 1967. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Lei n. 3924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Mapa do encarceramento:** os jovens do Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília. 2014a. Disponível em: <
<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3230/mapa-encarceramento-jovens.pdf>>
Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Plano Juventude Viva:** caminhos da política de preservação à violência contra a juventude negra do Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília. 2014. Disponível em: <
http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/8912/Juventude_Viva_Caminhos_da_pol_tica_de_preven_o_viol_ncia_contra_a_juventude_negra_no_Brasil.pdf>
Acesso em 15 fev. 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** história e geografia. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental, 2001.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial:** para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella M.. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. Coleção Tudo é História, n. 52.

BURKE, Peter. **A escrita da História:** novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1992.

BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JUNIOR, Arnaldo; GUIMARÃES, Maria de Fatima. A BNCC em pauta: quando nós vamos estudar nossa história?. In: MOLINA, Ana Heloísa; FERREIRA, Carlos Augusto (org.). **Entre textos e contextos:** caminhos do ensino de história. Curitiba: CRV, 2016. p. 61-82.

BUENO, Maria de Fatima Guimarães. **O corpo e as sensibilidades modernas:** Bragança (1900-1920). 2007. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A Praça brasileira:** trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. 2007. 432 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em História - Política, Memória e Cidade, DH-IFCH Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SANTOS, Roselí Alves dos. Experiência geográfica em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 315-340.

CARERI, Francesco. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARMO, Paulo Sérgio. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARVALHO, Beatriz Falleiros Rorigues. **Caminhar na cidade: experiência e representação os caminheiros de Richard Long e Francis Alÿs; depoimentos de uma pesquisa poética.** 2007. Dissertação (Mestrado em Design e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHIARION, José Carlos. **Um pouco de nossa história.** Bragança Paulista: ABR Editora, 2011.

CHOAY, Fraçoise. **A alegoria do patrimônio.** Lisboa-Portugal: Edições 70, 1999.

CIDADE & CULTURA. Bragança Paulista: ABCD Cultural. Anual, v. 10, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. **Chão de pedras, céu de estrelas: o Museu-Escola do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, década de 1980.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

_____. **Primaveras Compartilhadas: (re)significando a docência na relação com cidade, memórias e linguagens.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

EUGENIO, Cesar Augusto; SILVA, L.B.O. **Ausência e Silêncio: formas de ser e estar no mundo.** 2016 (Trabalho apresentado no XV encontro de Pós Graduação da Universidade São Francisco. Casa Comum: A responsabilidade da Ciência e da Tecnologia. Bragança Paulista-SP, 2016). Disponível em: http://www.usf.edu.br/ic_2016/pdf/pos/educacao/AUSENCIA-E-SILENCIO-formas-de-ser-e-estar-no-mundo-1.pdf Acesso em: 29 dez. 2016.

FÉLIX, Patrícia da Silva. **Grupo Escolar Dr. Jorge Tibiriça: arquitetura e cidade.** Monografia (Graduação em Pedagogia). Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2012.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957. v. XXVIII. Disponível em:< http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_28.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

FERREIRA, Márcia Regina Rodrigues. **História, memória e educação das sensibilidades: o processo de patrimonialização da casa Lambert de Santa Teresa-ES.** 2015. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação – História, sociedade, cultura e políticas educacionais, Centro de Educação Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, 2015.

FERREIRA, M. C. O quadro atual da AD no Brasil. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2005.

FERREIRA, Marcelo Santana. Uma varanda na África: quando o corpo é também continente. In: KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim e. (org.). **Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2009. p. 127-148.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRAGO, A.V.; Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, A.V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Alfredo Veiga Neto. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-139

_____.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Alfredo Veiga Neto. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRANCESCHI, Marcello Teixeira. **Grupo escolar José Guilherme: uma história em três atos – Bragança (1910-1944)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba -SP, 2013.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GAIARSA, José A. **O que é corpo**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21-29.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GROS, Frédéric. **Caminhar uma filosofia**. São Paulo: É Realizações, 2010.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. A colonização do presente pelo passado: de um dispositivo metafórico à possibilidade de construção de conhecimento histórico educacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/recursos/anais/27/1371302776_ARQUIVO_ANPUH2013-Natal_1_.pdf> Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Corpo e Cidade: sensibilidades, memórias e histórias**. Jundiaí, SP: Paco, 2013.

_____. Patrimônio Cultural e Ensino de História: problematizando a colonização do presente pelo passado. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina Bovério; PACIEVITCH, Caroline. **Memória, sensibilidades e saberes**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015. p. 90-102.

_____. **Versões monolíticas de memórias e histórias em questão: a colonização do presente pelo passado**. Campinas: CMU, 2013-14.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 271-290.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. **Trilhos de Modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos**. 2007. 276f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____.; RANGER, Terence. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

_____. **Entrevista em O Estado de São Paulo de 16.1.1994**. Especial de Domingo, p. 6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O seu município em números 2016: Bragança Paulista**. IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/downloads/folders/eleicao2016/35/3507605.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

IPHAN. **Decreto-lei n. 25, de novembro de 1937**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto-Lei%20n%C2%B0%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf>> Acesso em: 17 out. 2016.

ISHIZU, Andrea Luri. **Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista 1884-1967**. 2009. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP, São Paulo, 2009.

KOTHE, Flávio R.. Poesia e Proletariado: ruínas e rumores da história. In: **Walter Benjamin: Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 7-27

KRAMER, Sonia. Educação a Contrapelo. In: KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim e. (org.). **Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2009. p. 289-304.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LARROSA BONDIA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.19, p. 20-28, abr. 2002.

LAURITO, Domingos; MARTINS, Nelson Silveira. **Bragança 1763-1942**. Coleção São Paulo através da História. São Paulo: Ed. Mario M. Ponzini e Cia., 1943.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil**. [S.l:s.n.]. 2009?. Disponível em: <http://www.observatoriodorecife.org.br/site/wp-content/uploads/artigo_ambiente-hostil_lucia-leitao.pdf> Acesso em: 30 out. 2016.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **Região Bragantina: estudo econômico social (1653-1836)**. Tese (doutorado em História) 1974. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Marília, SP, 1974.

LEME, Ernesto. **A casa de Bragança: memórias**. São Paulo: Editora Parma, 1981.

LEMOS, Carlos A. C.. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. Coleção Tudo é História, n. 51.

_____. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.

LOPES, João Teixeira. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público. In: **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**. Porto: Universidade do Porto, v. 7/8 p. 69-80, 2007.

MALHANO, Clara E. S. M. de Barros. **Da materialização do passado: a monumentalidade como metáfora do estado 1920-1945**. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002.

MATHIAS, Luiz Gonzaga Pires. **Em busca dos marcos perdidos**. Bragança Paulista: EDUSEF, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos: para além do porto do café. In: RAMOS, Alcides F.; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra J. **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

MATOS, Olgária. Baudelaire: antíteses e revolução. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 88-101, Junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2007000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 de abril de 2017.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: ZEZ Programação Visual, 1980.

_____. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Minc, SPHAN, 1987.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 217-228.

MENANDRO, Maria Cristina S.; TRINDADE, Zeidi.; ALMEIDA, Angela M. de Oliveira. Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos. Vitória: UFES/ GM Gráfica e Editora, 2010. In: SOUZA, Jusamara, FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Práticas musicais de jovens e vida cotidiana: socialização e identidades em movimento. In: **Música em perspectiva** v.7 n. 1, junho 2014 p. 57-80.

MEIRELES, Cecília. **Os melhores poemas de Cecília Meireles**. (org.) Maria Fernanda. 14^a ed. São Paulo: Global, 2002.

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1: A reinterpretção do passado histórico. **Arquitextos**. São Paulo, ano 01, n. 003.05, Vitruvius, ago. 2000 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Papéis Guardados**. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: **Projeto História: história e cultura**. v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

OLIVEIRA, José Roberto Leme de. **Passando pelo passado**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Apresentação. In: Oliveira, Lúcia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Cidade, memória e pesquisa: um percurso com Walter Benjamin. In: In: KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim e. (org.). **Política, cidade, educação: itinerários de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2009. p. 111-126.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **História e geografia**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

PESAVENTO Sandra Jathay. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007a.

_____. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.

PETRUCCELLI. José Luis. **A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=21081&view=detalhes>> Acesso: 15 mai. 2017.

_____; SABOIA, Ana Lucia. **Características Étnico-raciais da população: classificação e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>> Acesso: 15 mai. 2017.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Carlos, n. 3, p. 4-14, jan. 2006. ISSN 1984-4506. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>>. Acesso em: 10 dez. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i3p4-14>.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **O que é a polícia ostensiva**. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/4ciaesp/conteudo.action?conteudo=851&tipoConteudo=itemMenu>> Acesso em:

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios jovens técnicas e modos de vida. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar. (org.). **Narrativas Juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação mídia e ciências sociais**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 19-30.

_____; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. (org.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, ANPUR, 2012.

ROLNIK, Raquel. “História Urbana: História na Cidade?”. In: A. FERNANDES e M. A. de F. GOMES. **Cidade e História**. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura, UFBA, ANPUR, 1993. p. 27-29.

_____. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos)

RUBINO. Silvana. **As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp, Campinas, 1991.

RUSSO, Renato. Veraneio Vascaína. In: CAPITAL INICIAL. **Capital Inicial**. Rio de Janeiro: Polygram, 1986. Faixa 6.

SACCONI, Luiz Antonio. **Sacconi Júnior da língua portuguesa**. São Paulo: Escala Educacional, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmem Lúcia (Org.). **Corpo e história**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. O corpo na cidade das águas: São Paulo (1840-1910). In: **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Depto. de História da PUC de São Paulo, v. 25, dez. 2002.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo**: letalidade policial e prisões em flagrante. São Carlos: Departamento de Sociologia/UFSCAR, 2014. Disponível em: <http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf> Acesso em 15 fev. 2017.

SOARES, Carmen Lúcia. **As roupas nas práticas corporais e esportivas**: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1924). Campinas, SP: Associado de Autores, 2011.

SOUZA, Sandra Aparecida de. **“El terrible anarquista” Joseph Jubert**: por entre rastros, memórias e histórias. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba -SP, 2016.

TABORDA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo. **Revista Brasileira de História**, v. 16, n. 45, p. 147-170, 2008.

VASCONCELLOS, José Roberto. A cruz de pedra não é nenhum marco histórico. **Bragança Jornal Diário**, Bragança Paulista, 5 nov. 2005.

_____. Obras de Arte Sacra na Catedral “Nossa Senhora da Conceição” – Parte II. **Bragança Jornal Diário**, Bragança Paulista, 7 nov. 2013.

VELOSO, Mariza Motta Santos. **O tecido do tempo**: a idéia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-1970). Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 1992.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. FLACSO Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em 15 fev. 2017.

ZANETTI, Valéria. São José dos Campos, da doença dos ares – entre a identidade e a indiferença. In: PAPALI, Maria Aparecida. (org.). **Histori(cidades)s**: um olhar multidisciplinar. São Paulo: Annablume; São José dos Campos: Univap, 2008. p. 27-52

ANEXO 1 – Lista de imóveis em pré-tombamento

Atos Oficiais do Executivo																																																																																					
Comunicação Administrativa																																																																																					
<p>Prefeito Municipal José Maurício Brandão Leo Secretário Chefe de Gabinete Cássia Regina Mendes Pimentel Secretária Mun. de Governo Henri D'hougias Ramalho Secretário Mun. de Assuntos Jurídicos Andréa Figueira Barreto Villas Boas Secretária Mun. de Finanças Cibele Laveochia Mendes Chefe da Div. de Comun. Administrativa Publicada na Div. de Comun. Administrativa na data supra. Os anexos estarão à disposição da população a partir deste dia 02 de dezembro no site da Prefeitura, na página eletrônica www.braganca.sp.gov.br</p>																																																																																					
<p>NOTIFICAÇÃO DE PRÉ-TOMBAMENTO O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista – CONDEPHAC, criado pela Lei Municipal 1.986 de 22.11.84, objetivando a defesa e a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Bragança Paulista, com amparo na Constituição Federal e Lei Municipal 2.231 de 29.02.88, 2.375 de 24.11.88, 3.212 de 08.10.99 e Lei Complementar 534 de 16.04.2007 (Faz o Diretor), vem respectivamente por intermédio da presente NOTIFICAR: Aos proprietários(as) dos imóveis listados em anexo ficam V.Sas. notificadas e cientificadas de que os referidos imóveis são objetos de estudo para TOMBAMENTO DE FACHADAS, estando o procedimento administrativo tramitando sob Processo nº63. Por força desse ato, ficam V. Sas. cientes de que, nos termos da Lei 2.231 de 29/02/1988, art. 2º, parágrafo 1º e 2º, em face do presente processo de tombamento, não serão permitidas quaisquer modificações ou alterações nas fachadas dos referidos imóveis sem prévio conhecimento e anuência do CONDEPHAC, sob pena de incorrerem os(as) proprietários(as) nas sanções previstas na legislação municipal, civil e criminal. Esclarece-se que a Lei 1986 de 22/11/1984 em seu art. 11 dispõe: A limitação do uso atestado no Art. Anterior constante não somente em face do proprietário impedido de promover a alteração, renovo, demolição, destruição ou mutilação do bem tombado. § 3º - O descumprimento de quaisquer obrigações impostas pela presente lei acarretará em multa de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do bem tombado, a juízo do Conselho, sem prejuízo de eventual responsabilidade funcional, criminal e civil. Em face do exposto, poderão V. Sas. no prazo de quinze (15) dias, da publicação desta, interpor recurso junto ao CONDEPHAC. É o que tinhamos para notificar. Bragança Paulista, 29 de Novembro de 2016. Gustavo Simões Pizzelli Presidente do CONDEPHAC ANEXO Lista dos imóveis selecionados para preservação através da abertura de processo administrativo de tombamento.</p>																																																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>RUA</th> <th>NÚMERO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CORONEL LEME</td> <td>231</td> </tr> <tr> <td>CORONEL LEME</td> <td>237</td> </tr> </tbody> </table>	RUA	NÚMERO	CORONEL LEME	231	CORONEL LEME	237	<table border="1"> <tbody> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>249</td></tr> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>255</td></tr> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>261</td></tr> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>267</td></tr> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>271</td></tr> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>277</td></tr> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>285</td></tr> <tr><td>CORONEL LEME</td><td>371</td></tr> <tr><td colspan="2"> </td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>92</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>98</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>106</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>112</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>120</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>164</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>172</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>180</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>181</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>229</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>261</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>267</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>311</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>336</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>344</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>345</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>350</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>444</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>450</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>467</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>477</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>483</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>531</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>585</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>607</td></tr> </tbody> </table>	CORONEL LEME	249	CORONEL LEME	255	CORONEL LEME	261	CORONEL LEME	267	CORONEL LEME	271	CORONEL LEME	277	CORONEL LEME	285	CORONEL LEME	371			CORONEL JOAO LEME	92	CORONEL JOAO LEME	98	CORONEL JOAO LEME	106	CORONEL JOAO LEME	112	CORONEL JOAO LEME	120	CORONEL JOAO LEME	164	CORONEL JOAO LEME	172	CORONEL JOAO LEME	180	CORONEL JOAO LEME	181	CORONEL JOAO LEME	229	CORONEL JOAO LEME	261	CORONEL JOAO LEME	267	CORONEL JOAO LEME	311	CORONEL JOAO LEME	336	CORONEL JOAO LEME	344	CORONEL JOAO LEME	345	CORONEL JOAO LEME	350	CORONEL JOAO LEME	444	CORONEL JOAO LEME	450	CORONEL JOAO LEME	467	CORONEL JOAO LEME	477	CORONEL JOAO LEME	483	CORONEL JOAO LEME	531	CORONEL JOAO LEME	585	CORONEL JOAO LEME	607										
RUA	NÚMERO																																																																																				
CORONEL LEME	231																																																																																				
CORONEL LEME	237																																																																																				
CORONEL LEME	249																																																																																				
CORONEL LEME	255																																																																																				
CORONEL LEME	261																																																																																				
CORONEL LEME	267																																																																																				
CORONEL LEME	271																																																																																				
CORONEL LEME	277																																																																																				
CORONEL LEME	285																																																																																				
CORONEL LEME	371																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	92																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	98																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	106																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	112																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	120																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	164																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	172																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	180																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	181																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	229																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	261																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	267																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	311																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	336																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	344																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	345																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	350																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	444																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	450																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	467																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	477																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	483																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	531																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	585																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	607																																																																																				
	<table border="1"> <tbody> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>662</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>708</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>829</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>855</td></tr> <tr><td>CORONEL JOAO LEME</td><td>865</td></tr> <tr><td colspan="2"> </td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>374</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>543</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>549</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>607</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>615</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>622</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>626</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>696</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>739</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>841</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>880</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>886</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>901</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>924</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>930</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>936</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>999</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1007</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1076</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1080</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1123</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1140</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1179</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1191</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1209</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1233</td></tr> <tr><td>CORONEL TEOFILO LEME</td><td>1239</td></tr> <tr><td colspan="2"> </td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>211</td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>253</td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>263</td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>345</td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>357</td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>368</td></tr> </tbody> </table>	CORONEL JOAO LEME	662	CORONEL JOAO LEME	708	CORONEL JOAO LEME	829	CORONEL JOAO LEME	855	CORONEL JOAO LEME	865			CORONEL TEOFILO LEME	374	CORONEL TEOFILO LEME	543	CORONEL TEOFILO LEME	549	CORONEL TEOFILO LEME	607	CORONEL TEOFILO LEME	615	CORONEL TEOFILO LEME	622	CORONEL TEOFILO LEME	626	CORONEL TEOFILO LEME	696	CORONEL TEOFILO LEME	739	CORONEL TEOFILO LEME	841	CORONEL TEOFILO LEME	880	CORONEL TEOFILO LEME	886	CORONEL TEOFILO LEME	901	CORONEL TEOFILO LEME	924	CORONEL TEOFILO LEME	930	CORONEL TEOFILO LEME	936	CORONEL TEOFILO LEME	999	CORONEL TEOFILO LEME	1007	CORONEL TEOFILO LEME	1076	CORONEL TEOFILO LEME	1080	CORONEL TEOFILO LEME	1123	CORONEL TEOFILO LEME	1140	CORONEL TEOFILO LEME	1179	CORONEL TEOFILO LEME	1191	CORONEL TEOFILO LEME	1209	CORONEL TEOFILO LEME	1233	CORONEL TEOFILO LEME	1239			CORONEL ASSIS GONÇALVES	211	CORONEL ASSIS GONÇALVES	253	CORONEL ASSIS GONÇALVES	263	CORONEL ASSIS GONÇALVES	345	CORONEL ASSIS GONÇALVES	357	CORONEL ASSIS GONÇALVES	368				
CORONEL JOAO LEME	662																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	708																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	829																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	855																																																																																				
CORONEL JOAO LEME	865																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	374																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	543																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	549																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	607																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	615																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	622																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	626																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	696																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	739																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	841																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	880																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	886																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	901																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	924																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	930																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	936																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	999																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1007																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1076																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1080																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1123																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1140																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1179																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1191																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1209																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1233																																																																																				
CORONEL TEOFILO LEME	1239																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	211																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	253																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	263																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	345																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	357																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	368																																																																																				
	<table border="1"> <tbody> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>389</td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>437</td></tr> <tr><td>CORONEL ASSIS GONÇALVES</td><td>488</td></tr> <tr><td colspan="2"> </td></tr> <tr><td>CORONEL OSORIO</td><td>59</td></tr> <tr><td>CORONEL OSORIO</td><td>84</td></tr> <tr><td>CORONEL OSORIO</td><td>110</td></tr> <tr><td>CORONEL OSORIO</td><td>183</td></tr> <tr><td>CORONEL OSORIO</td><td>233</td></tr> <tr><td>CORONEL OSORIO</td><td>238</td></tr> <tr><td>CORONEL OSORIO</td><td>250</td></tr> <tr><td colspan="2"> </td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>22</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>26</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>54</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>106</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>147</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>170</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>206</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>269</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>272</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>279</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>284</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>297</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>310</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>318</td></tr> <tr><td>BARAO DE JUQUERI</td><td>324</td></tr> <tr><td colspan="2"> </td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>25</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>32</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>44</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>50</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>55</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>62</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>63</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>67</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>78</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>156</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>161</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>162</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>164</td></tr> <tr><td>DR CANDIDO RODRIGUES</td><td>170</td></tr> </tbody> </table>	CORONEL ASSIS GONÇALVES	389	CORONEL ASSIS GONÇALVES	437	CORONEL ASSIS GONÇALVES	488			CORONEL OSORIO	59	CORONEL OSORIO	84	CORONEL OSORIO	110	CORONEL OSORIO	183	CORONEL OSORIO	233	CORONEL OSORIO	238	CORONEL OSORIO	250			BARAO DE JUQUERI	22	BARAO DE JUQUERI	26	BARAO DE JUQUERI	54	BARAO DE JUQUERI	106	BARAO DE JUQUERI	147	BARAO DE JUQUERI	170	BARAO DE JUQUERI	206	BARAO DE JUQUERI	269	BARAO DE JUQUERI	272	BARAO DE JUQUERI	279	BARAO DE JUQUERI	284	BARAO DE JUQUERI	297	BARAO DE JUQUERI	310	BARAO DE JUQUERI	318	BARAO DE JUQUERI	324			DR CANDIDO RODRIGUES	25	DR CANDIDO RODRIGUES	32	DR CANDIDO RODRIGUES	44	DR CANDIDO RODRIGUES	50	DR CANDIDO RODRIGUES	55	DR CANDIDO RODRIGUES	62	DR CANDIDO RODRIGUES	63	DR CANDIDO RODRIGUES	67	DR CANDIDO RODRIGUES	78	DR CANDIDO RODRIGUES	156	DR CANDIDO RODRIGUES	161	DR CANDIDO RODRIGUES	162	DR CANDIDO RODRIGUES	164	DR CANDIDO RODRIGUES	170
CORONEL ASSIS GONÇALVES	389																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	437																																																																																				
CORONEL ASSIS GONÇALVES	488																																																																																				
CORONEL OSORIO	59																																																																																				
CORONEL OSORIO	84																																																																																				
CORONEL OSORIO	110																																																																																				
CORONEL OSORIO	183																																																																																				
CORONEL OSORIO	233																																																																																				
CORONEL OSORIO	238																																																																																				
CORONEL OSORIO	250																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	22																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	26																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	54																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	106																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	147																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	170																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	206																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	269																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	272																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	279																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	284																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	297																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	310																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	318																																																																																				
BARAO DE JUQUERI	324																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	25																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	32																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	44																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	50																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	55																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	62																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	63																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	67																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	78																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	156																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	161																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	162																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	164																																																																																				
DR CANDIDO RODRIGUES	170																																																																																				

Atos Oficiais do Executivo

Comunicação Administrativa

DR CANDIDO RODRIGUES	176
DR CANDIDO RODRIGUES	190
DR CANDIDO RODRIGUES	202
DR CANDIDO RODRIGUES	203
DR CANDIDO RODRIGUES	235
DR CANDIDO RODRIGUES	243
DR CANDIDO RODRIGUES	253
PRAÇA JOSE BONIFACIO	18
PRAÇA JOSE BONIFACIO	22
PRAÇA JOSE BONIFACIO	40
PRAÇA JOSE BONIFACIO	63
PRAÇA JOSE BONIFACIO	65
PRAÇA JOSE BONIFACIO	98
PRAÇA RAUL LEME	20
PRAÇA RAUL LEME	26
PRAÇA RAUL LEME	37
PRAÇA RAUL LEME	44
PRAÇA RAUL LEME	70
PRAÇA RAUL LEME	124
PRAÇA RAUL LEME	147
PRAÇA RAUL LEME	156
PRAÇA RAUL LEME	281
PRAÇA RAUL LEME	290
PRAÇA JACINTO DOMINGUES	15
PRAÇA JACINTO DOMINGUES	29
PRAÇA JACINTO DOMINGUES	43
PRAÇA JACINTO DOMINGUES	53
PRAÇA JACINTO DOMINGUES	108
PRAÇA JACINTO DOMINGUES	123
CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES	102
DOM AGUIRRE	424
SANTA CLARA	334
SANTA CLARA	730
SANTA CLARA	799
SANTA CLARA	809

SANTA CLARA	812
SANTA CLARA	827
SANTA CLARA	834
SANTA CLARA	1137
DR ANTONIO DA CRUZ	392
DR ANTONIO DA CRUZ	398
DR ANTONIO DA CRUZ	410
DR ANTONIO DA CRUZ	425
DR ANTONIO DA CRUZ	431
DR ANTONIO DA CRUZ	570
TRAVESSA RIACHUELO	43
TRAVESSA RIACHUELO	45
TRAVESSA RIACHUELO	55
DR CLEMENTE FERREIRA	180
DR CLEMENTE FERREIRA	329
EXPEDICIONARIO BASILIO ZECCHIN JUNIOR	148
ALBINO DANTAS	323
VISCONDESSA CUNHA BUENO	5
VISCONDESSA CUNHA BUENO	13
VISCONDESSA CUNHA BUENO	17
VISCONDESSA CUNHA BUENO	23
DO ROSARIO	81
DO ROSARIO	139

PORTARIA Nº 6.886, de 28/11/2016. Fica autorizado ao Rotary Clube de Bragança Paulista, o uso, a título precário e gratuito, do Espaço do Sabar Padre João Baptista Zecchin, localizado no prédio do NAPA (Núcleo de Apoio ao Professor e ao Aluno), no dia 02 de dezembro de 2016, a partir das 19h30, para prestigiar e incentivar os alunos da Rede Municipal de Ensino, que mais se destacaram em 2016. Ass.: 28/11/2016.

PORTARIA Nº 6.881, de 28/11/2016. Fica autorizado ao Sr. David Marques de Moraes, o uso, a título precário e gratuito, do Ginásio Municipal de Esportes Rubens Bastanza, no dia 17 de dezembro de 2016, das 08h00 às 23h00, para

a realização de 9 Festa de Natal das Crianças. Ass.: 28/11/2016.

PORTARIA Nº 6.882, de 28/11/2016. Fica autorizado à Sra. Simone de Rosa, o uso, a título precário e gratuito, do Ginásio Municipal de Esportes Francisco Vergili, no dia 17 de dezembro de 2016, das 08h00 às 19h00, para a realização da "9ª Festa de Natal Colorido das Crianças de Bragança". Ass.: 28/11/2016.

PORTARIA Nº 6.883, de 28/11/2016. Fica autorizado à Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Região Bragançana - ACCORB, o uso, a título precário e gratuito, das dependências do Parque Zoológico Dr. Fernando Costa "Posto de Monta", no período de 09 a 11 de dezembro de 2016, para a realização da 9ª Prova de Marcha de Equinos e Músas. Fica sob a responsabilidade do interessado a conservação e segurança do local constante do Art. 1º, bem como sua limpeza após o evento, devendo ser devolvido ao Município nas mesmas condições em que foi recebido. Ass.: 28/11/2016.

PORTARIA Nº 6.884, de 30/11/2016. Fica autorizado à Área Pastoral de São Sebastião - Comunidade de Nossa Senhora de Fátima e São Judas Tadeu, o uso, a título precário e gratuito, de 01 (um) palco com tablado e iluminação, no dia 11 de dezembro de 2016, para a realização de almoço em prol da construção da capela. Ass.: 30/11/2016.

PORTARIA Nº 6.885, de 1º/12/2016. Considerando, o processo licitatório Concorrência Pública nº 01/02016 - Processo Administrativo SMA/DLCA nº 21.530-229/2016, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada, com permissão de uso de próprio municipal, visando a realização de 52ª Exposição Agropecuária e Festa do Peão de Broqueiro em 2017, no Recinto de Exposições Dr. Fernando Costa (Posto de Monta), no Município de Bragança Paulista, no período de 20 a 30 de abril de 2017"; Considerando que referido processo se dará na modalidade Concorrência Pública e o critério de julgamento será melhor técnica, o que caracteriza elevado grau de dificuldade sem sua análise, requerendo inclusive conhecimentos específicos para tanto;

Considerando a necessidade de maior celeridade na condução dos trabalhos;

Considerando, finalmente, o que dispõe o art. 51, da Lei Federal nº 8.666/93;

Nomear COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para atuar em todas as fases do processo, até seu final, inclusive com o julgamento de eventuais recursos:

PRESIDENTE
 Patrícia Maria Machado Santos
 SUPLENTE
 Carlos Alberto de Oliveira Pinto

MEMBROS

Josiane Aparecida Pereira Mourim Casato
 Marcos Michelan
 Edwaldo Silva dos Santos

SUPLENTE

Antônio Marcos Guilo

A Comissão Especial, em constituída, será extinta automaticamente após a conclusão do processo licitatório Concorrência Pública nº 01/02016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 6.840 de 18 de outubro de 2016. Ass.: 1º/12/2016.

PORTARIA Nº 6.886, de 1º/12/2016. Fica autorizado à Paróquia São Lázaro de Belémia, o uso, a título precário e gratuito, de 01 (um) palco com 02 (dois) palanques, 02 (duas) mesas com coberturas e com iluminação e 06 (seis) bancos, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2016, para a realização da festa de São Lázaro. Ass.: 1º/12/2016.

PORTARIA Nº 6.887 de 1º/12/2016. Ficam designados como membros da equipe da Divisão de Vigilância Sanitária, devidamente credenciados, através deste ato, para ações de vigilância sanitária os seguintes servidores:

- I - Gracielle Cristina dos Santos Bertolini - Secretária Municipal de Saúde;
 - II - Denise Aparecida Fernandes - Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária;
 - III - Amanda Romarichi Francieli;
 - IV - Anderson de Lima Lette;
 - V - Anderson Nicolau de Campos;
 - VI - Camilla Emaculato Camargo;
 - VII - Cláudio Roberto Garcia Ferreira;
 - VIII - Elaine Cezária C. de Moraes;
 - IX - Giselle Maria de Almeida;
 - X - Inabel Aparecida Dantas;
 - XI - Luciana Finamor Vieira;
 - XII - Marcelo Pozzo Coutinho;
 - XIII - Marli Aparecida Dorantônio;
 - XIV - Nivaldo Mariano da Silva;
 - XV - Patrícia Buzato de Toledo;
 - XVI - Paula Renata Buzato Campos Caselli;
 - XVII - Vanessa Oliveira Gebim.
- Ass.: 1º/12/2016.

PORTARIA SMA/PAD Nº 32, de 24/11/2016. DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, face o servidor D.A.M. Matrícula nº 10087, pela prática, em tese, de conduta prevista no art. 482, alínea "b" da Consolidação das Leis do Trabalho. Ass.: 24/11/2016.

PORTARIA SMA/PAD Nº 33, de 24/11/2016. DETERMINAR a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, face a servidora E.L.L.S. Matrícula nº 09921, pela prática, em tese, de conduta prevista no art. 482, alínea "b" da Consolidação das Leis do Trabalho. Ass.: 24/11/2016.